

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KELWIN SANTOS DA CRUZ

O JOGO DE “TRÊS TOQUES”: UMA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO
DESENVOLVIDA PELA FEDERAÇÃO PARANAENSE DE VOLEIBOL E
ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DO PARANÁ (2005 – 2015)

CURITIBA
2015

KELWIN SANTOS DA CRUZ

O JOGO DE “TRÊS TOQUES”: UMA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO
DESENVOLVIDA PELA FEDERAÇÃO PARANAENSE DE VOLEIBOL E
ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DO PARANÁ (2005 – 2015)

Trabalho apresentado como requisito parcial
à obtenção do grau de licenciado no curso
de graduação em Educação Física, Setor de
Ciências Biológicas da Universidade
Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Wanderley Marchi
Junior

Co – Orientadora: Prof. Ms. Leila Salvini

CURITIBA
2015



DECLARAÇÃO APRESENTAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que Kelwin Santos da Cruz apresentou seu trabalho de conclusão de curso intitulado “O ‘jogo dos três toques’: uma análise da administração desenvolvida pela Federação Paranaense de Voleibol e Associação de Voleibol do Paraná (2005-2015)”, pré-requisito para obtenção do grau de Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná no ano de 2015 para a Banca Examinadora composta pelos profs. Dr. Wanderley Marchi Jr., Dr. Marcelo Moraes e Silva e Drda. Tatiana Sviesk Moreira.

Curitiba, 16 de dezembro de 2015.


Prof. Dr. Wanderley Marchi Júnior

Professor efetivo do Curso de Educação Física (UFPR)

A todos aqueles que idealizam uma modalidade esportiva, sem se preocupar com retornos financeiros, mas que ficam satisfeitos pelo simples fato de presenciar outras pessoas tendo o prazer de praticar aquele esporte.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, sem o qual seria impossível chegar até aqui, sendo sempre o meu refúgio nos momentos que mais precisei.

Ao meu pai Serjo, por todos as suas atitudes e exemplos, que influenciaram tudo que sou hoje. Minha mãe Claudia, por todo amor e carinho, sempre alimentando o sonho de um dia chegar nesse momento. Kamila, minha irmã, pelo seu espírito inquieto, que com os seus 12 anos me faz reavaliar constantemente tudo aquilo que pensava em ser quando tinha sua idade e tudo aquilo que venho me tornando hoje. Laís, minha melhor amiga durante esses quatro anos, sua paciência, apoio e carinho foram de suma importância para mim. Amo todos vocês.

Ao longo desse trabalho tive que pesquisar e apresentar o que é liderança, como um dos fundamentos da administração. Mas só fui entender o que realmente é liderança e qual o papel de um líder quando comecei a participar do grupo de orientandos. Acompanhado as falas e intervenções do professor Wanderley Marchi Júnior, percebi que um líder é capaz de extrair potencialidades de seus alunos que na maioria das vezes nem eles mesmos conhecem. Wanderley Marchi Júnior, obrigado por acreditar em mim e por me ajudar a entender qual é o verdadeiro papel de um líder.

Obrigado à Leila, por estar presente em todos os momentos dessa jornada, não me senti desamparado em nenhum momento. Até quando não precisava você estava atenta e solícita para minhas dificuldades. Passo a ter grande admiração e respeito pela profissional e pessoa que você é.

Muito obrigado a todos que fazem parte do grupo de orientandos, que contribuíram com a leitura cuidadosa desse trabalho. Os comentários e sugestões de vocês foram fundamentais para meu crescimento.

Aos membros da banca, Marcelo Moraes e Silva e Tatiana Sviesk Moreira, obrigado por aceitarem o convite, e também por fazerem parte do meu processo de desenvolvimento acadêmico!

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte de minha formação, o meu muito obrigado.

A tragédia não é quando um homem morre. A tragédia é o que morre dentro de um homem quando ele está vivo.

A. Schweitzer (1875 – 1965)

Quem nunca altera a sua opinião é como a água parada e começa a criar répteis no espírito.

W. Blake (1757 – 1827)

RESUMO

O presente estudo procura investigar como os processos de Administração/Gestão desenvolvidos pela Federação Paranaense de Voleibol (FPV) e Associação de Voleibol do Paraná (AVP) entre o período de 2005-2015 tem influenciado a modalidade em Curitiba/PR. A partir dessa problemática definimos os objetivos procurando contextualizar a história da FPV e da AVP, assim como da modalidade em âmbito regional, descrever como a gestão de projetos e ações desenvolvidos por essas instituições tem influenciado o fomento da modalidade na cidade e por fim discutir as possíveis relações entre as teorias da administração e as instituições estudadas. Para isso nos apropriamos de uma metodologia de caráter qualitativo, documental e descritivo. Os principais documentos analisados foram os estatutos de ambas as instituições e para realizar o conteúdo descritivo nos utilizamos de fontes como, sites e matérias publicadas em jornais da cidade. No decorrer do trabalho identificamos a teoria dos sistemas como a mais apropriada para a discussão, possibilitando maiores avanços. Ao final concluímos que com o surgimento de novas instituições fomentadoras do voleibol na cidade, aliadas a parcerias entre os poderes públicos e privados, possibilitaram um aprimoramento de novas formas e estratégias de organização e gestão do voleibol que, por sua vez, acarretou em um maior desenvolvimento da modalidade em âmbito regional.

Palavras-Chaves: Voleibol. Esporte Paranaense. Gestão Esportiva. Federação Paranaense de voleibol. Associação de voleibol do Paraná.

ABSTRACT

This study objective to investigate how the processes of Directors / Management developed by the Paranaense Volleyball Federation (FPV) and Paraná Volleyball Association (AVP) between the 2005-2015 period has influenced the sport in Curitiba / PR. From this problem we defined the objectives looking contextualize the history of FPV and AVP, as well as the sport at the regional level, describe how the project management and actions developed by these institutions has influenced the development of the sport in the city and finally discuss possible relationships between the theories of management and the institutions studied. For this we appropriate a qualitative methodology, documentary and descriptive. The main documents reviewed were the bylaws of the two institutions and to carry out the descriptive content in the use of sources such as websites and articles published in newspapers of the city. While we work identified systems theory as the most appropriate for discussion, enabling further advances. At the end we concluded that with the emergence of new fomenting institutions volleyball in the city, together with partnerships between public and private powers, enabled an improvement in new ways and organization and management strategies of volleyball, in turn, resulted in a higher development of the sport at the regional level.

Keywords: Volleyball. Paranaense sport. Sports Management. Federation volleyball Paranaense. Volleyball Association of Paraná.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – PRINCIPAIS FUNÇÕES DO PROCESSO DE GESTÃO.....	24
FIGURA 2 – SISTEMA ABERTO	33
FIGURA 3 – GESTÃO DO ESPORTE	36
FIGURA 4 – LOGOMARCA FPV 2015.....	48
FIGURA 5 – DINASTIAS DO ESPORTE PARANAENSE	69
FIGURA 6 – TRAJETÓRIA DO VOLEIBOL PROFISSIONAL NO PARANÁ	71
FIGURA 7 – CAMPEONATO ESTADUAL JUVENIL SUB – 18.....	82
FIGURA 8 – ABERTURA DA TAÇA PARANÁ ASICS DE 2013.....	84
FIGURA 9 – LOGO MARCA AVP 2015	90
FIGURA 10 – DIAGRAMA DE SISTEMA	99
FIGURA 11 – VOLEIBOL EM CURITIBA PRÉ-DEMANDAS	102
FIGURA 12 – RESPOSTAS DO AMBIENTE DO VOLEIBOL EM CURITIBA	102

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS EVENTOS DOS PRIMÓDIOS DA ADMINISTRAÇÃO	27
TABELA 2 – SUBÁREAS E LINHAS DE PESQUISA.....	44
TABELA 3 – REGULAMENTO ESTADUAIS 2015 FEMININO	74
TABELA 4 – REGULAMENTO ESTADUAIS 2015 MASCULINO.....	74
TABELA 5 – TAXAS FPV 2015	76
TABELA 6 – EQUIPES PARTICIPANTES DOS JOGOS ESCOLARES DE CURITIBA EM 2015 (12 A 14 ANOS)	79
TABELA 7 – EQUIPES PARTICIPANTES DOS JOGOS ESCOLARES DE CURITIBA EM 2015 (15 A 17 ANOS)	80
TABELA 8 – CAMPEONATO METROPOLITANO DE SÃO PAULO SUB – 14 81	
TABELA 9 – CAMPEONATO METROPOLITANO DE SÃO PAULO SUB – 15 81	
TABELA 10 – EQUIPES PARTICIPANTES DA TAÇA PARANÁ 2015 – CATEGORIA MIRIM.....	86
TABELA 11 – EQUIPES PARTICIPANTES DA TAÇA PARANÁ 2015 – CATEGORIA INFANTIL	87
TABELA 12 – EQUIPES PARTICIPANTES DA TAÇA PARANÁ 2015 – CATEGORIA INFANTO	87
TABELA 13 – EQUIPES PARTICIPANTES DA TAÇA PARANÁ 2015 – CATEGORIA JUVENIL	88
TABELA 14 – COMPETIÇÕES DA AVP EM 2005.....	95
TABELA 15 – COMPETIÇÕES DA AVP EM 2006.....	95
TABELA 16 – COMPETIÇÕES DA AVP EM 2007	95
TABELA 17 – COMPETIÇÕES DA AVP EM 2008.....	96
TABELA 18 – COMPETIÇÕES DA AVP EM 2009.....	96
TABELA 19 – COMPETIÇÕES DA AVP EM 2010.....	96
TABELA 20 – COMPETIÇÕES DA AVP EM 2011	96
TABELA 21 – COMPETIÇÕES DA AVP EM 2012.....	97
TABELA 22 – COMPETIÇÕES DA AVP EM 2013.....	97
TABELA 23 – COMPETIÇÕES DA AVP EM 2014.....	97

LISTA DE SIGLAS

ACM – Associação Cristã de Moços.

USVBA – Associação de Voleibol dos Estados Unidos.

FPV – Federação Paranaense de Voleibol.

FIVB – Federação Internacional de Voleibol.

CBD – Confederação Brasileira de Desportos.

CBV – Confederação Brasileira de Voleibol.

LAP – Liga Atlética Paranaense.

FDP – Federação Desportiva Paranaense.

AVP – Associação de Voleibol do Paraná.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 OBJETIVO GERAL.....	14
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	15
1.3 JUSTIFICATIVA.....	15
1.4 METODOLOGIA.....	16
2 A PROCURA DE UMA COMPREENSÃO DO ESPORTE CONTEMPORÂNEO: CONCEITUANDO ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO ESPORTIVA.....	22
2.1 DEFINIÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO.....	22
2.1.1 Administração e seus primórdios.....	24
2.1.2 Teorias da Administração	27
2.1.2.1 Escola clássica	28
2.1.2.2 Enfoque comportamental.....	31
2.1.2.3 Pensamento sistêmico	32
2.1.3 Estrutura da Administração na atualidade	34
2.2 GESTÃO	35
2.3 GESTÃO ESPORTIVA	36
2.3.1 Desenvolvimento da gestão esportiva no mundo	37
2.3.2 Desenvolvimento da gestão esportiva no Brasil.....	40
2.3.3 Perfil do gestor esportivo.....	44
2.3.4 Gestão do voleibol no Brasil.....	46
3 GERENCIAMENTO E FOMENTO DO VOLEIBOL NO PARANÁ: PROJETOS E AÇÕES.....	48
3.1 PROJETOS E AÇÕES FEDERAÇÃO PARANAENSE DE VOLEIBOL.....	48
3.1.2 Percurso histórico do voleibol no paraná: da burocratização esportiva ao voleibol paranaense atual.....	52
3.1.3 Contextualizando o estatuto da FPV.....	65
3.1.4 FPV e o fomento do voleibol.....	73
3.1.5 FPV e mídia: a procura por visibilidade	82
3.1.6 Taça Paraná Asics de Voleibol	83
3.2 PROJETOS E AÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DO PARANÁ.....	89

3.2.1	Contextualizando o estatuto da AVP.....	90
3.2.2	Competições AVP	94
3.2.3	AVP Social.....	98
4	DISCUSSÃO	99
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS.....	107
	ANEXOS	122

1 INTRODUÇÃO

Quando se procura entender o homem no contexto atual de sociedade, tendemos a nos voltar para fenômenos culturais que permeiam esta sociedade, um destes fenômenos é o esporte, que ao longo de sua transformação histórica nos últimos séculos atingiu proporções gigantescas. Isso fica evidenciado quando milhões de pessoas acompanham simultaneamente a um mesmo evento. Com sua evolução atrelada a aspectos e princípios do capitalismo, o conceito de esporte espetáculo surge durante as últimas décadas do século passado, quando a mídia televisiva percebeu que poderia se beneficiar com as transmissões de eventos esportivos para alcançar maior audiência, eventos estes que ao decorrer da história vieram a se tornar “Mega” (BETTI, 1997; PRONI, 1998; 2008; MARCHI JÚNIOR, 2000; 2004; MAZZEI, BARROS, 2012).

Essa inserção da mídia fez com que grandes corporações empresariais identificassem o esporte como um meio de divulgação de suas marcas. Desde então, conceitos de administração passaram a estar presente em todos os níveis de promoção esportiva, seja como lazer, como competição, para espectadores ou participantes. No cenário nacional, a promoção e administração esportiva pode se dar tanto por instituições públicas, privadas ou associativas (BETTI, 1997; PRONI, 1998; 2008; MARCHI JÚNIOR, 2004; MAZZEI, BARROS, 2012).

Antes de tudo, é importante destacar que a consolidação do esporte no formato atual decorre de processos de institucionalização que históricos, se desenvolvendo inicialmente com a reunião de clubes que posteriormente contribuiriam para a formação de entidades reguladoras de suas práticas (SILVA E CAPRARO, 2015).

No atual momento em que vivemos, poderíamos identificar essas instituições através das confederações, federações, associações e ligas, atuando com um papel fundamental para disseminação e fomento de determinadas modalidades, sendo possível perceber que, no contexto do século XXI, as ações ligadas à organização e gestão dessas entidades contribuíram tanto de forma positiva quanto negativa para que isso se efetivasse.

A Federação Paranaense de Voleibol tem sua história iniciada em 10 de abril de 1953, quando foi fundada pela junção de diversas associações, tais como: Associação Atlética Acadêmica de Filosofia, Associação Atlética Acadêmica de Educação Física, Círculo Militar do Paraná, Curitiba Foot Ball Club, Clube Atlético Ferroviário, Clube Atlético Seletto, Esporte Clube Universal, Ícaro Atlético Clube e Sociedade de Cultura Física Duque de Caxias, tendo Orlando Brasil Soldati como o primeiro presidente do órgão responsável pela organização e difusão do voleibol no estado do Paraná (NIEDWIESKI, 2001).

Anteriormente ao surgimento da FPV, o voleibol era uma das modalidades que a Federação Desportiva Paranaense (FDP) se propunha em organizar. Para Niedwieski (2005), o surgimento da FPV marca uma importante ascensão do voleibol paranaense, principalmente pela participação dos clubes e dirigentes na regulamentação e organização de competições da modalidade.

Bem mais recente, se constitui a história da AVP, que tem seu surgimento datado no dia 4 de julho de 2005, quando um grupo de amigos se reuniu com a intenção de fundar uma associação que objetivava fomentar o voleibol para categoria master, Eduardo Catto Gallina passa a ser o primeiro presidente da instituição. Já no primeiro ano são organizadas competições para as categorias (30 +) e (40+) para mulheres e homens e (50+) somente na categoria masculina.

Considerando a importância das duas instituições anteriormente apresentadas (FVP e a AVP) para o voleibol do estado do Paraná, e mais precisamente para esse estudo, a cidade de Curitiba/PR, nos questionamos: **De que forma a gestão de projetos e ações para o voleibol, desenvolvidos pela Federação Paranaense de Voleibol (FPV) e Associação de Voleibol do Paraná (AVP) entre o período de 2005-2015 tem influenciado a modalidade em Curitiba/PR?**

1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar de que forma a gestão de projetos e ações para o voleibol, desenvolvidos entre o período de 2005 á 2015, pela Federação Paranaense de

Voleibol (FPV) e Associação de Voleibol do Paraná (AVP) tem influenciado a modalidade em Curitiba/PR.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Definir Administração e Gestão Esportiva;
- Contextualizar a história da Federação Paranaense de Voleibol (FPV) e da Associação de Voleibol do Paraná (AVP);
- Descrever a gestão do voleibol na Federação Paranaense de Voleibol (FPV) e na Associação de Voleibol do Paraná (AVP);
- Descrever as ações que visam o fomento da modalidade na Federação Paranaense de Voleibol (FPV) e na Associação de Voleibol do Paraná (AVP).
- Discutir as possíveis relações entre as teorias da administração e as instituições estudadas

1.3 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho se justifica por três linhas de interesse, sendo a primeira delas a pessoal, a segunda acadêmica e por último, a social. A primeira delas se justifica com a minha aproximação com o objeto de pesquisa que abordamos neste trabalho, os meus primeiros toques em uma bola de vôlei foram em uma rua próxima a minha casa, aos dez anos iniciei no projeto Rexona/ Ades de voleibol que trabalhava com a iniciação de crianças neste esporte, alguns anos depois tive a primeira oportunidade de ser atleta de um clube onde participava de competições da federação, aos dezesseis anos o clube que fazia parte teve seu projeto com a modalidade acabado devido a dificuldades financeiras, então iniciei como atleta no recém-criado projeto da

“AVP social de vôlei”, encerrando nesta equipe minha participação como atleta no voleibol de base.

A segunda linha de interesse se justifica por acreditarmos que o estudo proposto poderá contribuir para literatura acadêmica, levando em consideração que existe um número relevante de estudos que se propõe a relatar a história e analisar o fomento e o gerenciamento do voleibol a âmbito nacional e internacional, porém a literatura acadêmica é escassa quando procuramos trabalhos e pesquisas que tratem do voleibol em âmbito regional numa perspectiva social, histórica e cultural, principalmente quando falamos do estado do Paraná, e principalmente quando se trata de FPV e AVP.

Por último, acreditamos ser relevante de se levar para esfera social, trabalhos e pesquisas que se propõem investigar, analisar e discutir como as instituições responsáveis pela organização esportiva vêm atuando para a democratização do esporte, tanto nas esferas regionais como na esfera nacional. Por esses motivos essa monografia tem a intenção de proporcionar a sociedade futuras reflexões acerca do desenvolvimento do voleibol, tanto em Curitiba como no Paraná.

1.4 METODOLOGIA

Para nossa pesquisa entendemos que uma melhor forma de suprir as especificidades da temática seria utilizando uma metodologia de caráter qualitativo, documental e descritivo. Delineando ao método qualitativo a busca por referências na literatura empírica e teórica sobre pesquisas anteriores que tenham relação com o tema estudado, essa busca deve ser realizada tanto em sua área de atuação como também em áreas similares que porventura podem auxiliar no embasamento teórico, para que na sequência se possa contextualizar e comparar as descobertas que foram feitas (FLICK, 2009). Nesse tipo de pesquisa, não se tem como pretensão a quantificação de dados, mas a descrição de um determinado contexto social.

Flick (2009) faz apontamentos a respeito de como o pesquisador deve se utilizar desse método:

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador utiliza os insights e as informações provenientes da literatura enquanto conhecimento sobre o contexto, utilizando-se dele para verificar afirmações e observações a respeito de seu tema de pesquisa naqueles contextos (FLICK, 2009, p.62).

Partindo da premissa de Flick (2009), iniciamos o levantamento da literatura existente em periódicos como a Revista Movimento, Revista Brasileira de Educação Física e Esportes, Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Revista da Educação Física/UEM, Revista Pensar a Prática, Revista de Educação Física Esporte e Lazer, Motrivivência e a Revista Intercontinental de Gestão Desportiva. Estas revistas foram selecionadas por entender que são periódicos de grande expressão na área de Educação Física, no entanto, não restringimos o levantamento da literatura existente somente a essas revistas.

Outro recurso utilizado para o levantamento da literatura existente foi a pesquisa em acervos de monografias, dissertações e teses da biblioteca de Educação Física da Universidade Federal do Paraná e também da biblioteca de Administração da mesma Universidade. Sendo a segunda escolha justificada por entender que a área de administração pode contribuir significativamente para o estudo. Por nossa pesquisa se tratar de uma modalidade em âmbito regionalizado no caso específico a cidade de Curitiba, compreendemos que os acervos das bibliotecas da Universidade Federal do Paraná, podem conter importantes estudos relacionados com nossa temática. No entanto, não foi descartada a possibilidade de procurarmos referências de trabalhos oriundos de bibliotecas de outras Universidades do Estado.

Após o levantamento de referências em trabalhos acadêmicos, iniciamos o contato com membros da AVP e da FPV com objetivo de ter acesso a documentos das instituições que pudessem evidenciar fatos históricos ocorridos ao longo do tempo e como o gerenciamento realizado nessas instituições vem ocorrendo. Os documentos poderiam ser entendidos como os estatutos, estes materiais são considerados documentos de “primeira mão” por ainda não terem recebido nenhum tratamento analítico, já os documentos que receberam tratamento analítico são considerados de “segunda mão” como

relatórios de pesquisa, relatórios das instituições e tabelas (GIL, 1991 p. 51). Assim definimos os estatutos da FPV e AVP como principal documento a ser analisado.

Quando conversamos com membros da FPV tivemos a informação que os documentos da entidade poderiam ser encontrados no site da mesma, no site encontrávamos notícias e notas oficiais de regulamentos, calendários e informações relacionadas às competições que a instituição realiza, nesse momento ainda não tínhamos a exata definição de quais documentos pretendíamos analisar, quando definimos que o estatuto e os balanços financeiros seriam o foco de análise, voltamos a entrar em contato com a FPV, pois esses não estavam anexados no site, solicitando naquele momento o estatuto da entidade e se possível balanços financeiros, para nossa surpresa não tivemos retorno, durante os meses seguintes entramos em contato solicitando os documentos listados, mas uma vez não houve a devolutiva.

Nesse momento passamos a abrir mão dos balanços financeiros, limitando nossa análise somente ao estatuto. Paralelo às dificuldades de acesso aos documentos da FPV, procuramos conversar com responsáveis da diretoria da AVP que nos informaram que no site também estavam todas as informações vinculadas a associação, no site encontramos uma página que disponibilizava o Estatuto da instituição.

Na ausência de retorno da FPV e as dificuldades iniciais de encontrar informações da mesma, procuramos em jornais do acervo da Biblioteca Pública do Paraná possíveis notícias que fizessem menção a FPV, frisamos que nossa intenção não era desenvolver uma análise detalhada dessa tipologia de fonte, apenas utilizamos no intuito de ilustrar e reforçar informações sobre a história da FPV.

Vale ressaltar que em uma das matérias relacionadas ao processo eleitoral que ocorreu na FPV em 2012, encontramos o nome de Clésio Prado que já teria atuado como vice-presidente da FPV em gestões anteriores e que, no contexto, estava pleiteando o cargo de presidente. Essa informação nos levou a procurar Clésio Prado com a intenção de conseguir acesso ao estatuto da FPV, alguns meses depois de entrarmos em contato com o mesmo ele nos retornou enviando o estatuto da federação.

Nesse sentido, Flick (2009) nos atesta sobre como os documentos podem ser utilizados pelas instituições:

Nas instituições, os documentos são destinados ao registro das rotinas institucionais e, ao mesmo tempo, ao registro da informação necessária para a legitimação da maneira como as coisas são feitas nessas rotinas. Isso se torna particularmente relevante quando problemas, fracassos ou erros precisam ser justificados. Portanto, os documentos podem ser utilizados, buscados e reutilizados já no contexto prático (FLICK, 2009, p.235).

A análise dos materiais empíricos teve como premissa que nenhum documento possui verdades absolutas nem discursos neutros do passado, exigindo que o pesquisador analise os discursos e reconheça os vieses que cada fonte trás consigo (BACELLAR, 2010). Segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p.11) “É primordial em todas as etapas de uma análise documental que se avalie o contexto histórico no qual foi produzido o documento, o universo sócio-político do autor e daqueles a quem foi destinado”.

Como foram produzidas até então poucas pesquisas que apresentam essas instituições, nossas investigações de fontes documentais tornam-se relevantes. Gil (2008) afirma que esse tipo de pesquisa possibilita que o pesquisador tenha um contato direto com fontes produzidas no período que se pretende estudar, oferecendo um conhecimento mais objetivo da realidade.

Para delinear uma cronologia do processo histórico dessas entidades, objetivamos identificar os projetos e ações de ambas as instituições para então fazermos uma análise de como o gerenciamento aconteceu e acontece atualmente, tentando fazer uma relação dos impactos que esse gerenciamento tem para o fomento da modalidade na cidade durante o período que abarca os anos de 2005 a 2015. Para consolidar nossa análise entendemos a importância de conceitualizar Administração em seu sentido amplo, na sequência conceitualizamos Administração/Gestão Esportiva. Os principais autores utilizados nesse momento foram Antonio Cesar Amaru Maximiano, Idalberto Chiavenato para Administração e Flávia da Cunha Bastos para Administração/Gestão Esportiva.

Compartilhando da ideia de Flick (2009, p.232) que “compreende que os documentos não são apenas mera representação de processos e de experiências, mas sim dispositivos comunicativos na construção de uma versão desses processos”, é possível chegar ao entendimento de que:

[...] examinar o material no intuito de aumentar o seu conhecimento, descobrir novos ângulos e aprofundar a sua visão. Pode também explorar as ligações existentes entre os vários itens, tentando estabelecer relações e associações e passando então a combiná-los, separá-los ou reorganizá-los (SÁ-SILVA, ALMEIDA E GUINDANI, 2009, p.13).

Compreendemos que não podemos nos restringir somente a esse ponto de partida, por entender que no decorrer de uma pesquisa qualitativa os caminhos podem possuir contornos diferentes, identificando-se agentes que tem importante relevância dentro do campo estudado esses, caminhos devem ser repensados e reavaliados constantemente (GODOY, 2001).

Para Gil (2008, p. 28) “a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Sabendo que a pesquisa descritiva não se limita somente a isso podendo essa também determinar a natureza das relações de um contexto social específico ou até mesmo proporcionando uma nova visão do problema, o autor segue afirmando que:

Algumas pesquisas descritivas vão além da simples explicação de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação. Nesse caso tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa, por outro lado, há pesquisas que, embora definidas como descritivas a partir de seus objetivos acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema [...] (GIL, 2008 p.28).

Assim como aponta Gil (2008), algumas pesquisas descritivas acabam tendo como pretensão determinar a natureza de certas relações existentes em um dado contexto social, pretendemos através desse estudo qualitativo, documental e descritivo, proporcionar um novo olhar para o desenvolvimento da modalidade em Curitiba, sem perder de vista as limitações de um estudo monográfico.

Tendo em vista responder o questionamento problematizador desse trabalho, organizamos as informações em três capítulos, sendo o primeiro dedicado a conceituação da Administração em seu amplo sentido, suas principais teorias e sua estruturação na atualidade, chegando então na Administração/Gestão Esportiva. Compreendendo que com esse desenho conceitual podemos oferecer subsídios para os capítulos seguintes. No segundo capítulo nos voltamos para descrição do desenvolvimento histórico do voleibol no Estado do Paraná e em Curitiba, atrelados a esse histórico passamos para descrição da FPV e AVP, dando foco para as ações e projetos que essas duas instituições desenvolveram e desenvolvem. Para terminar o terceiro capítulo propõe estabelecer um diálogo entre os dois capítulos anteriores.

2 A PROCURA DE UMA COMPREENSÃO DO ESPORTE CONTEMPORÂNEO: CONCEITUANDO ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO ESPORTIVA

Pretendemos analisar nosso objeto de estudo principalmente através da perspectiva da administração, apresentando sua trajetória histórica e seus principais fundamentos, para que, na sequência, possamos direcionar nosso foco analítico ao campo esportivo partindo do viés da Administração/Gestão esportiva, acreditando que estes conceitos serão fundamentais para nos auxiliar no decorrer do trabalho.

No tópico **definições de administração**, apresentamos o entendimento que se tem dessa área na atualidade, no tópico **administração e seus primórdios**, mostramos indícios da utilização dos conceitos da administração nas primeiras organizações da história da humanidade. Em **teorias da administração**, são expostas as principais teorias que contribuíram e que influencia a administração da atualidade: escola clássica, enfoque comportamental e pensamento sistêmico. No tópico **estrutura da administração na atualidade**, detalhamos os principais processos da administração: planejamento, organização, liderança e controle. Em **gestão**, procuramos detalhar diferenças e semelhanças entre as terminologias gestão e administração. Em **gestão esportiva**, apresentamos o desenvolvimento da gestão esportiva no mundo e no Brasil, o perfil do gestor esportivo e como a gestão esportiva possibilitou que o voleibol brasileiro se tornasse uma referência para outras modalidades.

2.1 DEFINIÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

Cada instituição tem um modo próprio de ser administrada. Desde que nascemos, interagimos com diversas instituições, essas relações pessoais e institucionais nos acompanham por toda a vida, criando, mesmo que de forma indireta, o interesse no aprimoramento das formas de organização para que

possamos ser melhores atendidos. Importante compreendermos esses processos, pois em algum momento de nossas vidas seremos administrados por alguém ou podemos administrar pessoas, mesmo que essa administração não seja de maneira institucionalizada. Podendo até mesmo ser a administração de nós mesmos, a partir do gerenciamento de ações no cotidiano. (ROBBINS;DECENZO 2004).

A palavra Administração vem do latim *AD* (direção, tendência para) *minister* (subordinação ou obediência) tendo como base de seu significado a prestação de um serviço a alguém, que é realizado a partir de uma função abaixo do comando de outra pessoa ou organização, esse significado se altera radicalmente para o que se tem hoje (CHIAVENATO, 2001).

Atualmente, Administração poderia ser compreendida como o processo de se fazer com que as atividades aconteçam com eficiência e eficácia com e através de outras pessoas (ROBBINS e COULTER, 1998). Isso acontece através de um processo de tomada de decisões e realização de ações (MAXIMIANO, 2006). Para Robbins e Coulter (1998), esse *processo* representa as funções primárias realizadas por administradores, sendo essas funções o Planejamento, Organização, Liderança e Controle. Chiavenato (2001) também compartilha desse princípio acreditando que essas funções quando empregadas em todas as áreas e níveis de uma organização é a base para se alcançar a eficiência e a eficácia nos objetivos globais.

Maximiano (2006) propõe mais um processo para compreensão da Administração, a Execução, unindo-se aos outros quatro, assim constituindo-se as principais funções do processo de gestão. O autor também aponta que entender a Administração com o enfoque de processos e funções é a essência da abordagem funcional da Administração, criado por Fayol¹.

¹ Detalharemos essa abordagem no próximo tópico.

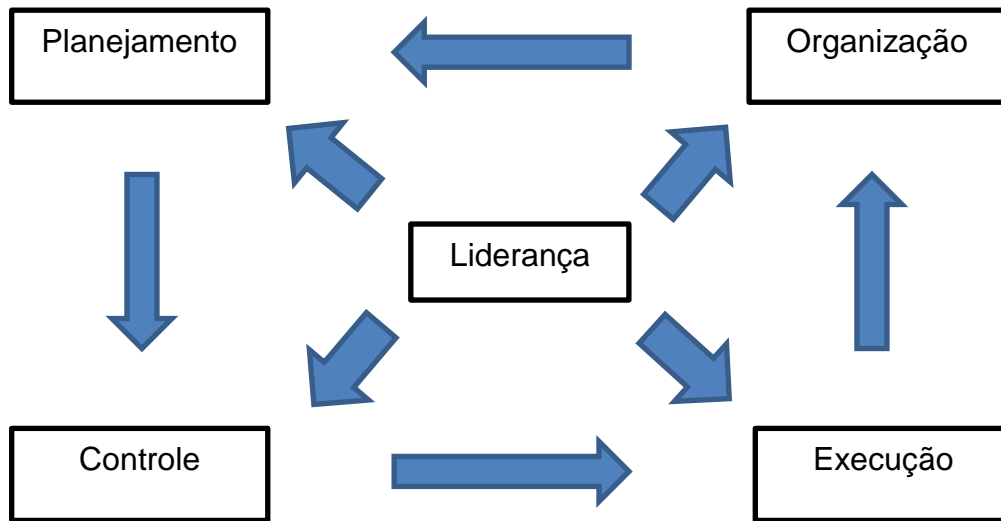


FIGURA 1 – PRINCIPAIS FUNÇÕES DO PROCESSO DE GESTÃO

FONTE: MAXIMIANO, 2006, p. 8.

Apresentado de maneira sucinta os principais fundamentos da Administração, seguimos no próximo tópico abordando a trajetória da Administração e as principais teorias que sustentam essa área do conhecimento.

2.1.1 Administração e seus primórdios

Entidades organizadas e gerenciadas por pessoas que tinham de desenvolver em suas rotinas as funções de planejamento, organização, liderança e controle existem há milhares de anos, ainda que essa clareza relacionada à fundamentação de conceitos não existisse (ROBBINS e COULTER, 1998). Procurando confirmar essa afirmação evidenciamos o exemplo:

As pirâmides do Egito e a Grande Muralha da China são evidências tangíveis de que projetos de enorme escopo, empregando dezenas

de milhares de pessoas, foram realizados muito antes de tempos modernos. As pirâmides são um exemplo particularmente interessante. A construção de uma simples pirâmide ocupava mais de 100.000 pessoas durante vinte anos. Quem dizia a cada empregado o que fazer? Quem assegurava que haveria pedras suficientes no local para manter os trabalhadores ocupados? A resposta a essas perguntas é administração. Independente da forma como os administradores fossem chamados naquela época, alguém tinha que planejar o que deveria ser feito, organizar as pessoas e materiais para fazê-lo, liderar e dirigir os trabalhadores e impor alguns controles para se assegurar de que tudo fosse feito conforme planejado (ROBBINS e COULTER, 1998, p.22).

Assim como neste exemplo, ao longo da história da humanidade algumas instituições de elevada representatividade tiveram a administração como um dos principais fatores para ascenderem ao poder.

Maximiano (2006) aponta a Grécia do século V a.C., como um fértil período onde surgem ideias que influenciariam profundamente a prática da administração, destacando-se a invenção da administração democrática das cidades-estados, administração da cidade segundo princípios da ética absoluta, sendo essa uma proposição de todos os filósofos gregos e a qualidade, que consistia em uma superioridade moral, intelectual e física dos homens, qualidade como sinônimo de melhor e nível elevado são conceitos que continuam atuais.

Com princípios e técnicas de administração, Roma se manteve durante 12 séculos como a principal unidade de poder no mundo, tanto como monarquia, república e império. A capacidade de construir e manter o domínio comprova as habilidades administrativas dos romanos. Muitas dessas ideias ainda sobrevivem no Direito, na administração pública e na Igreja Católica. Importante destacar que a má administração foi um dos motivos que findou a supremacia romana (MAXIMIANO, 2006).

Outro exemplo que nos faz evidenciar a administração em seus primórdios, pode ser visto a partir das é as organizações militares, que a mais de 3.000 anos vêm criando “conceitos sobre estratégia, planejamento, logística e hierarquia” (MAXIMIANO, 2006, p. 21). Abaixo visualizamos um quadro que faz uma cronologia histórica da área.

CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS EVENTOS DOS PRIMÓDIOS DA ADMINISTRAÇÃO

Anos	Autores	Eventos
4000 a.C.	Egípcios	Necessidades de planejar, organizar e controlar.
2600 a.C.	Egípcios	Descentralização da organização.
2000 a.C.	Egípcios	Necessidades de ordens escritas. Uso de consultoria.
1800 a.C.	Haburabi (Babilônia)	Uso de controle escrito e documental.
1491 a.C.	Hebreus	Conceitos de organização. Princípio escolar.
600 a.C.	Nabucodonosor (Babilônia)	Controle de produção e incentivos salariais.
400 a.C.	Sócrates (Grécia) Platão (Grécia)	Universalidade da administração. Enunciado do princípio da especialização.
175 a.C.	Cato (Roma)	Uso de descrição de funções.
284	Dioclécio (Roma)	Delegação da autoridade.
1436	Arsenal de Veneza	Contabilidade de custos; inventários; padronização
1525	Niccoló Machiavelli	Princípio do consenso; liderança; táticas políticas.
1767	Sir James Stuart	Teoria da fonte da autoridade; automação; especialização.
1776	Adam Smith	Princípio da especialização dos operários; conceito de controle.
1799	Eli Whitney	Método científico; controle de qualidade; amplitude de comando.
1800	Mathew Boulton	Padronização da produção; especificações; método de trabalho.
1810	Robert Owen	Práticas de RH; treinamento dos operários; casas para operários.

1832	Charles Babbage	Abordagem científica; divisão do trabalho; estudo de tempos.
1856	Daniel C. McCallum	Organograma; administração em ferrovias.
1886	Henry Metcalfe	Arte e ciência da administração.
1900	Frederick W. Taylor	Princípios da Administração Científica.

TABELA 1 – CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS EVENTOS DOS PRIMÓRDIOS DA ADMINISTRAÇÃO

FONTE: KHANDWALLA apud CHIAVENATO, 2001, p. 32.

Mesmo com o acelerado processo do conhecimento humano nos últimos séculos, a “Ciência da Administração” somente surgiu no despoitar do século XX, bem depois da Revolução Industrial. Para que a Teoria Geral da Administração (TGA) surgisse, foram necessários séculos de preparação e antecedentes históricos capazes de permitir e viabilizar as condições indispensáveis ao seu surgimento (CHIAVENATO, 2001). No próximo tópico abordaremos as principais teorias da administração.

2.1.2 Teorias da Administração

Nos últimos 150 anos, a administração se consolidou através da organização de seus conhecimentos e teorias, podendo ser atribuído destaque a três escolas que representam as ideias fundamentais da administração: Escola Clássica (Taylor, Ford, Fayol e Weber), escola do Enfoque Comportamental e escola do Pensamento Sistêmico (MAXIMIANO, 2006).

Apresentaremos de maneira breve os principais conceitos de cada escola durante os próximos tópicos.

2.1.2.1 Escola clássica

Frederick Winslow Taylor (1856-1915) fundador e um dos líderes do *movimento da administração científica*. Em uma época em que ainda não se existia métodos eficazes de desempenho dos trabalhadores, e a realização de seus trabalhos acontecia de acordo com a intuição Taylor publica em 1903, o estudo *Shop management* (Administração de oficinas), com uma filosofia de administração que propunha quatro princípios: 1 - A boa administração consistia em pagar salários altos, com baixo custo de produção. 2 – A administração deveria aplicar métodos de pesquisa que determinassem a melhor forma de executar as tarefas. 3 – Os empregados deveriam ser selecionados e treinados cientificamente, para que as pessoas e as tarefas fossem compatíveis. 4 – Deveria haver uma atmosfera de íntima e cordial cooperação entre a administração e os trabalhadores, isso garantiria um ambiente psicologicamente favorável à aplicação desses princípios (MAXIMIANO, 2006).

Assim, deve haver uma identidade de interesses entre empregados e empregadores. Taylor salienta que a maioria das pessoas acredita que os interesses dos empregados e dos empregadores são antagônicos. Ao contrário, a *Administração Científica* parte da certeza de que os interesses de ambos são um único interesse: a prosperidade do empregador não pode existir por muito tempo se não for acompanhada da prosperidade do empregado, e vice-versa. É preciso dar ao trabalhador o que ele deseja: altos salários e ao empregador, o que ele deseja: baixos custos de produção (CHIAVENATO, 2001, p. 61).

Um famoso método de pesquisa que Taylor utilizava buscando o aumento da eficiência através dos estudos de tempos e movimentos. Em suas experiências ele cronometrava os movimentos dos trabalhadores e os analisava, procurando eliminar movimentos lentos, incorretos ou inúteis, demonstrava que a produtividade estava relacionada com a minimização do esforço muscular. Toda tarefa que passava por esse processo estava “taylorizada” (CHIAVENATO, 2001; MAXIMIANO, 2006).

Um dos precursores da *Administração Científica* e até mais conhecido do que o próprio fundador do movimento, Henry Ford (1863- 1947) fundador da *Ford Motor* em 1903, revolucionou os meios de produção da época o que teve

forte impacto na maneira de viver das pessoas, promovendo a *produção em massa*, com a fabricação de produtos não diferenciáveis em grande quantidade. Esses conceitos eram aplicados na produção de automóveis na sua fábrica, até aquele momento todos os carros eram feitos de maneira artesanal e sob medida, com um alto custo de produção. Com o método de produção em massa era possível produzir 800 carros por dia. Em 1926, Ford possuía 88 fábricas empregando 150.000 pessoas e produzindo 2.000.000 de carros por ano. Dentre os impressionantes números que sua empresa alcançou ele ainda foi pioneiro quando em 1914, repartiu com seus funcionários uma parte do controle acionário da empresa, estabeleceu o salário mínimo de cinco dólares por dia e jornada diária de oito horas, quando a média de outras empresas era de dez a doze horas (CHIAVENATO, 2001).

Chiavenato (2001) destaca que a produção em massa se baseia na simplicidade, tendo como pilares três aspectos: 1 – A progressão do produto através do processo é planejada, ordenada e contínua. Não havendo interrupções. 2 – O trabalho é entregue ao trabalhador em vez de obriga-lo a ir buscá-lo. 3 – As operações são articuladas e coordenadas em todos os seus elementos.

A administração científica e a linha de montagem são responsáveis pela notável expansão da atividade industrial em todo o mundo. Entrando neste exato instante em qualquer fábrica de grande porte, em qualquer lugar do planeta, você poderá constatar que Taylor e Ford iriam sentir-se em casa. Linhas de montagem correm carregando todos os tipos de produtos, em diferentes estágios de acabamento. Engenheiros de produção ou especialistas em organização e métodos continuam circulando, fazendo anotações em pranchetas, desenhando fluxogramas, cronometrando e filmando as operações, para, em seguida, torna-las mais eficientes. A tecnologia sofisticou-se, há robôs ao lado de pessoais, computadores, cronômetros digitais e câmeras de vídeo. No entanto, os princípios são exatamente os mesmos (MAXIMIANO, 2006, p. 24).

Outro importante nome na escola clássica é o francês Henri Fayol (1841-1925), que escreveu no mesmo período que Taylor, o que os diferenciava era o enfoque dado a administração em seus níveis de atuação, enquanto Taylor era um cientista que enfocava suas análises no trabalho daqueles que chamaríamos hoje de supervisores. Fayol era um diretor e gerente de uma grande firma de mineração de carvão e se voltava para atividades de todos os administradores, ele é quem universaliza a administração como um conjunto

universal de funções que incluíam planejar, organizar, comandar, coordenar e controlar (ROBBINS e COULTER, 1998).

Para Fayol a administração está presente em todos os empreendimentos humanos, compreendendo família, negócios e governo (MAXIMIANO, 2006). Fayol considerava a empresa como “uma entidade abstrata, conduzida por um sistema racional de regras e de autoridade, que justifica sua existência à medida que atende ao objetivo primário de fornecer valor, na forma de bens e serviços, a seus consumidores” (MAXIMIANO, 2006, p.25). Ele entendia que toda empresa apresenta seis funções: Funções técnicas: relacionada a produção de bens ou serviços das empresas. Funções comerciais: relacionada com a compra venda ou troca. Funções financeiras: relacionada com a procura e gerencia de capitais. Funções de segurança: relacionada com a proteção e prevenção dos bens e das pessoas. Funções contábeis: relacionadas com controles, inventários, registros, balanços, custos e estatísticas e por último, Funções administrativas: As funções administrativas coordenam e sincronizam as outras funções da empresa (CHIAVENATO, 2001).

Ao contrário de Taylor que se preocupava com técnicas operacionais, Fayol visualizava a administração da empresa a partir do executivo (de cima para baixo) (MAXIMIANO, 2006). CHIAVENATO (2001) levanta críticas à aplicação dessas funções na atualidade:

A visão de Fayol sobre as funções básicas da empresa está ultrapassada. Hoje, as funções recebem o nome de áreas da administração: as funções administrativas recebem o nome de área de administração geral; as funções técnicas recebem o nome de área de produção, manufatura ou operações; as funções comerciais, de área de vendas/marketing. As funções de segurança passaram para um nível mais baixo. E, finalmente, surgiu a área de recursos humanos ou gestão de pessoas (CHIAVENATO, 2001, p. 92).

O último teórico que descrevemos é o sociólogo alemão Max Weber (1864-1920), que se destaca na administração por seus estudos sobre burocracia, o qual ele denotou como *ideal de burocracia*, Weber acreditava que a burocracia seria racional ao ponto de manter o exercício de dominação mesmo em situações extremas como guerras e revoluções, a organização burocrática possibilitaria que o governo funcionasse exatamente da mesma

forma após o termino dos conflitos (MAXIMIANO, 2006). Robbins e Coulter (1998) destacam seis pontos da burocracia ideal de Weber:

1. Divisão do trabalho: trabalhos são divididos em tarefas simples, rotineiras e bem-definidas.
2. Hierarquia da autoridade: Cargos e posições são organizados em uma hierarquia, cada um de baixo é controlado por outro acima.
3. Seleção Formal: Todos os membros organizacionais devem ser selecionados com base nas qualificações técnicas demonstradas por treinamento, educação ou exame formal.
4. Regras e Regulamentos Formais: Para assegurar uniformidade e regular as ações de empregados, administradores devem depender intensamente de regras formais da organização.
5. Impessoalidade: Regras e controles são aplicados de maneira uniforme, evitando envolvimento com personalidades ou preferências pessoais dos empregados.
6. Orientação de Carreira: Administradores são funcionários profissionais, e não proprietários das unidades que administram. Eles trabalham por salários fixos e seguem as suas carreiras na organização (ROBBINS e COULTER, 1998, p. 27).

2.1.2.2 Enfoque comportamental

Percebemos que nas teorias da escola clássica o foco de atenção era destinado para o desenvolvimento dos recursos e processos. Com o enfoque comportamental o foco passa para as pessoas, não que na escola clássica elas fossem desconsideradas, no entanto essas não desempenhavam papéis de protagonistas. Papel esse que é atribuído às pessoas no enfoque comportamental, enquanto as máquinas, equipamentos, produtos e regras ocupam um segundo plano (MAXIMIANO, 2006). É no enfoque comportamental que temos o desenvolvimento das teorias das relações humanas (CHIAVENATO, 2001).

A escola das relações humanas nasce a partir de uma experiência (experiência de *Hawthorne*) que um grupo de pesquisadores da Universidade de Harvard realiza entre os anos de 1927 e 1932 na fábrica *Western Electric Company* localizada em Chicago, Estados Unidos (CHIAVENATO, 2001). O objetivo da pesquisa era descobrir se a iluminação do ambiente de trabalho interferia no desempenho dos trabalhadores, eles levantavam a hipótese de que a produção individual estava relacionada ao aumento da intensidade da luz (ROBBINS e COULTER, 1998).

A medida que a intensidade da luz era aumentada, a produtividade também aumentava, então decidiram diminuir a luz e ainda assim a produtividade continuou aumentando, em seguida os funcionários receberam lanches e intervalos de descanso, e a produção não parava de aumentar. Quando todos os benefícios foram retirados e se acreditava que o impacto seria a redução de produtividade, constatou-se que a produção se elevava acima da registrada anteriormente. Após os pesquisadores perceberem que os fatores de iluminação e benefícios não exerciam influência direta na produtividade, eles chamaram Elton Mayo para se juntar ao grupo de pesquisadores, ao final do estudo Mayo, concluiu que o aumento da produtividade não tinha relação com a iluminação ou benefícios, mas assim ao tratamento dado aos trabalhadores pela equipe de pesquisadores e pela administração da fábrica (MAXIMIANO, 2006).

ROBBINS e COULTER (1998) acreditam que, ainda que os resultados e conclusões fossem contestados pela comunidade científica, o estudo de *Hawthorne* é de fundamental importância para mudança da visão dominante da época, de que empregados não eram diferentes de quaisquer outras máquinas utilizadas na produção de uma fábrica.

2.1.2.3 Pensamento sistêmico

Nos anos de 1960, pesquisadores começaram a fazer suas análises a partir de uma perspectiva de sistemas. A abordagem sistêmica define um sistema como um conjunto de partes inter-relacionadas e interdependentes arrumadas de uma maneira que produz um todo unificado (ROBBINS e COULTER, 1998). *Ludwig von Bertalanffy* (1901-1972), fundador da teoria geral dos sistemas, acreditava que era necessário utilizar abordagens de natureza holística ou sistêmica, generalistas ou interdisciplinares para compreender o todo, dado que a tecnologia e as relações na sociedade tornaram-se tão complexas que métodos tradicionais já não conseguiam trazer essas respostas (MAXIMIANO, 2006).

Na figura a seguir vemos um diagrama de sistema:

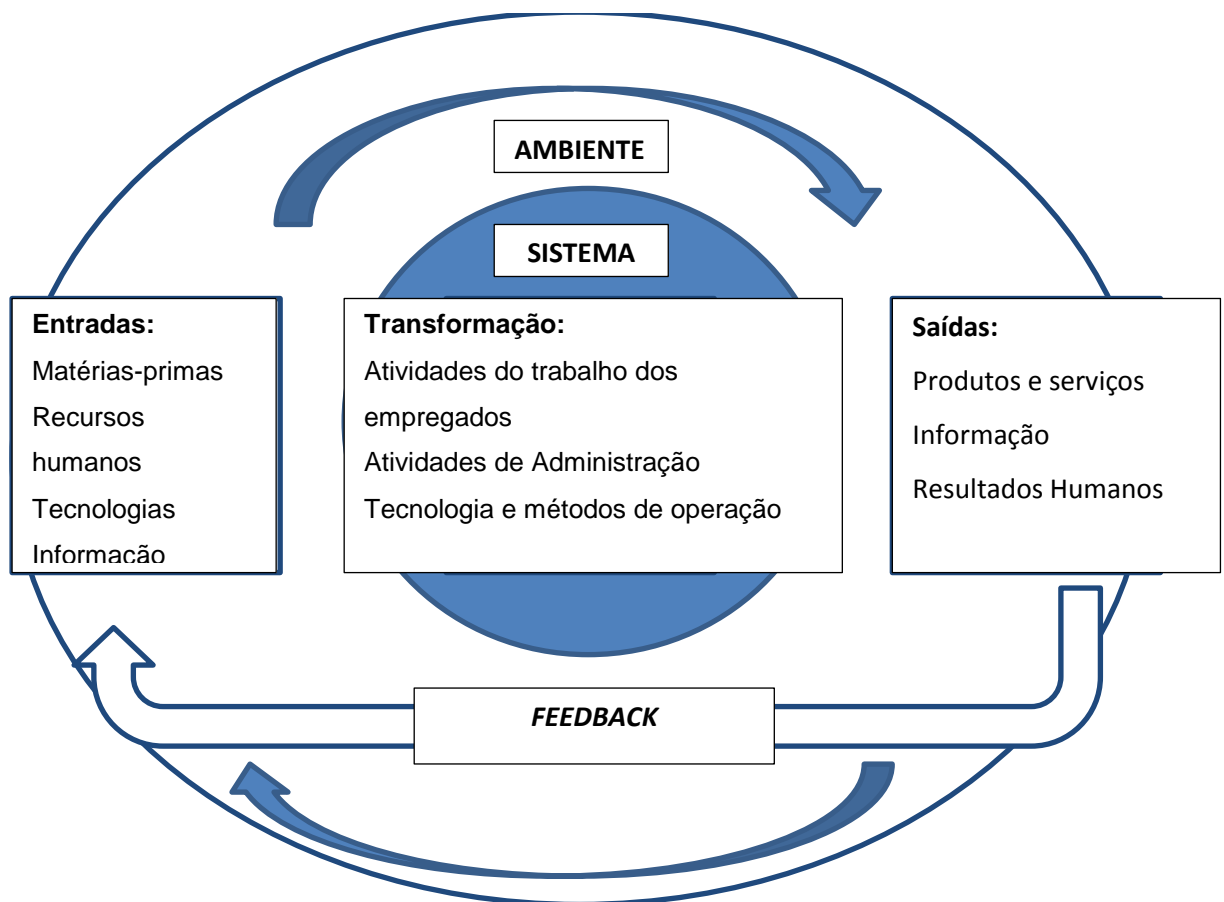


FIGURA 2 – SISTEMA ABERTO

FONTE: ROBBINS e COULTER, 1998, p. 32.

Um sistema pode ser organizado em três partes: Entrada: (*inputs*) compreende os elementos ou recursos físicos ou abstratos de que o sistema é feito, incluindo todas as influências e recursos do meio ambiente. Processo/Transformação: sendo o sistema dinâmico, tudo que entra tende a sofrer modificações. Saídas: (*outputs*) as compreendem os produtos ou serviços para os clientes ou usuários. *Feedback*: (retorno da informação) O *feedback* reforça ou modifica o comportamento do sistema. Ambiente: é um sistema que comporta vários sistemas (MAXIMIANO, 2006).

ROBBINS e COULTER (1998) destacam a existência de dois tipos de sistemas. Sistemas fechados: que são aqueles que não são influenciados pelo ambiente, não interagindo com o mesmo. Tendo como exemplo a perspectiva

mecânica que Taylor tinha das pessoas dentro das organizações. O segundo é o sistema aberto: existindo interação dinâmica entre sistema e ambiente. Sistema aberto é o representado na figura acima.

2.1.3 Estrutura da Administração na atualidade

Administração na perspectiva de Maximiano (2006) pode ser entendida a partir cinco processos, que consistem em planejamento, organização, lideranças, execução e controle, os dois últimos estariam atrelados, percebemos isso nas definições de Robbins e Coulter (1998) e Chiavenato (2001), que sistematizam as funções da Administração em apenas quatro funções: planejamento, organização, liderança e controle.

Planejamento seria o processo de administrar as relações com o futuro, tomando decisões que serão efetivadas na prática e que exerceram influência no futuro, os processos de planejamento poderiam ser entendidos como: definir objetivos ou resultados a serem alcançados, bem como os meios para realizá-los, projetar uma situação futura e trabalhar na sua construção (MAXIMIANO, 2006).

Organização seria o processo de dispor recursos em uma estrutura que facilite a realização dos objetivos, dividindo o trabalho e atribuindo responsabilidades e responsabilidades à pessoas. As principais etapas ou decisões nesse processo são: analisar os objetivos e o trabalho a ser realizado, dividir o trabalho de acordo com os critérios mais apropriados para a realização dos objetivos, definir as responsabilidades pela realização do trabalho, definir os níveis de autoridade e desenhar a estrutura organizacional (MAXIMIANO, 2006).

Liderança é um processo bastante complexo, devido ao agregado de diversas atividades de administrar pessoas, como coordenação, direção, motivação, comunicação. A pessoa que desempenha a posição de líder influencia o comportamento de seus liderados que aceitam essa condição ou por motivação própria ou por algum outro motivo. De maneira geral liderança

representaria a realização de metas por meio da direção de colaboradores, induzindo seguidores a cumprirem determinados objetivos que representam valores (MAXIMIANO, 2006).

Controle seria o processo de assegurar a realização dos objetivos já determinados comparando as atividades realizadas com as planejadas, esse processo permite manter uma organização de um sistema, orientado para o lugar ou resultados que se pretende chegar ou alcançar. Nesse processo também é possível identificar riscos durante o trajeto que o planejamento não tinha identificado, podendo levar a uma mudança dos objetivos iniciais.

2.2 GESTÃO

Ao investigar a literatura acabamos percebendo a necessidade de conceituar administração e gestão. Possíveis diferenças e semelhanças existentes em cada terminologia, observamos que essas palavras possuem significados diferentes, mas são usualmente confundidas e utilizadas com o mesmo sentido.

Dias (2002) nos atesta que tanto na gestão como na administração, é exercido um controle sobre o trabalho de subordinados, existindo uma influência sobre terceiros, para coordená-lo, orientá-lo, dirigi-lo. A administração é apenas mais uma das funções de uma empresa ou organização de qualquer porte, se diferenciando das funções técnicas, comerciais, financeiras, segurança e contabilidade, cabendo à direção assegurar a marcha das seis funções essenciais.

Segundo Dias (2008, p.8) “a administração agiria junto com as outras técnicas, não sobre estas e nem estas seriam parte da administração”. Percebemos que a administração não desenvolve domínio em todas as técnicas, constituindo apenas uma das funções necessárias para estrutura organizacional de uma empresa ou entidade que é pautada sobre princípios empresariais. O autor ressalta que é possível compreender gestão como um aglutinado de conhecimentos das mais várias áreas do saber, não se

restringindo a um cargo específico, seria o imperativo do cargo, gestão seria as funções: administração, comercial, contabilidade, finanças, segurança e técnicas. Utilizando o conhecimento de pessoas com o propósito de atingir os objetivos de uma organização de maneira eficiente e eficaz. Ainda que a gestão incorpore a administração, seria impossível conceber a gestão sem a ela, justamente por ela ser uma das funções necessárias para seu desempenho.

2.3 GESTÃO ESPORTIVA

Gestão Esportiva poderia ser compreendida como a “coordenação de atividades de produção do esporte é a coordenação das atividades de produção e “marketing” de serviços esportivos” (CHELLADURAI *apud* ROCHA e BASTOS, 2011, p. 95).

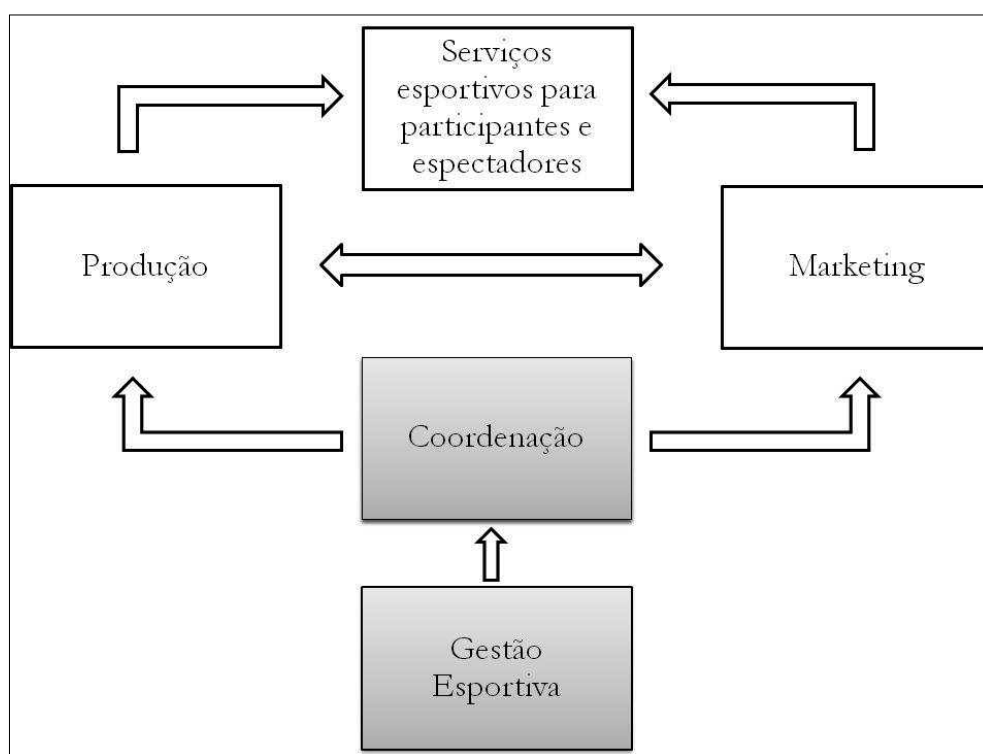


FIGURA 3 – GESTÃO DO ESPORTE

FONTE: CHELLADURAI, 2009 *apud* ROCHA e BASTOS(2011) adaptado pelos autores.

Ao considerarmos os serviços esportivos coordenados pela gestão do esporte como atividades primárias das organizações esportivas, envolvem a produção e o “*marketing*” tanto do esporte para participantes como do esporte para espectadores (ROCHA e BASTOS, 2011). Assim, a indústria do esporte se diferencia de algumas que compreendem apenas um produto, pois a indústria do esporte inclui vários produtos, como artigos e equipamentos esportivos, roupas, calçados, atividades esportivas. Relacionando-se ao esporte, fitness, recreação ou lazer e podendo ser atividades, bens, serviços, pessoas, lugares ou ideias (PITTS E STOTLAR, 2002).

Tendo em vista que em um primeiro momento apresentamos os principais conceitos da Administração, desembocamos na Administração/Gestão esportiva, onde teremos como objetivo expor o quadro em que se encontra essa área no Brasil e no Mundo, bem como possíveis campos de atuação e de pesquisa, para podermos compreender, em um segundo momento, se o voleibol brasileiro se utilizou de uma boa gestão para se tornar uma modalidade de referência no cenário esportivo brasileiro.

2.3.1 Desenvolvimento da gestão esportiva no mundo

Na década de 1960, o esporte profissional e universitário nos Estados Unidos movimentava valores consideráveis. Apesar das Universidades não pagarem salários aos seus atletas, estas vislumbram a possibilidade de ampliarem suas preocupações com efetividade organizacional, responsabilidade social, produtividade e “*marketing*”. Num movimento paralelo, os departamentos atléticos das universidades americanas também expandiram seus interesses para além do campo acadêmico/esportivo (ZIMBALIST, 1999 *apud* ROCHA e BASTOS, 2011), tendo esses departamentos uma importância singular no “*marketing*” das universidades para atrair novos alunos (ROCHA e BASTOS, 2011).

Devido à necessidade cada vez maior de mais e melhores gestores esportivos, para atuarem com o esporte profissional e universitário, algumas

instituições passam a oferecer cursos de formação específica para a formação profissional de gestores esportivos. A pioneira é a Universidade de Ohio, que em 1966, oferece um curso em nível de mestrado, alguns anos depois em 1971, a Universidade de Massachusetts inicia um curso em nível de Bacharel (MASTERALEXIS, BARR & HUMS, 2009 *apud* ROCHA e BASTOS, 2011).

Na Europa os primeiros cursos surgiram no Reino Unido e maioria deles ainda se concentram lá. Atualmente, existem programas em gestão do esporte oferecidos por 20 universidades europeias. Contudo, apenas cinco destas oferecem programas de doutorado. Vale ressaltar que o tipo de organização esportiva investigada por pesquisadores americanos e europeus tem variado em função da estrutura do esporte nestes dois locais. Nos Estados Unidos, os pesquisadores da área investigam principalmente suas ligas profissionais e os departamentos atléticos de universidades. Na Europa, os pesquisadores se ocupam da investigação de clubes e entidades de administração do esporte (por exemplo: federações, confederações e comitês olímpicos). Outros países que atualmente oferecem programas em gestão do esporte são Canadá, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, China, Singapura, Taiwan e Índia (ROCHA e BASTOS, 2011, p. 92).

Atualmente a pesquisa em gestão esportiva em âmbito mundial já se encontra bastante desenvolvida em vários países, muito disso se deve a união de esforços de profissionais da área para a criação de associações que possibilitaram a produção e troca de conhecimento entre diversos pesquisadores, dando maior visibilidade e representatividade à área.

A primeira associação profissional de gestão do esporte a surgir foi a “North American Society for Sport Management” (NASSM), fundada em 1985. A preocupação inicial da NASSM era criar um conjunto de diretrizes para o currículo dos programas de bacharelado, mestrado e doutorado em gestão do esporte. Desde 1993, uma ação conjunta da NASSM com a “National Association of Sport and Physical Education” (NASPE) vem determinando não apenas as diretrizes curriculares dos programas de gestão do esporte nos Estados Unidos, mas também os critérios de reconhecimento de novos cursos na área. Após a NASSM, outras associações profissionais surgiram. Em 1993, a “European Association for Sport Management” (EASM) foi formada para ajudar o desenvolvimento da área de gestão do esporte na Europa. Atualmente existem associações similares na Austrália e Nova Zelândia (“Sport Management Association of Australia and New Zealand” - SMAANZ), África (“African Sport Management Association” - ASMA), Ásia (“Asian Association for Sport Management” - AASM) e, mais recentemente, na América Latina (“Asociación Latinoamericana de Gestión Deportiva” - ALGEDE). Um novo movimento com vistas ao desenvolvimento da área em países da língua portuguesa e espanhola tem se consolidado a partir de 2010: a Aliança Intercontinental de Gestão do Desporto - AIGD. Além disso, há um forte movimento internacional para se criar, como aconteceu em

diversas outras áreas ligadas à educação física e ao esporte, uma entidade internacional de gestão do esporte: “World Association for Sport Management” (WASM) (ROCHA e BASTOS, 2011, p. 93).

Para Rocha e Bastos (2011) outro importante fator que contribui de maneira significativa para consolidação da Gestão Esportiva enquanto área do conhecimento é publicação de revistas científicas que comprovam a maturidade de uma área acadêmica. Rocha e Bastos (2011, p. 93) apresenta um breve resumo histórico do surgimento de periódicos da área:

A revista científica mais antiga da área é o “Journal of Sport Management”, que teve seu primeiro volume publicado em 1987. Este periódico é o meio de divulgação oficial da NASSM. Além deste, o “Sport Marketing Quarterly” e o “International Journal of Sport Management” são revistas científicas extremamente bem conceituadas junto à comunidade acadêmica. Na Europa, o “European Sport Management Quarterly” é a revista científica mais conceituada e com maior rigor no aceite de publicações. Este periódico foi publicado pela primeira vez em 1994, sob o título de “European Journal for Sport Management” (1994-2000).

Ainda que na década de 1960, o conceito de marketing esportivo já surgia em alguns países, esses só viram a ganhar força na década de 1970, quando grandes empresas como a *Coca-Cola* e a *Philips Morris* começaram a patrocinar equipes de futebol e de automobilismo (PRONI, 2008).

Em 1979 é criado nos Estados Unidos o canal de televisão ESPN transmitindo eventos esportivos 24 horas por dia. Com a introdução da mídia nos eventos esportivos, empresas percebem a viabilidade de comercializarem suas marcas, na década de 1980 fabricantes de materiais esportivos como *Nike* e *Adidas* se destacam com a utilização do marketing esportivo nos Estados Unidos e na Europa (PRONI, 1998).

Em 1988 o Produto Interno Bruto dos Esportes nos Estados Unidos totalizava 63,1 bilhões de dólares, sendo a 22º maior indústria do país, Em 1999, o esporte já movimentava U\$ 213 milhões apenas no mercado americano (PITTS & STOTLAR, 2002).

Essa mudança global no esporte fez com que os clubes e as federações procurassem maneiras para valorizar o seu produto e o espetáculo, assim como destaca Proni (1998, p. 107):

Em consequência do crescente interesse do público, de patrocinadores e da televisão, várias modalidades esportivas tornaram-se bastante assediadas, levando as equipes a criarem departamentos especializados e as próprias federações ou ligas a adotarem planos plurianuais de marketing para valorizar o espetáculo e melhorar as condições de comercialização do seu produto. Atualmente, o esporte é considerado uma das "atividades econômicas" que mais crescem nos mercados globalizados, o que tem estimulado a entrada de grandes corporações empresariais e tem requerido métodos modernos de administração.

No próximo tópico trataremos do surgimento a gestão do esporte no Brasil e suas implicações para o desenvolvimento do esporte no Brasil.

2.3.2 Desenvolvimento da gestão esportiva no Brasil

No Brasil, os primeiros indícios de organização do esporte acontecem no final do século XIX, quando o esporte era praticado ainda de maneira informal, desde a era colonial até o Estado Novo. As principais modalidades existentes eram o turfe e o remo, práticas que em quase sua totalidade eram exclusivas as elites da época. Neste período surgem às primeiras federações, em 1894 é criado o comitê de Regatas, em Porto Alegre, e em 1902 surge no Rio de Janeiro a Sociedade de Remo (DEL PRIORE, DE MELO apud MAZZEI, BARROS, 2012, p.70).

Em 1919 é criada a Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Ao final do Estado novo surgem às primeiras legislações específicas ao esporte, em 1941 o decreto de Lei N° 3.199, determina a criação da Confederação Brasileira de Desportos (CND), e constitui o surgimento de outras Confederações específicas em determinadas modalidades, como vemos a seguir:

Art. 15. Consideram-se, desde logo, constituídas, para todos os efeitos, as seguintes confederações: I - Confederação Brasileira de Desportos. II - Confederação Brasileira de Basketball. III - Confederação Brasileira de Pugilismo. IV - Confederação Brasileira de Vela e Motor. V - Confederação Brasileira de Esgrima. VI - Confederação Brasileira de Xadrez. Parágrafo único. A Confederação Brasileira de Desportos, compreenderá o foot-ball, o tenis, o atletismo, o remo, a natação, os saltos, o water-polo, o volley-ball o hand-ball, e

bem assim quaisquer outros desportos que não entrem a ser dirigidos por outra confederação especializada ou eclética ou não estejam vinculados a qualquer entidade de natureza especial nos termos do art. 10 deste decreto-lei; as demais confederações mencionadas no presente artigo têm a sua competência desportiva determinada na própria denominação.

Godoy (2013) afirma que na década de 1940 estabelecem-se os princípios norteadores do funcionamento das entidades esportivas no país, com o reconhecimento das confederações, federações, ligas, associações esportivas e clubes. Assim, tem início um processo de organização e estruturação de um sistema de esporte para o Brasil, para garantir especificidade de propósitos essa estrutura criou-se subdivisões que inseriu o esporte militar, esporte universitário e esporte escolar.

Nesta época, o esporte era praticado de forma amadorística, ainda não existia a concepção de esporte como um produto, sua promoção era basicamente em níveis comunitários, isso se estende no Brasil até aproximadamente a década de 1980, quando a mídia televisiva começa a criar a ideia de esporte espetáculo, que por consequência se tornaria um produto (MARCHI JÚNIOR, 2004; PRONI, 1998; 2008).

Enquanto na década de 1970, o esporte começava a tomar outras dimensões nos Estados Unidos e na Europa, no Brasil algumas mudanças significativas começaram a ocorrer em decorrência da legislação. Em 1975 a Lei nº 6.251 organiza o esporte em quatro estruturas: comunitário, educacional, militar e classista. Também possibilitava ao Comitê Olímpico Brasileiro maior autonomia. Este período o esporte Brasileiro caminhava de maneira romântica, não tendo muita atenção da mídia nacional, como relata Mezzei e Barros (2012, p. 75):

[...] sem fazer parte da mídia nacional, com uma atenção muito pequena do grande público, e a obrigatoriedade da manutenção do amadorismo absoluto para os atletas olímpicos, o esporte caminhava de maneira romântica sob a forte vigilância do governo.

O comitê Olímpico Brasileiro, que até 1975 estava vinculado ao governo, era um órgão preocupado com a participação brasileira nos Jogos Pan-Americanos e Olímpicos e politicamente não tinha força para atrair a mídia especializada em esporte, que se dedicava quase exclusivamente ao futebol.

O esporte nacional novamente viria a ser influenciado pela legislação quando, em 1988 aparece na constituição como um dever do estado, no entanto, não fica claro qual deveria ser o papel das federações e associações no cenário esportivo. Em 1998 a Lei nº 9.615 (Lei Pelé) é sancionada com o propósito de aprimoramento da legislação esportiva. Em 2001 a Lei Federal nº 10.264 “Lei Angelo/Piva” determina o repasse de 2% da arrecadação bruta das Loterias Federais, deduzindo o valor do montante destinado aos prêmios, ao Comitê Olímpico Brasileiro e ao Comitê Paralímpico Brasileiro, na porcentagem de 85% ao primeiro e 15 % ao segundo (BRASIL, 1988; 1998; 2001).

Mesmo com o surgimento do esporte como um direito constitucional em 1988 até os dias atuais, não se encontra uma regulamentação dos níveis estruturais (educacional, participação, rendimento) que as federações e associações deveriam atuar. “O Estado pouco as fiscaliza, e o COB apenas exige projetos das Confederações para o repasse de verba proveniente da “Lei Angelo/Piva” (MEZZEI; BARROS, 2012, p.79).

No tocante ao desenvolvimento da Gestão Esportiva enquanto área de conhecimento, no Brasil acontece um processo inverso quando comparado aos Estados Unidos e Europa, a pesquisas começam antes da criação de cursos de formação. Um dos grandes pioneiros no país do estudo nessa área é o professor Lamartine Pereira da Costa responsável pelo primeiro diagnóstico de Educação e Desporto no Brasil (1971).

Só depois de dez anos é formado um programa de mestrado no curso de Educação Física da Universidade Gama Filho com concentração na administração esportiva, formando 12 mestres com diplomação “stricto sensu” até o ano de 1995 quando este para de operar. Até 2011 não existem programas acadêmicos (em nível de mestrado ou doutorado) específicos em gestão do esporte (ROCHA e BASTOS, 2011).

Também é importante destacar o surgimento de associações relacionadas à gestão e “marketing” esportivo: Associação Brasileira de Gestão do Esporte (ABRAGESP), Associação Brasileira de Profissionais e Empresas de Marketing Esportivo (ABRAPEME), Associação Brasileira de Marketing Esportivo (ABME), Academia Brasileira de Marketing Esportivo (ABRAESPORTE), Associação Brasileira dos Lojistas de Equipamentos e Materiais Esportivos (ABRALEME), Instituto Brasileiro de Direito Desportivo

(IBDD) e Associação Brasileira da Indústria do Esporte (ABRIESP) (ROCHA e BASTOS, 2011).

Até aqui fica perceptível que a gestão do esporte pode compreender uma gama vasta de possibilidades sendo necessária a existência de subdivisões, os principais pesquisadores da área no Brasil se utilizam do modelo adotado pelo “Commission on Sport Management Accreditation” órgão responsável pelo reconhecimento de cursos em gestão do esporte nas universidades americanas (ROCHA e BASTOS, 2011).

SUBÁREAS	LINHAS DE PESQUISA
Gestão e liderança no esporte	Gestão de R H em organizações esportivas Gestão de eventos esportivos Gestão de arenas esportivas Liderança e efetividade em equipes esportivas Efetividade organizacional Responsabilidade social Vantagem competitiva
“Marketing” esportivo	Comportamentos do consumidor do esporte Estratégias de “marketing” para equipes esportivas Patrocínios e endossos Licenciamento “Naming rights” “Ambush marketing”
Aspectos legais do esporte	Contratos em organizações esportivas Riscos de processos em atividades esportivas Representação legal de atletas Discriminação
Ética na gestão do esporte	“Doping” “Fair play” Abuso de poder em equipes esportivas Corrupção em entidades de administração Modificação genética de atletas
Finanças do esporte	Estimativas acerca da indústria do esporte Retorno sobre investimento em equipes/eventos Custos/receitas de construção de arenas Custos/receitas de eventos Custos/receitas para manter equipes esportivas
Comunicação e esporte	Mídia esportiva Acordo de transmissão de eventos esportivos

	Retorno de imagem Redes sociais e promoção do esporte Publicidade e propaganda de produtos esportivos
Aspectos socioculturais	Impacto de megaeventos esportivos Turismo esportivo Diversidade e gestão do esporte Esporte fantasia

TABELA 2 – SUBÁREAS E LINHAS DE PESQUISA

FONTES: ROCHA e BASTOS, 2011.

No Brasil, as linhas mais pesquisadas são de Gestão e liderança no esporte e Aspectos socioculturais, enquanto as menos pesquisadas estão relacionadas à Ética na gestão do esporte e Aspectos legais do esporte (ROCHA e BASTOS, 2011).

2.3.3 Perfil do gestor esportivo

A inserção da mídia no esporte fez com que grandes corporações empresariais identificassem o esporte como um meio de divulgação de suas marcas. Desde então conceitos de administração passaram a estar presente em todos os níveis de promoção esportiva, seja como lazer, como competição, para espectadores ou participantes. No cenário nacional a promoção e administração esportiva pode se dar tanto por instituições públicas, privadas ou associativas (MARCHI JÚNIOR, 2004; PRONI, 1998; 2008; MAZZEI, BARROS, 2012; DUARTE, 2006; BETTI, 1997).

A gestão esportiva acontece desde o século XIX como uma atividade de apoio ao esporte e a Educação Física, na Europa surgiu a partir da constituição de clubes, já nos Estados Unidos se destacou a organização dos esportes escolares e comunitários (NOLASCO et al. 2005).

Para Bastos (2003), a formação de profissionais especializados para atuarem nessas instituições tem sido dada conforme a visão de cada instituição, ou mesmo de cada docente. Bastos (2003, p.4) também constata

que “Apesar do crescimento da área, em termos de cursos e publicações, verifica-se que nela a produção científica ainda se restringe a alguns temas, não sendo compatível, quantitativa e qualitativamente, com a necessidade do desenvolvimento da Administração Esportiva no país”.

Em relação ao perfil destes administradores é notável a escassez de estudos, em um Brasil que a exigência por profissionais capacitados na área, se torna uma necessidade para toda organização que queira administrar, gerar e ofertar corretamente seus recursos (BASTOS, 2003). Para entender melhor o que realmente caracteriza um gestor esportivo temos a seguinte contribuição:

Gestores de grandes empresas de material esportivo, tais como Nike, Adidas e Puma, não são gestores esportivos. Gestores de grandes redes de TV também não são gestores esportivos. Contudo, gestores de clubes de futebol profissional deveriam ser gestores esportivos. Gestores de grandes academias de ginástica deveriam ter conhecimento de gestão do esporte. A intervenção profissional de gestores do esporte acontece à frente de organizações esportivas, mas não a frente de organizações que usam o esporte como meio de promoção (SLACK *apud* ROCHA e BASTOS, 2011, p.96).

O gestor esportivo concerne na organização e orientação sistemática de atividades esportivas e físicas em geral de organizações e entidades que procuram disseminar competições de alto nível ou participação popular em práticas de lazer, educacional e de saúde (NOLASCO et al. 2005). Bastos (2003), ao traçar perspectivas para área de gestão esportiva no Brasil, compartilha da compreensão de Dias (2002) de que em programas voltados para a formação de profissionais deve-se trabalhar com esse aglutinado de saberes, dado ênfase em conhecimentos multidisciplinares. Segundo Bastos (2003, p.7):

Outra necessidade refere-se ao aprimoramento da formação do profissional para atuar na área, que acreditamos deva se dar cada vez mais com ênfase nos conhecimentos multidisciplinares. Este aprimoramento poderá ser dado com base na fundamentação teórica para o estabelecimento de disciplinas específicas, nos cursos de formação de profissionais (graduação e pós-graduação), com programas cada vez mais adequados à realidade e às perspectivas da área no país.

Atualmente a magnitude de investimentos no esporte, faz com que o mercado necessite de pessoas com formação específica para atuar em

instituições que administram o esporte no país, não sendo somente algo restrito a ex-atletas ou outra pessoa qualquer, como acontece em muitos casos, o profissional que atua com gestão esportiva necessita de conhecimentos em esportes; habilidade em negociação; planejamento estratégico; processo decisório; lidar com reclamações; conhecimento legal; captação de recursos; motivação dos funcionários e supervisão de recursos humanos. (VIERA E STUCCHI, 2007).

Viera e Stucchi (2007) trazem para discussão a falta de foco das teorias sobre gestão esportiva e a importância das teorias da Educação Física para se compreender melhor essa área, quais são seus objetivos e como são suas estratégias de ação, tendo em vista que:

[...] essa falta de foco das teorias, as pesquisas das Ciências Administrativas tem se apropriado do conhecimento acadêmico, formatando-o como um negócio direcionado ao esporte mercador, limitando o papel das teorias da Educação Física na contextualização sobre gestão esportiva, acarretando um desenvolvimento técnico, aonde são frisados conceitos de como fazer negócios, e não de como gerir o esporte (Viera e Stucchi 2007, p.124).

Esses autores também nos alertam para não se deixar de lado as teorias das ciências administrativas, tentando trabalhar com conceitos das duas áreas para termos um desenvolvimento coerente, prezando pelo esporte e seus profissionais, seus consumidores e seus praticantes.

2.3.4 Gestão do voleibol no Brasil

Quando se trata do gerenciamento de uma modalidade específica, como no presente caso, o voleibol, foi na década de 70 que essa se torna uma modalidade pioneira no Brasil a trilhar um caminho que passaria do amadorismo para a profissionalização, esse processo de mudança começa a ocorrer, mas precisamente em 1975, quando Carlos Arthur Nuzman assume a presidência da CBV, adotando uma nova forma de gerenciar o esporte no país (MARCHI JÚNIOR, 2001).

Algumas ações administrativas consistiram maior autonomia para as federações, tais como, demissões de funcionários inoperantes, organização de arquivos, canalização de recursos, emprego de especialistas em administração, aumento quantitativo e qualitativo dos cargos das comissões técnicas, dos materiais e das formas de treinamento. Essas ações atraíram o interesse da mídia e por consequência o interesse de patrocinadores (ALMEIDA *et al*, 2012).

Vlastuin, Almeida e Marchi Júnior (2008, p.21) afirmam que “as mudanças nas organizações esportivas, no âmbito macro e microestrutural (confederações, federações e clubes), sinalizam que as relações mercantis passaram a desempenhar um papel protagonista na condução do voleibol profissional brasileiro”. “O voleibol brasileiro nos últimos 30 anos deixou de ser uma prática esportiva exclusiva de escolas e clubes e passou a ser tratada como uma modalidade provida de características pertinentes ao mercado de trabalho” (MARCHI JÚNIOR, 2008, p.149).

No entanto, temos a importante constatação na tese de Marchi Júnior (2001), que o conceito de popularização de uma modalidade esportiva não necessariamente se converte na massificação da mesma enquanto prática esportiva.

Nitidamente, temos clareza de que o conceito de popularização do Voleibol, colocado no campo esportivo, é distinto da massificação da prática esportiva. O que se populariza é o produto Voleibol e o que se tende a massificar são os conceitos da prática e a disposição para o seu consumo, não a prática do alto rendimento competitivo ou a sua oportunidade. Nessa lógica, a inclusão das técnicas de marketing e a exposição do esporte na mídia, principalmente na televisão, foi fundamental e decisiva nesse processo (MARCHI JÚNIOR, 2001, p.233).

Nessa linha de raciocínio de que o voleibol está imbricado com características do mercado de trabalho, que procuraremos discutir no capítulo seguinte a gestão que vem ocorrendo na Associação de Voleibol do Paraná e na Federação Paranaense de Voleibol.

3 GERENCIAMENTO E FOMENTO DO VOLEIBOL NO PARANÁ: PROJETOS E AÇÕES

Nos subcapítulos 3.1 e 3.2 na descrição das entidades estudadas, procuraremos abordar aspectos históricos, constituição do corpo administrativo das instituições estudadas e como ações destes influenciam na estruturação e constituição da modalidade em Curitiba.

3.1 PROJETOS E AÇÕES FEDERAÇÃO PARANAENSE DE VOLEIBOL

Na sequência, abordaremos aspectos históricos na burocratização esportiva no mundo, no Brasil, no Paraná e em Curitiba, com foco central no surgimento e desenvolvimento do voleibol em todas essas esferas geográficas. Para então entrarmos na análise do estatuto da FPV e descrever sua atuação no fomento de competições.



FIGURA 4 – LOGOMARCA FPV 2015

3.1.1 História do voleibol no Brasil e no mundo

Para chegarmos no cenário atual, no qual pretendemos analisar o voleibol em Curitiba a partir de conceitos de administração, sobre tudo administração/gestão esportiva, percebemos a necessidade de fazer um resgate histórico do surgimento do esporte e da modalidade pesquisada.

O esporte se inicia na Inglaterra do século XVIII, dentro do contexto da revolução industrial, sendo este um fenômeno da modernidade, fundado em sete aspectos: secularismo, igualdade, especialização, racionalização, burocracia, quantificação e recordes (GUTTMANN, 1978). Torna-se institucionalizado com as escolas inglesas de elite do século XIX. Essa institucionalização foi um importante marco para a consolidação e afirmação dos esportes na era moderna.

Ao longo do século XIX, a América também passa a ter importante influência na difusão e disseminação dos esportes, principalmente com os Estados Unidos que se apropria de vários esportes advindos da Europa, sendo estes posteriormente difundidos por toda a América. A importância deste país não se resume somente a inserção e disseminação dos esportes no continente americano, mas também pelo surgimento de várias outras modalidades em seu território, que futuramente viriam a se popularizar por todo o mundo.

Uma importante instituição que contribuiu para o surgimento de alguns esportes nos Estados Unidos foi a Associação Cristã de Moços (ACM), que disponibilizava aos seus associados algumas atividades esportivas, não ficando reduzida somente em reproduzir atividades que já haviam sido criadas, mas também criando novas modalidades através de seu Departamento de Educação Física com o objetivo de atender especificidades de seus associados. A ACM tem o mérito de ter sido a primeira entidade do mundo que se preocupou e desenvolveu atividades físicas que pudessem ser praticadas no inverno (DAIUTO, 1991).

A ACM foi fundada em 06 de junho de 1844, em Londres, Inglaterra (DAIUTO, 1991), por doze homens liderados por George Williams (1821-1905), tendo como objetivo a melhoria da condição espiritual dos jovens engajados

em casas de negócios, através da formação de classes bíblicas. Em 25 de novembro de 1851 o Canadá foi o primeiro país da América a receber uma unidade da ACM, instituição que já no mês seguinte em 29 de dezembro do mesmo ano inaugurava uma unidade nos Estados Unidos, na cidade de Boston (DAIUTO, 1991).

Em 1891 o Professor James Naismith (1861-1939) da ACM de Springfield, Massachusetts, Estados Unidos cria o Basquetebol (DAIUTO, 1991), o Basquetebol surge com a necessidade de suprir a falta de atividades físicas que pudessem ser realizadas pelos associados da ACM em ambientes fechados, devido ao rigoroso inverno que aquela região passava durante determinado período do ano.

De acordo com a Federação Internacional de Voleibol (FIVB) a modalidade se difundiu rapidamente para as outras instituições da ACM no país, sendo principalmente praticada entre os jovens, mas ainda não contemplava todos os grupos de pessoas associadas à entidade. Homens com a faixa etária entre quarenta a cinquenta anos de idade consideravam o jogo muito fatigante, foi então que o pastor Lawrence Reinder sugeriu a William G. Morgan (1870-1972) pensasse em um jogo de menos contato físico (MARCHI JÚNIOR, 2001).

William G. Morgan era diretor de Educação Física da ACM de Holyoke, Massachusetts. Nascido em Nova York, Morgan realizou sua graduação no Colégio Springfield da YMCA (Associação Cristã de Moços), onde foi aluno de James Naismith (FIVB), após a solicitação do pastor Lawrence Reinder, Morgan cria o Voleibol em 1895, na ACM de Holyoke, Massachusetts, Estados Unidos.

Tendo em vista a atuação da ACM nos primeiros séculos de esportivização mundial, esta pode ser caracterizada como uma importante instituição na história dos esportes no contexto mundial e principalmente na disseminação e criação de novas práticas corporais esportivas no continente americano.

No caso do Voleibol, podem ser registrada pela historiografia versões distintas da sua chegada ao Brasil. A primeira delas afirma que a modalidade é praticada pela primeira vez no ano de 1915, no Colégio Marista de Recife-

Pernambuco. Já a segunda versão afirma que o voleibol chega ao Brasil em 1916/1917 por intermédio da ACM de São Paulo (MARCHI JÚNIOR, 2001).

No processo de desenvolvimento da modalidade no país, dois estados merecem destaque pela atuação de suas federações para difusão do esporte, primeiramente o Rio de Janeiro onde a antiga Liga de Volley-Ball foi fundada em 14 de setembro de 1938, posteriormente se tornando Federação Metropolitana de *Volley-ball* em 23 de junho de 1976, a outra é a Federação Paulista de Voleibol (FPV), fundada em 1942 (MARCHI JÚNIOR, 2001).

Podemos atestar essa informação tomando por base uma mensagem do então presidente da Confederação Brasileira Carlos Arthur Nuzman, no ano em que a Federação Paulista completava cinquenta anos de existência e descrita por Marchi Júnior (2001, p.96):

Estamos certos de que o sucesso que ora o voleibol desfruta no Brasil se deve, em muito, ao incansável trabalho realizado no voleibol paulista. A força do nosso esporte em São Paulo está na mesma proporção da importância e grandeza que o Estado representa para o País. Por isso, não poderíamos deixar de mencionar o esforço exemplar que a FPV vem exercendo ao longo dos últimos anos, no intuito de apoiar e manter no voleibol a participação das maiores empresas nacionais e multinacionais. Podemos afirmar que, nesses 50 anos de história, o voleibol de São Paulo se constituiu num dos principais alicerces deste esporte no Brasil.

A chegada da década de 40 foi um período marcante para história do Voleibol em âmbito mundial, a prática havia conquistado um aumento considerável em popularidade. No ano de 1945, houve a maior publicação de artigos sobre o esporte do que em qualquer outro ano da sua história. No ano seguinte, 1946, os diretores de voleibol tiveram o reconhecimento da Associação de Voleibol dos Estados Unidos USVBA² (PIMENTEL, 2011, p.30).

Em âmbito nacional realizou-se no ano de 1944 o primeiro Campeonato Brasileiro nas categorias masculina e feminina, com a representação dos seguintes estados no naipe masculino: Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Distrito Federal (Guanabara), Bahia, Santa Catarina e Pernambuco. Sendo São Paulo Equipe Campeão. No feminino os estados

² Organizada a Associação de Voleibol dos Estados Unidos (USVBA), era o Comitê de Regras do Voleibol da Associação Cristã de Moços, administrava e coordenava as regras do esporte em escala nacional (PIMENTEL, 2011).

presentes eram, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Distrito Federal. Ficando o título com o estado de Minas Gerais. (MARCHI JÚNIOR, 2001, p. 86). Em 1946, o voleibol era o quinto esporte de equipes mais fomentado no país (PIMENTEL, 2011, p.30).

Em 1947 representantes de quatorze entidades responsáveis pelo voleibol em seus respectivos países, sendo estes: Bélgica, Brasil, Tchecoslováquia, Egito, França, Holanda, Hungria, Itália, Polônia, Portugal, Romênia, Uruguai, EUA e Iugoslávia, se reuniram em Paris para fundar a Federação Internacional de Voleibol (FIVB), nomeando o francês Paul Libaud para presidir a FIVB. Dois anos após a fundação da FIVB, 1949 é realizado o primeiro Campeonato Mundial Masculino e em 1952 é realizada a versão feminina da competição (MARCHI JÚNIOR, 2001).

O grande avanço nas décadas de 40 e 50, com a criação de uma instituição responsável pela organização da modalidade em âmbito internacional e a realização de competições mundiais, que acabaram por influenciar o desenvolvimento do voleibol em outros países sendo um deles o Brasil. No dia 16 de agosto de 1954 é fundada a Confederação Brasileira de Voleibol (CBV), a partir da iniciativa de Denis Rupert Hathaway que articulou um trabalho com os presidentes das federações estaduais para a criação de uma instituição independente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) que até então era o órgão responsável pelo voleibol em escala nacional. Denis Rupert Hathaway foi o primeiro presidente da Confederação Brasileira de Voleibol (CBV).

3.1.2 Percurso histórico do voleibol no paran : da burocratiza o esportiva ao voleibol paranaense atual

Silva e Capraro (2015) destacam que um dos processos mais importantes para consolida o do esporte no formato atual se d  pelo processo de institucionaliza o, em um primeiro momento com a reuni o de membros com interesses comuns nos clubes e posteriormente com o surgimento de

entidades controladoras das práticas esportivas. No Paraná e sobre tudo na sociedade curitibana do final do século XIX e início do XX isso não é diferente.

...modalidades esportivas começaram a se tomar mais frequentes entre os associados. O objetivo principal era o de quebrar o monopólio das entidades imigrantes. Afinal, as atividades esportivas tornaram-se um importante símbolo da modernidade e as elites curitibanas não poderiam deixar que o esporte ficasse somente nas mãos dos imigrantes e/ ou dos descendentes de europeus. Foi neste cenário que as práticas esportivas começaram a fazer parte das atividades diárias dos clubes curitibanos (SILVA E CAPRARO, 2015, p. 230).

Partindo do princípio que o processo de burocratização tenha desempenhado o importante de papel para a formação e constituição do esporte desde seu início até os dias atuais, daremos sequência nesse capítulo procurando estabelecer uma linha cronológica da constituição do esporte no Paraná, com ênfase em Curitiba estabelecendo como principal ponto de análise o processo de burocratização do mesmo. Até chegarmos aos primeiros indícios da presença do voleibol em Curitiba.

Com o surgimento dos primeiros clubes no Paraná que em quase sua maioria eram formados por imigrantes vindos da Europa, o esporte aparece como um dos itens da bagagem cultural dessas pessoas, dentre os vários grupos de imigrantes um que leva notado destaque pela formação dos clubes são os alemães, ainda que a formação dessas entidades não fosse exclusiva só a eles. Na tese de Mezzadri (2000) o autor destaca quatro grupos de clubes que existiam no Paraná. **O primeiro grupo era formado pelos clubes constituídos em função de interesses políticos e culturais, que permeavam a sociedade paranaense no final do século XIX.** Nesse primeiro grupo poderiam ser destacados os clubes: Club Literário de Paranaguá, fundado em 9 de agosto de 1872, e o Clube Republicano, também de Paranaguá, criado em 21 de agosto de 1887, nesse período a cidade de Paranaguá tinha forte influência da imigração Portuguesa. **Em um segundo grupo se destacam os clubes formados pelas elites tradicionais e conservadoras do final do século XIX e início do XX,** sendo eles os seguintes: Clube Curitibano de Curitiba, fundado em 25 de setembro de 1881, Clube Pontagrossense de Ponta Grossa, Graciosa Country Clube, formado depois de uma fusão em 1927, pelo Graciosa Tênis Club e o Curitiba Golf Club.

O terceiro grupo era formado pelas entidades étnicas, constituídas por imigrantes de mesma nacionalidade: Sociedade União, fundado em 1898, de origem polonesa, em Curitiba; a Sociedade Thalia, da colônia alemã, fundada em 1882, também em Curitiba; a Sociedade Teuto Brasileira, (Club Concórdia) de origem alemã, o clube mais antigo de Curitiba, fundado em 1883; a Sociedade Giuseppe Garibaldi, de origem italiana, fundada em 1º de julho de 1883; e o Clube Recreativo Germânia, também de origem alemã, fundado em 1896, na cidade de Ponta Grossa (atual Clube Guaíra). **E por último o quarto grupo, constituída a partir das classes mais populares da sociedade:** Sociedade Operária Beneficente Internacional da Água Verde, fundada em 1º de janeiro de 1905 e formada por imigrantes italianos, portugueses, alemães, poloneses e alguns espanhóis; Sociedade Operária Batel; a Sociedade Operária Beneficente D. Pedro II, fundada em 28 de outubro de 1916; e a Sociedade Beneficente Helvética, fundada em 1915 por imigrantes suíços. Estas entidades estavam localizadas na capital do Estado. Já o Clube Operário Beneficente Germânia, fundado em 13 de dezembro de 1897, localizava-se em Ponta Grossa (atual Clube Princesa dos Campos). Esse clube foi formado por marceneiros, carpinteiros, pintores e ferreiros entre outros profissionais. Dentre todos os grupos encontram-se objetivos diversos, podendo servir para confirmação do status das elites, manutenção das tradições de determinada nacionalidade ou até auxílio para os indivíduos com dificuldades financeiras e de saúde, procurando conseguir trabalho quando seus associados precisavam (MEZZADRI, 2000).

Nesse período a prática esportiva se dava dentre dessas entidades, não existindo ainda nenhuma instituição que procurasse regulamentar uma modalidade esportiva, até que em 1909, é criada na cidade de Curitiba a associação “Tiro de Guerra 19 Rio Branco”, também chamada de “Sociedade Rio Branco”, que regulava a modalidade chama “Tiro”. Marcando assim um processo de burocratização esportiva em Curitiba (SILVA E CAPRARO, 2015).

No mesmo período também se teve uma disseminação muito rápida do futebol nas principais metrópoles do país, entretanto em Curitiba não se tinha tanta adesão nos meios mais refinados da sociedade.

Em benefício da sociedade de Tiro Rio Branco, realizou-se, hontem, um match de "foot-ball", no "ground" do Prado Paranaense, entre as valorosas equipes dos Clubs Coritiba e Internacional.

O dia estava magnífico: no entanto é-nos triste confessar que as pessoas que foram ao Prado eram em numero diminuto.

Não prevíamos isso, pois, o fim da festa era altamente patriótico e digna da protecção do povo (Diário da Tarde apud CAPRARO, 2002, p.103).

Nessa época vários clubes de futebol estavam sendo fundados, mas a prática ficava centrada quase que exclusivamente a três clubes que detinham a hegemonia sobre os demais, Internacional *Football Club*, Paraná *Sport Club* e Coritiba *Football Club*. As partidas que aconteciam eram sempre amistosas, o surgimento de uma instituição própria para modalidade era de suma importância para se manter o caráter elitista da modalidade, não dando brechas para que as mais diferentes classes manchassem a característica nobre do futebol. Então em 1913, é formada a Liga Paranaense de *foot-ball* (CAPRARO, 2002).

Liga Paranaense de foot-ball

Conforme convite do "Internacional foot ball club", reuniram-se, hontem, ás 8 horas da noite, numa das salas do edificio da Associação dos Empregados no Commercio, as representantes dos diversos clubes de "foot ball" desta capital e de Paranaguá.

A sessão foi presidida pelo sr. João Seiler e secretariada pelo sr. dr. Mario Carneiro. Os clubes foram assim representados:

Internacional - srs. João Laborgue, Jorge Leitner e Edgar Torres; Paraná - dr. Mario Carneiro e Lincoln Neves; Coritiba - João Seiler, F. Essenfelder e Fraub; "América" F. Neugast e Romeu Santos; Brasil de Paranaguá - J. A. Guimarães; Sul América - Alberto Manfredini, Clovis Guelbeck Lycio Laynes; Ivahy - Paschoal Bleggi, e Paranaguá - Arcésio Guimarães. Os clubs de Ponta Grossa deixaram de se representar.

O sr. João Seiler, usando da palavra, produziu um bello improviso, fazendo votos para que a reunião de hontem, seja o primeiro passo para a tão almejada fundação da liga, que fará desaparecer as desavenças e discordias registradas ultimamente, visando o seu fim, não só, organizar campeonatos, mas também encontrar a harmonia entre os clubs colligados, que estarão sob a sua imediata fiscalização, procurando por todos os meios, a sua própria prosperidade e a do jogo de "foot ball".

Ficou deliberado que a sessão de hontem fosse preparativa, e que em assembléa geral ficará definitivamente fundada a liga, á referida assembléa, serão apresentados os estatutos e o demais que se julgar necessário á boa interpretação e fins da liga.

Para a confecção dos estatutos, ficou constituída a seguinte comissão: srs J. Laborgue e Jorge Leitner, do "Internacional"; João Seiler e F. Essenfelder, do "Coritiba"; Ruffelser e Lincoln Neves, do "Paraná" e Paschoal Bleggi, do "Ivahy".

Assim, está em vias de organização a liga tão necessária á boa marcha e compreensão do "foot ball" em nosso Estado. Resta, que os distinctes "sportmen" que compareceram á reunião de hontem, tomem na devida consideração a formação da liga applicando nesse sentido os seus melhores esforços (DIÁRIO DA TARDE, 1913 apud CAPRARO, 2002, p.116).

Mesmo com a criação da liga muitos conflitos entre os clubes inviabilizavam o seu funcionamento, existindo uma disputa de poder para se definir qual clube ficaria na direção, sendo que a liga só venho a ser de fato fundada em 1915, nesse acontece a realização do primeiro Campeonato Paranaense de Futebol, já nessa primeira competição houve discordâncias com relação ao resultado final do campeonato que foi vencido pela equipe do Internacional, as outras equipes não concordaram com o resultado devido a participação de um jogador que atou pelo time do internacional e que não residia em Curitiba, com isso os clubes da primeira divisão se reuniram para criação da Associação Paranaense de *Sports Athleticos* (CAPRARO, 2002). Ficando demarcada a primeira cisão de uma instituição esportiva no Paraná.

Os embates permaneceram durante o ano de 1916, tendo como enredo a presença de Santos Dumont e Olavo Bilac em Curitiba, os quais foram disputados pelas duas instituições existentes para acompanharem as competições que ambas realizavam naquele ano, ao final de 1916, as duas entidades entram num consenso, unindo-se na criação de uma única instituição reguladora do futebol paranaense, que passa a se chamar Associação *Sportiva Paranaense* (CAPRARO, 2002 e MORAIS e SILVA, 2011).

Enquanto nessa época o futebol começava a figurar como protagonista, outras modalidades esportivas ainda estavam sendo realizadas quase que exclusivamente no interior dos clubes, Mezzadri (2000) destaca que com o aumento significativo de modalidades esportivas acarretadas devido ao aumento gradativos do número de clubes nas primeiras décadas do século XX, encontrasse a necessidade de formar uma instituição que regulamentasse as competições, eventos estes que até então aconteciam no interior dos clubes. Assim em 23 de maio de 1932, é criada a Liga Atlética Paranaense, que anos depois se transformaria em Federação Desportiva Paranaense. Nessa entidade estavam estruturados, numa primeira fase, os departamentos de Atletismo,

Bola ao Cesto, Vollev Ball e Hand - Ball e posteriormente vieram os departamentos de Natação, Halterofilismo, Ginástica, Pugilismo e Punhobol.

Importante destacar que a presença do voleibol na ata de fundação da Liga Atlética Paranaense é o primeiro relato histórico que se tem da presença da modalidade no estado. Pilatti (2006) ao analisar as atas da Liga Atlética Paranaense destacou que em 1932, a única atividade desenvolvida pelo departamento de voleibol naquele ano teria sido a montagem de uma equipe para representar a Liga em um torneio interestadual. Antes disso não se tem evidências na bibliografia de quando o voleibol chegou ao Paraná.

Observa-se que na constituição da Liga Atlética Paranaense - LAP havia representantes de inúmeros clubes da capital, tanto de entidades formadas pelos imigrantes, como Sociedade Teuto Brasileiro e a Sociedade Sportiva Junak, quanto por associações fundamentalmente esportivas, como o Club Atlético Ferroviário, o Club Atlético Paranaense e o Coritiba Foot Ball Club. A formalização da Liga Atlética Paranaense demonstra o início das possíveis redes de interconexões existentes entre os imigrantes e os demais grupos organizados da sociedade civil.

Gradualmente outros clubes foram se incorporando à LAP, que tinha o objetivo de promover o esporte no Estado, principalmente o **voleibol**; o basquetebol o atletismo, o handebol, o tênis e o ciclismo (MEZZADRI, 2000, p.35).

O surgimento da Federação Desportiva Paranaense em 9 de junho de 1943, Mezzadri (2000) aponta que o surgimento FDP acontece pouco depois da regulamentação da Lei Federal 3.199/41, a FDP manteve os mesmo departamentos, a principal diferença era que agora está estava sob a fiscalização e instrumentalização do poder governamental federal, mas até a década de 1950 a fiscalização dependia das ações de clubes e ligas esportivas do estado, sendo os que realmente controlavam o sistema esportivo da época. Com a regulamentação os principais beneficiados foram os clubes de Curitiba, tendo competições organizadas somente para eles. A primeira competição que sai do eixo de Curitiba acontece apenas em 28 de novembro de 1948, o Campeonato Estadual de Bola ao Cesto, envolveu três cidades, Curitiba, Paranaguá e Ponta Grossa. Com o desenvolvimento do estado e a crescente ocupação de regiões fora de Curitiba novas entidades foram surgindo no interior do estado, possibilitando que a LDP não ficasse restrita só aos clubes da capital, havendo um processo de abertura da LDP para instituições vindas

de outras regiões. As entidades de maior destaque eram a Liga de Esportes Atléticos de Londrina, a Liga Desportiva Norte Paranaense, a Liga Atlético de Paranaguá, a Liga Pontagrossense de Bola ao Cesto, a Liga Atlético Londrinense e a Liga Desportiva de Ponta Grossa.

Podemos demarcar nesse período um segundo momento de conflitos relacionados a uma das mais importantes instituições burocráticas pelo esporte no estado, ainda que esses conflitos não acontecessem de dentro para fora como no caso da Liga Paranaense de *foot-ball*, eles nos levam a refletir sobre quais os motivos que possibilitaram o surgimento de diversas ligas por todo o estado, porque seria preciso formar uma ou mais instituições com o objetivo de organização e regulamentar o esporte em determinadas regiões se naquele momento já existia uma Federação com essas responsabilidades? O que Mezzadri nos apresenta deixa evidente que naquele momento existiam problemas de gestão na FDP, aonde a mesma acabou por gerar uma insatisfação para determinados membros daquela sociedade, podendo ser esse um dos principais motivos que culminou na formação várias dessas ligas.

Movidos pelo aumento da disseminação esportiva no estado vários departamentos da FDP começam se desmembrar da instituição, esse percurso leva a criação de federações específicas de determinadas modalidades. É assim que em 10 de abril de 1953, é criada a Federação Paranaense de Voleibol, pelos seguintes clubes e associações: Associação Atlético Acadêmica de Filosofia, Associação Atlético Acadêmica de Educação Física, Círculo Militar do Paraná, Curitiba Foot Ball Club, Clube Atlético Ferroviário, Clube Atlético Seletto, Esporte Clube Universal, Ícaro Atlético Clube e Sociedade de Cultura Física Duque de Caxias (NIEDWIESKI, 2005), sendo Orlando Brasil Soldati o primeiro presidente do órgão responsável exclusivamente pela organização e difusão do voleibol no estado do Paraná.

Segundo (NIEDWIESKI, 2005) o surgimento da FPV marca uma importante ascensão do voleibol paranaense, principalmente pela participação dos clubes e dirigentes na regulamentação e organização de competições. Importante destacar que no início da história da FPV ocorreu uma constante troca de presidentes, seguindo nesta ordem: Orlando Brasil Soldati (1953), Major Jayme de Paiva Mello (1954), Orlando Brasil Soldati (1955), Lucir Gallieri (1959), Odir René Coelho Sondahi (1961), Orlando Brasil Soldati (1963), Carlos

Zenphing (1965), Antonio Pereira Mello (1967), o último citado foi exonerado em 1974, depois de intervenção da Confederação Brasileira de Voleibol, por inatividade da diretoria da FPV por um período de dois anos, assumindo no mesmo ano através de eleição o presidente Uahib Abraão.

Nesse período as principais atividades da federação consistiam na organização de competições regionais e algumas estaduais, principalmente nas categorias adultas e juvenis, competições que levariam a formação da seleção estadual que disputaria o campeonato brasileiro de seleções organizado pela CBV (NIEDWIESKI, 2005). O voleibol no Paraná continuou dessa forma até o início dos anos 80, algo que não era exclusivo só no Paraná, outros estados passam por processos semelhantes. Lembrando que já no final da década de 1970 o voleibol brasileiro começava passar por profundas mudanças decorrentes da entrada de Carlos Arthur Nuzman na presidência da CBV.

Durante os anos de 1950 e 1980 o estado tomou para si a responsabilidade de organizar o esporte em geral, algo que venho a enfraquecer as confederações, federações, ligas e clubes esportivos, no Paraná em particular. Essa hipótese se confirma pelas ações realizadas nas administrações estaduais a partir dos anos 50, quando nos projetos desenvolvidos pelo governo buscavam-se incentivos às confederações e federações, o que na prática nem sempre era executado (MEZZADRI, 2000).

Mezzadri (2000) aponta que na década de 1950 os clubes que participavam de competições esportivas estavam ligados a um processo embrionário de espetacularização, a participação desses clubes é bastante tímida até o início da década de 1980, quando os clubes retomam a sua posição no cenário estadual. Um clube pioneiro nesse processo de mudança no Paraná era o Clube Cristalino, de Curitiba, que desenvolvia suas atividades ligadas ao voleibol, o clube é fundado em 1984, em um período em que o voleibol estava em franca ascensão no país, no cenário nacional o Esporte Clube Cristalino não teve grande repercussão, mas para o cenário paranaense ele desempenhou um papel fundamental, para criação de clubes empresas no estado.

Os tempos mudaram. Paramos de sonhar e passamos para a realidade do esporte amador brasileiro, com passo firme e seguro. O futuro já chegou ao Paraná, e a partir deste ano o Esporte Clube Cristalino proporcionará muitas emoções. Emoções estas que estavam sufocadas em nós, naquele grito de não podermos competir de igual para igual com boas equipes nacionais. A história do Esporte amador inicia sua nova era. Seguramente, todos estão vibrando com o surgimento do Cristalino, uma equipe que reúne dezesseis jogadores sendo cinco de outros Estados. Os demais são todos "pratas da casa" (REVISTA ESPORTE E AÇÃO, 1985 *apud* MEZZADRI, 2000, p. 129).

O Clube Cristalino manteve suas atividades até o final da década de 1980, podendo ser considerado um clube amador, quando comparado suas condições com outros clubes espalhados pelo Brasil, seus atletas recebiam apenas uma ajuda de custo, hospedagem e alimentação. No entanto essa primeira experiência impulsionou o surgimento de diversas entidades que tinham um formato similar, como o basquetebol de Londrina e Ponta Grossa, o futebol de salão na maioria das cidades do Estado, a natação em clubes de Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, o handebol feminino em Cambé e o masculino em Maringá, o voleibol masculino em Maringá e o feminino em Curitiba, e o Atletismo, que também foi relativamente estruturado em diferentes cidades. Mesmo com a criação desses clubes não ocorreu um fortalecimento das federações, das ligas ou de outras instituições das modalidades esportivas envolvidas (MEZZADRI, 2000). Pouco antes da fundação do Clube Cristalino, foi eleito para Neuri Barbieri para presidir a FPV, este nunca mais saiu do comando da entidade.

Com a intensificação do esporte espetáculo nas décadas de 1980 e 1990, o governo do estado busca uma aproximação entre o poder público e a iniciativa privada com o objetivo de projetar o Paraná no cenário nacional esportivo. Para efetivação dessa proposta o Governo do Estado do Paraná passa a investir em projetos de criação de Centros de Excelência, mas uma vez o voleibol aparece como uma modalidade pioneira quando o governo do estado faz uma parceria com a Gessy-Laver, empresa multinacional com grande inserção nos produtos higiênicos. A marca utilizada pela Gessy-Lever foi a Rexona (MEZZADRI, 2000). Na tese de Pilatti (2000) foi realizada uma entrevista com Marcos Aurélio Schemberger secretário de Estado naquele momento que disse o seguinte:

Em 95, o governador Jaime Lerner, dentro da proposta de governo para o esporte, decidiu transformar o Estado do Paraná numa potência olímpica; em cima desse objetivo foi criado o projeto da Vila Olímpica do Paraná, que hoje infelizmente está dormente no papel. O projeto consistia em transformar a Av. Vitor Ferreira do Amaral na Av. Olímpica e englobava os municípios de Piraquara, Pinhais, São José dos Pinhais. Quando o secretário ainda era o Sílvio Barros, deu-se uma valorização maior no alavancamento do turismo e no fortalecimento do esporte nos municípios através dos Jogos Oficiais do Estado. Com a entrada do Oswaldo (Luiz Magalhães dos Santos - LAP) em agosto de 98, as coisas mudaram. Ele raciocinou diferente do governador, no seu entendimento o Paraná necessitava antes de tudo de uma representatividade no esporte amador nacional, deixando de ser "2ª divisão" do esporte nacional para passar para a 1ª. Criou-se o primeiro projeto: o Centro de Excelência do Voleibol. Depois de estar no papel, foi buscado uma pessoa que servisse como vitrine do projeto. Chegou-se no Bernardinho, que na época estava assumindo uma coordenação no Comitê Olímpico Brasileiro. O Bernardinho também tinha um projeto, nesse projeto ele pretendia não só trabalhar com uma equipe adulta, mas também com crianças. Existiu um casamento dos projetos e foi-se buscar uma marca para ser a mantenedora do projeto, que veio a ser a Gessy Lever com o desodorante 24 horas feminino Rexona. Com a efetivação da parceria foi criado um segundo projeto, o Ginásio Tarumã. O Ginásio foi reformado, transformando-se em um ginásio de primeiro mundo, específico para a prática do voleibol. Das oito da manhã as dez da noite, o ginásio passou a ser utilizado por crianças e pela equipe adulta feminina que foi campeã da Liga Nacional já no primeiro ano de existência e foi vice no segundo ano (SCHEMBERGER 23 nov. 1999 *apud* PILATTI, 2000, p. 169).

Assim foi criado o Centro Rexona de Excelência do Voleibol em 1997, que tinha como objetivo:

CENTRO REXONA DE EXCELÊNCIA DO VOLEIBOL

Criar um dos maiores núcleos de talentos e profissionais, contribuindo para o futuro do voleibol brasileiro.

Democratizar a prática do voleibol no Estado do Paraná.

Estimular o desenvolvimento das crianças através da atividade esportiva que auxilia na promoção da saúde, educação e convívio social.

Tornar o Paraná um centro de referência de voleibol no Brasil e no mundo.

NÚCLEOS LIGADOS AO CENTRO REXONA DE EXCELÊNCIA DE VOLEIBOL

Difundir a prática esportiva através do voleibol, utilizando o mini-vôlei como método de aprendizagem.

Criar oportunidades às crianças carentes a iniciarem no esporte.

Desenvolver um projeto social, tendo o voleibol como meio auxiliar no desenvolvimento global das crianças, ajudando a formar melhores seres humanos (CENTRO REXONA DE EXCELÊNCIA DO VOLEIBOL, 1997 *apud* MEZZADRI, 2000, p. 146).

A parceria definiu que a Paraná Esportes (nome dado a secretaria de esportes), deveria fornecer toda infraestrutura necessária para montagem de

uma equipe de voleibol feminino de alto rendimento e incentivar a prática do voleibol em várias cidades do estado. Enquanto a empresa Gessy-Laver ficaria com a responsabilidade de arcar com o pagamento das atletas, técnicos e demais despesas com a equipe principal, além das estratégias para as escolinhas de voleibol (MEZZADRI, 2000).

Mezzadri (2000) chama atenção para ausência da Federação Paranaense de Voleibol na participação do projeto:

Com a consolidação da parceria, projetou-se tanto o voleibol feminino quanto o Estado no cenário nacional. Está exemplificada no primeiro Centro de Excelência a relação mais sólida entre o poder público e a iniciativa privada. Entretanto, no documento elaborado pelo Centro Rexona de Excelência de Voleibol e pela Paraná Esporte, a Federação Paranaense de Voleibol não está presente, o que demonstra uma certa distância da Federação de Voleibol nas decisões tomadas acerca da evolução do voleibol no Estado (MEZZADRI, 2000, p. 147).

No histórico da FPV é enaltecida a revelação de atletas e técnicos que tiveram grande destaque nacional e internacional e também projetos como o Rexona:

Ao longo dos seus mais de 61 anos de história o Paraná revelou grandes nomes e grandes projetos vitoriosos no voleibol. O maior jogador de vôlei de praia de todos os tempos, o paranaense Emanuel Rego se mantém federado junto a FPV até os dias atuais. Gilberto Godoi, o Giba, também é um exemplo de paranaense vitorioso revelado no Paraná, o mesmo ocorre com o líbero Serginho (Diamante do Oeste), Marlon (Guaíra), Mari (Rolândia), Samuel (Curitiba), Natália (Ponta Grossa), Ágatha (Paranaguá), e os técnicos Rubinho (assistente da seleção masculina adulta) e Percy Oncken (eneacampeão mundial juvenil).

Dos projetos que deram certo, destaque para a equipe de Maringá que encantou a torcida na década de 90 e que abriram portas para o Rexona se instalar em Curitiba e se tornar o maior vencedor do voleibol brasileiro (FPV, 2014).

A equipe Rexona revolucionou a gestão esportiva no cenário do Voleibol feminino paranaense, conquistando o primeiro título brasileiro na história da modalidade para o Estado. Se sagrando campeã da Superliga de Voleibol nas edições de 97/98, 99/00 e vice-campeã em 98/99. Na parceria entre Unilever/Governo/Bernardinho ficou estabelecido que:

À Unilever competiram as seguintes responsabilidades: 1. quanto ao Ginásio do Tarumã: programação visual, 2. quanto a equipe profissional: pagamento das atletas, comissão técnica e administração; pagamento de taxas da Federação Paranaense de Voleibol (FPVB) e CBV; compra de material de treinamento e jogos; pagamento de viagens (passagens, hospedagens, etc.), 3. quanto aos núcleos: compra de material (bolas, fitas, etc.) e kits para alunos e professores; pagamento dos professores do Núcleo do Tarumã e organização dos Cursos de Capacitação e Aperfeiçoamento em Curitiba e 4. quanto à divulgação: assessoria de imprensa; brindes; torcida, etc. Ao Governo do Estado competiram as seguintes responsabilidades: 1. quanto ao Ginásio do Tarumã: reformas das instalações, mão-de-obra para manutenção, limpeza e segurança; equipamentos para sala de musculação, administração e fisioterapia (departamento médico e importação do piso mondo, de borracha natural), 2. quanto à equipe profissional: infra-estrutura operacional para jogos amistosos e da Superliga (pessoal do quadro móvel: bilheteria, limpeza e segurança) e 3. quanto aos núcleos: escolha das escolas e pagamento dos professores e compra de material (bolas, carrinhos, postes, redes, etc) (VLASTUIN, 2007, p. 65).

Em 2003, depois do término da parceria entre equipe profissional e Governo do Estado. A marca Rexona, em nova parceria firmada com a marca AdeS, da Unilever, se une no patrocínio para formar a equipe de Voleibol Rexona-AdeS, passando a ter a cidade do Rio de Janeiro como sede. (VLASTUIN, 2007).

O fato da equipe Rexona ser campeã, com elevado sucesso e apoio de sua torcida não garantiu que a equipe permanecesse no Paraná, o que a princípio não caracteriza um fato normal, mas próximo de uma estratégia instauradora e mantenedora de investimento social para a produção e reprodução das relações úteis, que perspectiva uma geração de lucros materiais e simbólicos (VLASTUIN, 2007, p. 5).

Mesmo com a transferência da equipe profissional para o Rio de Janeiro o projeto social foi mantido e patrocinando até 2008, pelas marcas Rexona/AdeS. Em 2011, todo o seu plano orçamentário foi preparado para receber, pela primeira vez, recursos aprovados pela Lei Federal de Incentivo ao Esporte. Atualmente o programa atende 1.700 crianças e adolescentes de 9 a 15 anos nas cidades de Curitiba, Guaratuba, Campo Largo, Ponta Grossa, Castro, Pato Branco, Guarapuava, Pitanga, Londrina, Cornélio Procópio, Maringá, Cianorte, Toledo, Cascavel e Francisco Beltrão, sendo 670 alunos desse total atendidos pelo núcleo central que tem sua sede em Curitiba (INSTITUTO COMPARTILHAR, 2015). Podemos afirmar que esse programa consolidou um dos maiores projetos de difusão e fomento de uma modalidade esportiva no Paraná e principalmente em Curitiba.

A parceria firmada entre Governo do Estado, instituição privada e Bernardinho, deixou um legado, ainda que não continuasse da mesma forma depois da transferência da equipe profissional, a manutenção do projeto social permitiu que mais crianças e adolescentes iniciassem a prática do voleibol, outro ponto que teve expressiva relevância para o contexto da modalidade em Curitiba e merece destaque é a formação e especialização de diversos profissionais de Educação Física, que assim como seus alunos viriam a se introduzir em vários clubes da cidade para atuarem com a prática do voleibol.

Na entrada do novo milênio, o voleibol paranaense vivia um momento de efervescência, seus praticantes aumentavam cada vez mais, logo sua demanda também crescia. Em 09 de maio de 2001, é fundada a Liga de Voleibol do Paraná (LVP) sediada em Piraí do Sul³, que procurava fomentar principalmente o voleibol no interior do estado, também em 2001, germinava a Taça Paraná, uma pequena competição idealizada por Josmar Colho e Gerson Amorim, na época ambos eram professores do projeto social do Rexona, competição essa que tomaria proporções gigantescas anos depois. E em 4 de julho de 2005, um grupo de admiradores e praticantes do voleibol cria a Associação de Voleibol do Paraná (AVP) em Curitiba, instituição que inicialmente fomentaria competições de voleibol para categoria master.

Em 2014, a FPV relata que registra anualmente mais de 1350 atletas, que são treinados por aproximadamente 50 técnicos que estão no comando de várias equipes sediadas no estado, em 2012, a CBV fez uma avaliação com as federações estaduais e a FPV foi a que apresentou os maiores índices de produtividade, compreendendo resultados das seleções estaduais, número de registros de atletas, volume de jogos e saúde financeira (FPV, 2014)⁴. No quadro apresentado até aqui fica perceptível que a rápida disseminação da prática do voleibol pelo estado e principalmente em Curitiba atingiu números bastante expressivos, números que ao longo da última década possibilitaram o surgimento de novas organizações fomentadoras da modalidade enquanto a FPV tinha dificuldades de atender a todos.

³ Disponível em: <<http://lvpr.com.br/news.php>> Acesso em: 20 set. 2015.

⁴ Disponível em: <<http://voleiparana.com.br/index.php/institucional/historico>> Acesso em: 20 set. 2015.

3.1.3 Contextualizando o estatuto da FPV

O atual Estatuto da FPV é datado do dia 12 de agosto de 1999, contendo quinze capítulos: I. Da Entidade e seus fins, II. Da Organização e dos Poderes, III. Da Assembleia Geral, IV. Divido em duas seções respectivamente, seção um. Do Tribunal de Justiça Desportiva, seção dois. Da comissão disciplinar, V. Do Conselho Fiscal, VI. Da Presidência, VII. Da diretoria, VIII. Do regime Econômico e Financeiro do Patrimônio da Receita e da Despesa, IX. Da filiação, X. Das Ligas, XI. Das Associações Filiadas, Direitos e Deveres, XII. Dos Atletas. XIII. Títulos Honoríficos. XIV. Dos Símbolos, Bandeiras e Uniformes. XV. Das Disposições Gerais e Transitórias (ESTATUTO FPV, 1999).

A FPV é filiada a CBV, denominada como uma entidade civil que é constituída pelas associações filiadas a ela, que praticam o voleibol no estado, podendo realizar a desfiliação de qualquer associação que não cumprir os estatutos da FIVB, COB, CBV e FPV. Tendo como objetivos:

Art. 5º - AFPV tem por fim:

- a) difundir a Prática do Voleibol no Estado do Paraná, objetivando o processo de todas as entidades filiadas;
- b) representar o Voleibol paranaense junto aos poderes públicos e a Confederação Brasileira de *Volley-Ball* em caráter geral;
- c) representar o Voleibol paranaense em todo território nacional, desde que não implique em atribuições da alçada da Confederação Brasileira de *Volley-Ball*;
- d) respeitar e fazer respeitar as Normas, Regulamentos e Regras da Federação Internacional de *Volley-Ball* e Confederação Brasileira de *Volley-Ball*;
- e) participar dos Campeonatos Brasileiros;
- f) promover ou permitir a realização de competições regionais;
- g) providenciar conforme preceitua o Estatuto da Confederação Brasileira de *Volley-Ball* a participação de seus filiados em competições nacionais e internacionais;
- h) promover o funcionamento da escola para o curso de formação de árbitros de Voleibol;
- i) informar as entidades filiadas sobre as decisões dos seus poderes e dos poderes de hierarquia superior;
- j) regulamentar as inscrições dos praticantes de Voleibol no território do estado do Paraná, bem como as transferências de atletas de uma para outra entidade filiada, fazendo cumprir as exigências das Leis Nacionais e Internacionais, quando for o caso;
- k) elaborar regulamentos, tanto da natureza técnica como administrativa (ESTATUTO FPV, 1999, p.1).

Ao que se refere a comunicação com seus associados presente no item I, vale destacar que essa acontece de maneira bastante eficaz através no site da entidade.

A FPV tem como componentes de seus poderes a assembleia geral, Tribunal de Justiça Desportiva, comissão disciplinar, conselho fiscal, presidência e a diretoria. Não permitindo a acumulação de mandatos nesses poderes e não permitindo que essas pessoas sejam remuneradas, desempenhando suas funções exclusivamente de forma amadora.

É nas assembleias gerais que se decide quem fica encarregado de assumir cada poder, só podendo haver a participação de entidades afiliadas a no mínimo um ano, que só tem direito a voto se tiverem participado de no mínimo duas competições nos dois anteriores a realização da assembleia. Dentre as principais responsabilidades da assembleia estão: reconhecer o relatório anual de prestação de contas, eleger o presidente e vice-presidente de quatro em quatro anos, aprovar orçamento anual. Vale destacar que quando entramos em contato com a federação solicitamos atas de reuniões de assembleias, mas não tivemos retorno em relação a esses documentos. Ao analisar o capítulo III. Da Assembleia Geral nenhuma menção ao registro das discussões em ata.

No que se refere ao Tribunal de Justiça Desportiva, esse se denomina como uma unidade autônoma e independente, tendo principal responsabilidade processar e julgar em última instância questões relativas a disciplina e às competições. Antes de algum caso chegar ao tribunal esse deve passar antes pela Comissão Disciplinar, que aplica sanções em primeira instância com em súmulas de jogos ou documentos similares.

O Conselho Fiscal é o setor de fiscalização da administração financeira da entidade, a FPV tem um orçamento único que compreende receitas e despesas, que são as seguintes:

Art. 48° - O patrimônio da FPV compreende:

- a) seus bens móveis e imóveis;
- b) prêmios recebidos em caráter definitivo;
- c) o fundo de reservas fixado anualmente pela Assembleia Geral, com base no saldo verificado no balanço;
- d) os saldos positivos da execução do orçamento;

1° - A receita da FPV compreende:

- a) joias de filiação
- b) mensalidades pagas pelas entidades filiadas;
- c) taxas de transferência de atletas
- d) renda de torneios, campeonatos ou jogos promovidos pela CBV e FPV;
- e) taxas de licença para jogos regionais e interestaduais a serem estabelecidas pela Assembleia Geral anualmente;
- f) taxas fixadas em regime específico;
- g) multas
- h) subvenções e auxílios concedidos pelos poderes públicos ou entidades da administração indireta;
- i) donativos em geral;
- j) rendas eventuais de patrocínios, bingos, promoções, direitos de TV, *merchandising* e *marketing* nos eventos da FPV.
- k) taxas de inscrição em competições oficiais;
- l) os contratos firmados com particulares.

2° - A despesa da FPV compreende:

- a) pagamentos das contribuições devidas às Entidades a que estiverem filiadas a FPV;
- b) pagamentos de impostos, taxas, aluguéis, salários de empregados e outras despesas indispensáveis a manutenção da FPV;
- c) despesas com a conservação dos bens da FPV e do material por ela alugado ou sob sua responsabilidade;
- d) aquisição de material de expediente e desportivo;
- e) custeio dos campeonatos, torneios e jogos organizados pela FPV;
- f) aquisição de distintivos e carteiras;
- g) assinatura de jornais e revistas especializadas e a compra de material fotográfico para os arquivos da FPV;
- h) gastos de publicidade da FPV;
- i) despesas eventuais (ESTATUTO FPV, 1999, p.15).

Em nenhum momento se faz menção a recursos providos pela CBV, Confederação que recebe um dos maiores percentuais financeiros do COB (ALMEIDA, 2010). A FPV também não nos deu retorno sobre nenhum documento referente a esse conselho, em 18 de abril de 2015, foi publicado uma matéria no site da FPV na qual foi destacada a aprovação dos balancetes financeiros do ano de 2014, por representantes de algumas entidades filiadas, nessa assembleia o presidente Neuri Barbieri destaca o trabalho realizado por membros da diretoria da instituição durante o ano de 2014:

“Tive que me afastar por um período da FPV no ano passado, mas conseguimos cumprir com todos os objetivos e metas traçadas no planejamento. Isso aconteceu graças à lisura de todo o processo administrativo e ao excelente trabalho feito por pessoas com histórico de trabalho e luta pelo voleibol paranaense. Fico muito tranquilo quando estou na CBV, porque sei que a Federação do Paraná está sendo muito bem conduzida pelo Gaúcho e pelo Olegário”⁵.

⁵ A FPV teve as contas relativas ao exercício de 2014 aprovadas por unanimidade pelos clubes filiados em Assembleia Geral Ordinária, realizada em Guarapuava, em 18 de abril de

Essa matéria foi a única referência encontrada no site da FPV que fala sobre a realização de uma assembleia da instituição e também a única que trazia informações relacionadas a questões financeiras da entidade.

A presidência da FPV é composta por um presidente e por um vice-presidente que são assessorados pela diretoria, as obrigações do presidente são:

Art 34° - Ao presidente compete:

- a) zelar pela harmonia entre os filiados, em benefício do progresso e da unidade política do Voleibol Paranaense;
- b) supervisionar, coordenar, dirigir e fiscalizar as atividades administrativas, econômicas, financeiras e desportivas da FPV;
- c) convocar e presidir, sem direito à voto, as Assembleias Gerais da FPV;
- d) convocar o Conselho Fiscal;
- e) presidir, sem direito a voto, os Congressos da FPV;
- f) convocar e presidir reuniões de Diretoria;
- g) nomear suspender, demitir, contratar, elogiar, premiar, abrir inquéritos e instaurar processos nos termos do Regime Geral e observada a Legislação vigente, designar seus diretores, superintendentes, assistentes ou assessores e os componentes das comissões que construir;
- h) assinar contratos para aquisição de direitos de eventos, inclusive direitos de televisão, *merchandising* e *marketing* da FPV e em tudo que houver a participação do Voleibol paranaense, inclusive o de duplas;
- i) assinar contratos com empresas de promoção de eventos esportivos e *marketing* para compra e venda dos eventos da FPV e seus correspondentes direitos (ESTATUTO FPV, 1999, p. 8).

A Diretoria é composta pelo presidente, vice – presidente e diretores: secretário, financeiro, técnico, árbitros e relações públicas, todos esses cargos são designados pelo presidente, podendo o mesmo criar novos cargos.

No que se refere a lideranças da entidade, desde que assumiu a presidência em 1982, Neuri Barbieri nunca teria encontrado um candidato que fizesse oposição a ele em eleições. No entanto em 2012, Clésio Prado que tinha ocupado o cargo de vice-presidente em mandato anterior colocou-se como oposição nas eleições para presidência da instituição. Eleição essa que teve muita polêmica como enredo, a primeira delas seria o local das eleições que foram realizadas em Marechal Cândido Rondon, cidade que fica a 582 km

2014. Disponível em: <<http://voleiparana.com.br/index.php/noticias/ultimas-noticias/4194-fpv-tem-contas-aprovadas-por-unanimidade-em-assembleia-geral>> Acesso em: 20. set. 2015.

da capital Curitiba. O problema central seria a divulgação do pleito, realizado na tarde do dia anterior a eleição 03 de fevereiro de 2012, pleito esse que ocorreu às 10 horas da manhã do dia 04. A oposição afirmava que essa ação acontecia com a premissa de afastar o eleitorado da capital. Outras acusações como a não prestação de contas da entidade entre os anos de 2008 a 2012 e a participação de um dos membros da gestão atual na comissão eleitoral, Jandrey Vicentin, fizeram com que as eleições da entidade fossem parar na Justiça Comum (REINECKEN, 2012).

Percebemos que mandatos extensivos na presidência de entidades esportivas paranaenses não são fatos recorrentes só ao voleibol. Como exemplo, poderíamos citar as federações de atletismo e ginástica, que tem o cargo de presidente ocupado por 20 anos e 10 anos respectivamente pelas mesmas pessoas, nessa lista o presidente Neuri Barbieri lidera como o presidente a mais tempo no cargo:

DINASTIAS DO PARANÁ		
Conheça a estrutura política de algumas das principais modalidades esportivas no estado:		
Modalidade	presidente	tempo de mandato
Atletismo	Ubiratan Martins Junior	20 anos (6º mandato)*
Desportos Aquáticos	Silvio Antonio Pereira	3 anos (1º mandato)
Canoagem	Valdecir Fernandes da Cruz	6 anos (3º mandato)*
Ginástica	Vicélia Florenzano	10 anos (3ª mandato)*
Futebol	Hélio Cury	4 anos (2º mandato)**
Vôlei	Neuri Barbieri	30 anos (7º mandato)
Basquete	Amarildo Rosa	8 anos (2º mandato)
Ciclismo	Sidney Marlon de Paula	4 anos (1º mandato)
Tênis	José Guilherme Danellon	3 anos (2º mandato)
Judô	Luiz Hisashi Iwashita	6 anos (2º mandato)

FIGURA 5 – DINASTIAS DO ESPORTE PARANAENSE

FONTE: JORNAL GAZETA DO POVO, CURITIBA, 26 FEV. 2012, P. 06.

Brum (2012) destaca que, “as federações estaduais se notabilizam pelo pensamento único e promessa de renovação, apenas depois das Olimpíadas de 2016”. Em matéria para Gazeta do Povo Neuri Barbieri relata:

Desculpe a modéstia, mas esse é um sinal de que o trabalho está sendo bem feito. O [Carlos Arthur] Nuzman ficou 20 anos na Confederação Brasileira de Vôlei [CBV], o Ary [Graça, seu sucessor], está há 23. Vai tudo tão bem com o esporte que nunca pensamos em restringir o número de reeleições (Neuri Barbieri em entrevista para Adriana Brum, 2012, p. 6).

Em todo o texto do estatuto não fica claro como se deve proceder nas eleições de maneira mais detalhada, sendo abordado o processo eleitoral de forma bastante ampla e geral.

Em relação às Ligas, a FPV destaca que essas podem se vincular a federação podendo ter características especializadas ou ecléticas, permitindo que elas organizem seus próprios campeonatos e tenham representação na federação.

No que diz respeito às associações afiliadas, é possível identificar algumas lacunas, principalmente nos aspectos de definição de quais são essas associações filiadas a FPV. Escolas públicas e privadas, prefeituras, clubes, ONGs ou outras instituições similares? A única definição é que as associações afiliadas devem ter personalidade jurídica. Quando a FPV coloca como objetivo a intenção de difundir o voleibol no estado, com a perspectiva de possibilitar o progresso de todas as entidades filiadas, não fica claro para quais associações ela irá atuar, essa falta de definição pode impactar de forma significativa os grupos que serão ou não serão atendidos. Outro ponto importante a se destacar é a ausência de especificidade que defina quais categorias a FPV pretende atender.

Em trabalho produzido por Meira (2010) onde ele realizou entrevistas com ex-atletas do clube Círculo Militar, um importante formadores de atletas de voleibol em Curitiba, ele analisou a estrutura organizacional e administrativa do clube a partir de seu estatuto, com a intenção de investigar quais eram os processos que influenciariam no êxodo de atletas das categorias de base da cidade para outros estados, foi possível verificar que o principal motivo para saída de atletas de voleibol de Curitiba era em decorrência da falta de continuidade na modalidade depois de certa idade, isso porque a cidade não

possuía e não possui uma equipe profissional, ainda que o clube tenha uma boa infraestrutura, seus projetos não vislumbravam formar uma equipe profissional, porque isso demandaria um alto investimento, só sendo possível com o patrocínio de organizações privadas. Ao final de seu estudo é destacado que, para compreender melhor esse fenômeno seria importante analisar outras estruturas como a própria FPV.

Contribuindo para essas constatações, Brum (2013) reitera a grande dificuldade do Estado em ter uma equipe na elite do voleibol nacional em decorrência da falta de investimentos privados, destacando que, para uma equipe conseguir se manter durante uma temporada jogando a principal competição do Brasil, precisaria de aproximadamente 5 milhões de reais, já as equipes que chegam às semifinais têm um orçamento na casa dos 12 milhões. Na imagem abaixo podemos visualizar um panorama histórica do voleibol profissional no Estado do Paraná, tendo tímidas participações desde a saída da equipe Rexona de Curitiba.

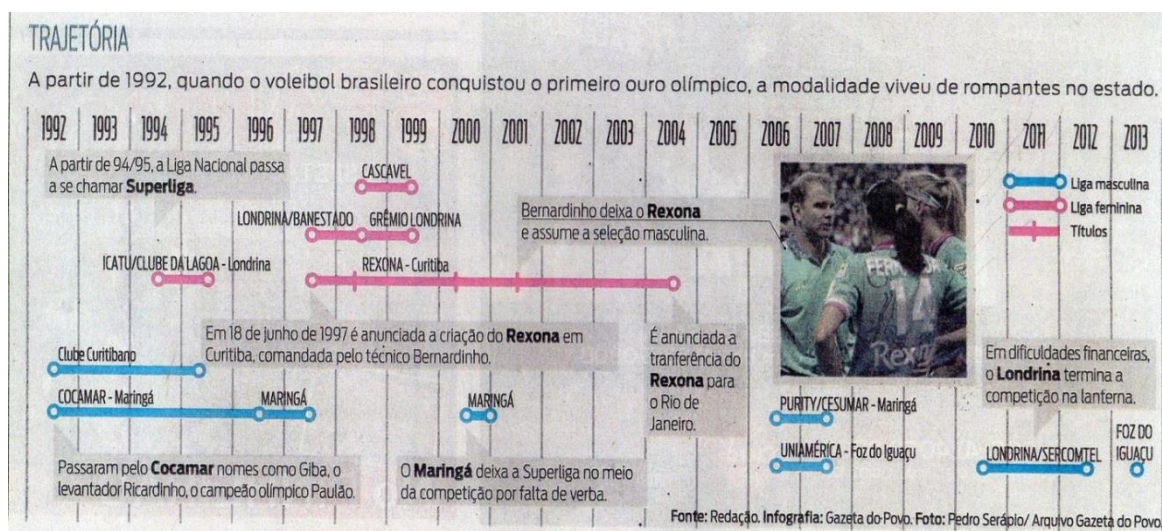


FIGURA 6 – TRAJETÓRIA DO VOLEIBOL PROFISSIONAL NO PARANÁ

FONTE: JORNAL GAZETA DO POVO, CURITIBA, 03 mar. 2013, p. 5.

Quando analisamos o estatuto da FPV identificados, no capítulo XI. Das Associações Filiadas, Direitos e Deveres, um dos tópicos diz o seguinte: “bb)

adotar para o voleibol um regime exclusivo de amadorismo”, ainda que o estatuto da FPV seja datado do ano 2000, é possível verificar que a mentalidade que se tinha naquela época não contemplava o profissionalismo de suas entidades filiadas, fazendo levar a hipótese de que esse seria um dos motivos que influenciariam no desenvolvimento do voleibol profissional na cidade. Atualmente a única cidade do Paraná que possui uma equipe profissional disputando a Superliga é Maringá que sedia o Ziober⁶ Maringá, quando conversamos com a federação a procura de fontes documentais, tivemos o relato de que a equipe do Ziober Maringá não tem nenhum vínculo institucional com a FPV, confirma o regime exclusivo de amadorismo de suas entidades filiadas.

No que se refere aos atletas, a FPV estabelece poucas normas, definindo atleta federado todo aquele inscrito na entidade e estabelecendo que sempre que um atleta for convocado pela federação para qualquer de suas apresentações e deixar de atender sem justificativa, esse seria encaminhado ao TJD. Em seu último capítulo XV. Das Disposições Gerais e Transitórias, são feitas algumas considerações, estabelecendo sua posição hierárquica para o cumprimento do estatuto, estando de acordo com as decisões da FIVB e CBV, e que essas decisões assim como o cumprimento do estatuto se faz obrigatória para todas as entidades filiadas, podendo punir com: a) advertência; b) representação escrita; c) suspensão ou multa; d) eliminação; e) destituição; f) desligamento temporário; g) desfiliação, todas aquelas entidades que descumprirem as normas estabelecidas. No Art. 73º é definido que “a FPV é a única entidade de direção regional do voleibol paranaense em todas as suas modalidades, inclusive o de praia e de campo aberto e outras quaisquer derivações do voleibol”. Fica evidenciado que até 1999, ano em que o estatuto entra em vigor não existia nenhuma outra organização que fomentasse a modalidade no Paraná, organizações essas que surgiram posteriormente.

⁶ Ziober Brasil é uma metalúrgica que em 2006, foi convidada pela prefeitura de Maringá para participar do projeto Maringá saudável, e fabricar as Academias da terceira idade ATI que, em pouco tempo, se espalharam por todo o país levando o nome da cidade e o tornando-se pioneira no ramo. Com o sucesso das Academias da Terceira idade novos projetos surgiram, a APC - Academia para Cadeirantes, API - Academia da primeira idade e AJA - Academia para jovens e adultos. Disponível em: <<http://www.zioberbrasil.com.br/quemsomos.php?id=3#tags>> Acesso em: 08. Dez. 2015.

Na sequência, abordaremos as principais relações que a FPV procurou estabelecer com os meios de mídia para maior divulgação de suas competições.

3.1.4 FPV e o fomento do voleibol

Neste subcapítulo, daremos foco a competições de 2015, dado a dificuldades de encontrar documentos no site da FPV que relatem um acervo histórico de competições que aconteceram em anos anteriores. Dentre as competições que a FPV organizou, as que possuem maior destaque são os Campeonatos Estaduais, Campeonatos Regionais, Taça Curitiba (torneio início) e Taça Paraná, essa última conta com o apoio da empresa *Prospection Eventos*. Para compreender melhor essas competições, analisaremos o regulamento que dá base para os Campeonatos Estaduais de todas as categorias, esses campeonatos ocupam a maior parte do calendário anual da FPV.

Assim como no estatuto, o regulamento confirma que, para participação nos Campeonatos Estaduais, as entidades interessadas devem ser filiadas a FPV.

ARTIGO 1º- Os **CAMPEONATOS ESTADUAIS** serão dirigidos pela Federação Paranaense de Voleibol, tendo por finalidade massificar o voleibol para todas as classes sociais da do Estado do Paraná, e terá direito a disputá-los Associações, Entidades, Prefeituras filiadas e ou previamente autorizadas pela FPV (REGULAMENTO CAMPEONATOS ESTADUAIS, 2015, p.2).

Os Estaduais acontecem nos naipes masculino e feminino nas categorias: Sub – 14, Sub – 15, Sub – 16, Sub – 17, Sub – 19, Sub – 21 e Adulto. Devendo seguir as regras oficiais da FIVB. No entanto, algumas categorias sofrem alterações na altura da rede e no sistema tático, com objetivo de dinamizar a prática para cada faixa etária.

FEMININO

CATEGORIAS	ANO	ALTURA DA REDE	SISTEM DE JOGO	LÍBERO
Sub – 14	2002	2,10	4x2 sem infiltração	Proibido
Sub – 15	2001	2,15	Livre	Proibido
Sub – 16	2000	2,20	Livre	Livre
Sub – 17	1999	2,24	Livre	Livre
Sub – 19	1997	2,24	Livre	Livre
Sub – 21	1995	2,24	Livre	Livre
Adulto	Livre	2,24	Livre	Livre

TABELA 3 – REGULAMENTO ESTADUAIS 2015 FEMININO

FONTE: REGULAMENTO ESTADUAIS 2015. Adaptado pelo autor

MASCULINO

CATEGORIAS	ANO	ALTURA DA REDE	SISTEM DE JOGO	LÍBERO
Sub – 14	2002	2,24	4x2 sem infiltração	Proibido
Sub – 15	2001	2,30	Livre	Proibido
Sub – 16	2000	2,35	Livre	Livre
Sub – 17	1999	2,43	Livre	Livre
Sub – 19	1997	2,43	Livre	Livre
Sub – 21	1995	2,43	Livre	Livre
Adulto	Livre	2,43	Livre	Livre

TABELA 4 – REGULAMENTO ESTADUAIS 2015 MASCULINO

FONTE: REGULAMENTO ESTADUAIS 2015. Adaptado pelo autor

Qualquer instituição que tenha interesse em participar os Campeonatos Estaduais deve sempre estar com suas obrigações financeiras em dia. As taxas compreendem um valor de anuidade, registro de atletas e técnicos.

TAXAS	VALORES
ANUIDADE PARA PAGAMENTO ATÉ 31/03/2015	R\$ 2000,00
ANUIDADE PARA PAGAMENTO APÓS 01/04/2015	R\$ 2200,00
REGISTRO / RENOVAÇÃO MEMBROS DE COMISSÕES TÉCNICAS	R\$ 150,00
REGISTRO / RENOVAÇÃO ATLETAS	R\$ 15,00
TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS	R\$ 165,00
TRANSFERÊNCIAS INTERESTADUAIS	R\$ 275,00
TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS	R\$ 2200,00
CESSÃO TEMPORÁRIA ESTADUAL	R\$ 265,00
CESSÃO TEMPORÁRIA INTERESTADUAL	R\$ 333,00
PROTESTO E REGISTROS TJD / PR	R\$ 2200,00
INSCRIÇÃO ESTADUAL ADULTO – DIVISÃO ESPECIAL – POR ETAPA (ganha 03 bolas Penalty 7.0)	R\$ 700,00
INSCRIÇÃO ESTADUAL ADULTO – 1ª DIVISÃO – POR ETAPA (ganha 02 bolas Penalty 7.0)	R\$ 500,00
INSCRIÇÃO ESTADUAL SUB 21 – NASCIDOS 1995 (ganha 02 bolas Penalty 7.0)	R\$ 600,00
INSCRIÇÃO ESTADUAL SUB 19 – DIVISÃO ESPECIAL – POR ETAPA (ganha 02 bolas Penalty 7.0)	R\$ 500,00
INSCRIÇÃO ESTADUAL SUB 19 – 1ª DIVISÃO – POR ETAPA (ganha 02 bolas Penalty 7.0)	R\$ 450,00
INSCRIÇÃO ESTADUAL SUB 17 – POR ETAPA – NASCIDOS 1999	R\$ 450,00
	R\$ 250,00

INSCRIÇÃO ESTADUAL SUB 15 – POR ETAPA – NASCIDOS 2001	
INSCRIÇÃO ESTADUAL SUB 14 – NASCIDOS 2002	R\$ 250,00
DESISTÊNCIA DE UMA EQUIPE ANTES DO ENCERRAMENTO DO ESTADUAL EM TODAS AS SUAS FASES	R\$ 4000,00

FONTE: NOTA OFICIAL 001 – TAXAS 2015

Os campeonatos de maior repercussão da FPV são os da categoria Sub – 19 seguido pela adulta, cada uma dessas categorias possui duas divisões. O Sub – 19 é realizado em quatro etapas durante o ano, sendo três de ordem classificatória e a última se configura como uma etapa final que reúne as quatro melhores equipes durante o ano em suas respectivas divisões. Já a categoria adulta possui apenas três etapas durante o ano, sendo duas de ordem classificatória. As equipes que fazem parte da Divisão Especial (principal divisão) têm todas as etapas transmitidas pela FPVTV tema que discutiremos mais a frente.

Para categoria Sub – 19 a Divisão Especial é composta por seis equipes participantes que são pré-definidas no ano anterior, tanto no naipe masculino como no feminino, já a Primeira Divisão (divisão de acesso) é aberta para qualquer instituição que queira competir. A categoria adulta segue o mesmo critério, mas possui apenas quatro equipes da Divisão Especial masculina e cinco na feminina.

Toda divulgação das competições acontece através do site da FPV, a categoria Sub - 19 além de receber essa cobertura também tem uma página exclusiva para o Campeonato Estadual, nessa página é possível ver o histórico de cada equipe, o perfil de cada jogador e técnico além de algumas curiosidades a respeito do torneio.

Interessante observar que a grande maioria das equipes participantes tanto no sub – 19 como no adulto são prefeituras, **Divisão Especial Adulta Feminina:** Amavolei/Maringá, Prefeitura de São José dos Pinhais, Unibrasil Vôlei, Prefeitura de Cascavel e Prefeitura de Toledo. **Primeira Divisão Adulta Feminina:** Prefeitura de Arapongas, Prefeitura de Irati e Prefeitura de Céu Azul. **Divisão Especial Adulta Masculina:** Prefeitura de Foz do Iguaçu, AMVP

– Maringá, Prefeitura de Castro e Prefeitura de Araucária. **Primeira Divisão Adulta Masculina:** Prefeitura de Toledo, Prefeitura de Medianeira, Prefeitura de Araçongas, Prefeitura de Céu Azul, Prefeitura de São José do Ivaí, CMP/ Dom Bosco⁷. **Divisão Especial Sub – 19 Feminina:** Prefeitura de Marechal Cândido Rondon, Amavolei/Maringá, Prefeitura de Curitiba, Prefeitura de Cascavel, Prefeitura de São José dos Pinhais e Prefeitura de Telêmaco Borba. **Divisão Especial Sub – 19 Masculina:** Amavôlei/Maringá, Prefeitura de Castro, AVP, Prefeitura de Umuarama, Prefeitura de Telêmaco Borba e Prefeitura de Foz do Iguaçu. **Primeira Divisão Sub – 19 Feminina:** Prefeitura de Medianeira, Prefeitura de Ponta Grossa, Prefeitura de Castro, Prefeitura de Araçongas, Prefeitura de Rolândia, Prefeitura de Astorga, Prefeitura de Toledo, Prefeitura de Carambeí e CMP/ Dom Bosco. **Primeira Divisão Sub – 19 Masculina:** Prefeitura de São Miguel do Iguaçu, Prefeitura de Palotina, Prefeitura de Nova Esperança, Prefeitura de Ibiporã, Prefeitura de Cascavel, Prefeitura de Campo Mourão, Prefeitura de São João do Ivaí, Prefeitura de São Jorge do Patrocínio, Prefeitura de Toledo e CMP/Dom Bosco⁸.

Uma das possíveis justificativas para essa grande participação de prefeituras pode se dar devido ao interesse de participação nos Jogos da Juventude (categoria juvenil) e Jogos Abertos (categoria adulta) organização pela Secretária de Esportes do Governo do Estado, esses jogos são dedicados exclusivamente para prefeituras municipais.

No entanto, quando atentamos a análise para as competições regionais nas categorias menores percebemos outro quadro, por exemplo, no Campeonato Regional de 2015, (sub – 14) a maioria das equipes participantes são formadas por escolas privadas, clubes ou parcerias firmadas entre escola e clube. As equipes participantes do Campeonato Regional (sub – 14) feminino no ano de 2015 foram: Thalia/Sion, Colégio Marista, Prefeitura de Tibagi, Santa Mônica, Clube Curitibano, Círculo Militar/Dom Bosco, Colégio Santa Maria,

⁷ Disponível em: <<http://www.voleiparana.com.br/index.php/campeonatos/estadual-adulto>> Acesso em: 19. Out. 2015.

⁸ Disponível em: <<http://sub19.voleiparana.com.br/#>> Acesso em: 20. Out. 2015.

Rede Juninho/Ponta Grossa, SMEL/Araucária, Colégio Positivo e Clube Duque de Caxias⁹.

Outro ponto que chama atenção é a diferença de equipes participantes quando é levada em consideração a questão de gênero, frequentemente competições masculinas nas categorias menores são adiadas por falta de equipes, esse quadro tende a diminuir com o passar dos anos se tornando mais equilibrado nas categorias maiores. Competições masculinas das categorias menores (sub – 14, sub – 15), contam quase sempre com a participação do Círculo Militar/Dom Bosco, AVP Social e algum outro clube/associação ou prefeitura municipal de cidades vizinhas, quando eventualmente alguma equipe não pode participar das competições acaba se tornando inviável a realização das mesmas¹⁰.

No Campeonato Regional 2015 (sub – 16), por exemplo, a categoria masculina contava apenas com quatro equipes: CMP/Dom Bosco, Prefeitura de Pinhais, AVP/Dental Uni e São Bento do Sul, sendo que apenas duas da cidade de Curitiba e a última do Estado de Santa Catarina. Nessa mesma edição a categoria feminina contava com oito equipes: Clube Curitibano, Santa Mônica, APCEF/Expoente, Colégio Marista Paranaense, CMP/Dom Bosco, SMEL/Araucária, Thalia/Sion e São José dos Pinhais¹¹. Quando olhamos a categoria (Sub-18) percebemos uma redução no número de equipes participantes do regional feminino, enquanto no masculino o quadrangular permanece. Participantes do Campeonato Regional Feminino (Sub – 18): Círculo/Dom Bosco, Clube Curitibano, Sion/Thalia, Smel Araucária, Prefeitura Municipal de Pinhais, Paraná Clube/Dynamico. Masculino: AVP/Dental Uni/Curitiba, CMP/Dom Bosco, Ponta Grossa/Neo Master, Prefeitura Municipal de Pinhais¹².

Os últimos anos apresentam indícios de mudança, surgindo novas equipes masculinas e femininas interessadas em participar das competições

⁹ Disponível em: <<http://www.voleiparana.com.br/index.php/noticias/ultimas-noticias/4697-terceiro-gp-do-regional-petiz-agita-o-clube-duque-de-caxias-no-fim-de-semana>> Acesso em: 20. Out. 2015.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.voleiparana.com.br/index.php/noticias/ultimas-noticias/4817-2015-10-21-18-54-59>> Acesso em: 20. Out. 2015.

¹¹ Disponível em: <<http://www.voleiparana.com.br/index.php/noticias/ultimas-noticias/4291-fpv-divulga-tabela-do-regional-sub-16>> Acesso em: 21 Out. 2015.

¹² Disponível em: <<http://www.voleiparana.com.br/index.php/noticias/ultimas-noticias/4596-2015-08-12-18-36-04>> Acesso em: 21. Out. 2015.

regionais, mesmo assim o processo ainda é bastante lento, exigindo constantemente novas estratégias da FPV. Outro ponto que também merece destaque é o número limitado de equipes de Curitiba participantes das competições regionais para ambos os gêneros dado as dimensões territoriais e populacionais que a cidade possui, quando fazemos uma comparação com os Jogos Escolares de Curitiba organizados pelo Governo do Estado vemos uma elevação considerável no número de equipes participantes nas duas categorias (12 a 14 anos e 15 a 17 anos).

Participantes dos Jogos Escolares de Curitiba em 2015 (12 a 14 anos)

Feminino	Masculino
CTBA-POSITIVO JUNIOR, C	CTBA-DOM BOSCO AHU, C
CTBA-POLICIA MILITAR DO PR, C	CTBA-DO PARANÁ, CE
CTBA-PROF MARIA B. C. DIAS, CE	CTBA-POLIVALETE CURITIBA, CE
CTBA-NOSSA SRA MEDIANEIRA, C	CTBA-POLICIA MILITAR DO PR, C
CTBA-NOSSA SRA DE SION, C	CTBA-DES GUILHERME MARANHÃO, CE
CTBA-MARISTA PARANAENSE, C	CTBA-MARISTA SANTA MARIA, C
CTBA-BOM JESUS AGUA VERDE C	
CTBA-MARISTA SANTA MARIA, C	
CTBA-PE JOÃO BAGOZZI, C	
CTBA-PE JOÃO WILINSKI, EE	
CTBA-MADRE CLÉIA, C	
CTBA-DOM BOSCO AHU, C	

TABELA 6 – EQUIPES PARTICIPANTES DOS JOGOS ESCOLARES DE CURITIBA EM 2015 (12 A 14 ANOS)

FONTE: SECRETARIA DE ESPORTES DO PARANÁ¹³.

Participantes dos Jogos Escolares de Curitiba em 2015 (15 a 17 anos)

Feminino	Masculino
CTBA-SESI SANTA CANDIDA	CTBA-DO PARANÁ, CE

¹³ Disponível em:

<http://www.jogosescolares.pr.gov.br/modules/fase_final/uploads/curitiba_grupamentos_modalidades_coletivas.pdf> Acesso em: 22. Out. 2015.

CTBA-BOM JESUS SEDE, C	CTBA-DOM BOSCO AHU, C
CTBA-DO PARANA, CE	CTBA-MILITAR DE CURITIBA, C
CTBA-PROF JOSÉ GUIMARÃES, CE	CTBA-MARISTA PARANAENSE, C
CTBA-MARISTA PARANAENSE, C	CTBA-SANTA CANDIDA, CE
CTBA-SANTA CANDIDA, CE	CTBA- SESI ALTO DA GLÓRIA, C
CTBA-DOM BOSCO AHU, C	CTBA-DR XAVIER DA SILVA, CE
CTBA-YVONE PIMENTEL, CE	CTBA-POLICIA MILITAR DO PR, C
CTBA-MILITAR DE CURITIBA, C	CTBA-YVONE PIMENTEL, CE
CTBA-POLICIA MILITAR DO PR, C	CTBA-SESI SANTA CANDIDA
CTBA-EXPOENTE AGUA VERDE, C	CTBA- SESI BOQUEIRÃO
	CTBA-JULIA WANDERLEY, CE

TABELA 7 – EQUIPES PARTICIPANTES DOS JOGOS ESCOLARES DE CURITIBA EM 2015 (15 A 17 ANOS)

FONTE: SECRETARIA DE ESPORTES DO PARANÁ¹⁴.

Vale lembrar que consideramos apenas o voleibol de quadra, se fossemos considerar as escolas participantes do voleibol de praia só em Curitiba e todas as escolas participantes dos Jogos Escolares de cidades da região metropolitana o número certamente multiplicaria, também é perceptível um aumento significativo de escolas públicas nos Jogos Escolares, várias dessas escolas têm os Jogos Escolares como uma das únicas oportunidades de participar de uma competição.

Ainda que o nível técnico destoe bastante entre os Campeonatos Regionais da FPV e os Jogos Escolares de Curitiba, cabe nos questionar quais seriam os reais interesses de uma federação ao ter como objetivo fomentar uma modalidade esportiva. Fomentar para quem? Fomentar visando oportunizar a prática para uma maior quantidade de pessoas? Fomentar visando um maior aprimoramento técnico? Os dois? Quando observamos outras federações identificamos que esse quadro não é restrito só a FPV, na Federação Paulista de *Volleyball* uma das maiores se não a maior do Brasil, percebemos que as competições regionais também contam com um número bastante restrito de equipes.

¹⁴ Idem.

Campeonato Metropolitano de São Paulo:

(Sub – 14):

Feminino	Masculino
ADC BRADESCO BANESPA FUND.SALVADOR ARENA G.R.B.BARUERI	CENTRO OLIMPICO MAUA VOLEIBOL SAO CAETANO SAO JOSE VOLEI

TABELA 8 – CAMPEONATO METROPOLITANO DE SÃO PAULO SUB – 14

FONTE: FEDERAÇÃO PAULISTA DE VOLLEYBALL¹⁵.

(Sub – 15):

Feminino	Masculino
ADC BRADESCO G.R.B.BARUERI S.JOSÉ/ATLETA CIDADÃ SESI - SÃO PAULO	CENTRO OLIMPICO FUND.SALVADOR ARENA MAUA VOLEIBOL SÃO BERNARDO VOLEI SAO CAETANO SAO JOSE VOLEI SESI - SAO PAULO

TABELA 9 – CAMPEONATO METROPOLITANO DE SÃO PAULO SUB – 15

FONTE: FEDERAÇÃO PAULISTA DE VOLLEYBALL¹⁶.

Novamente as reflexões iniciais relacionadas ao papel de uma federação esportiva voltam à tona. Fazendo pensar que a maneira de gestão e atuação da FPV pode simplesmente refletir uma estrutura e um modelo de pensamento já consolidado entre as federações esportivas. De qualquer forma percebemos que em Curitiba não há ausência de praticantes da modalidade, mas sim ausência de estratégias entre instituições, Governo, FPV e outras que possibilitem o fomento da modalidade em maior escala.

¹⁵ Disponível em: <http://www.fpv.com.br/bd/vq_camp.asp?camp=M> Acesso em: 17. Nov. 2015.

¹⁶ Idem

3.1.5 FPV e mídia: a procura por visibilidade

”O voleibol do Paraná precisa ser visto por mais gente. É questão de sobrevivência, por isso partimos para este tipo de estratégia” (STINGLIN EM ENTREVISTA PARA GAZETA DO POVO, 2011).

A procura de maior visibilidade, em 2011, a FPV inicia um projeto intitulado FPVTV, projeto esse que tinha como objetivo transmitir os jogos do campeonato juvenil (sub-18 naquele momento) com a intenção de atrair investidores para as categorias de base, a FPV inovou sendo a primeira federação regional a transmitir partidas locais via internet, querendo dar mais visibilidade para as competições estaduais devidas às dificuldades para transmitir as partidas em TV aberta. Na época em entrevista a Gazeta do Povo Olegário Stinglin declarou:

Nesse início, estamos bancando a iniciativa, pois queremos vendê-la nos próximos eventos. Para os patrocinadores dos times é uma oportunidade de divulgação das marcas. Queremos chamar a atenção de empresas que trabalham com o público de até 18 anos, como escolas de inglês, por exemplo,...(STINGLIN em entrevista a THOMAZINI, 2011).



FIGURA 7 – CAMPEONATO ESTADUAL JUVENIL SUB – 18

FONTE: JORNAL GAZETA DO POVO, CURITIBA, 16 abr. 2011, p. 3.

As transmissões contavam com narração, comentários e replays dos lances, para que isso pudesse ser viabilizado a FPV fez um investimento de aproximadamente R\$ 8 mil na contratação de uma produtora especializada que contava com uma equipe de seis profissionais e três câmeras. O projeto FPVTV permanece até hoje com a cobertura dos campeonatos juvenis e adultos (THOMAZINI, 2011).

Outra ferramenta que a federação soube se utilizar para ampliar a divulgação de seus eventos foram às redes sociais, a página da instituição no facebook¹⁷ acumula aproximadamente 15.925 seguidores.

Não foram encontradas referências que mencionassem os possíveis retornos que essas ações surtiram, como por exemplo, retorno financeiro, aumento de interesse por parte dos patrocinadores, aumento de atletas federados ou outros fatores similares, mesmo assim é possível perceber uma iniciativa que até então não havia acontecido em nenhuma outra federação de voleibol do país¹⁸.

3.1.6 Taça Paraná Asics de Voleibol

Estar aqui é um dever. Mais que isso, é um prazer contribuir de alguma forma para incentivar nossos jovens a praticar voleibol. Daqui certamente sairão muitos atletas para a seleção brasileira. Estou muito feliz por ver essa criançada toda. Eu também participei de campeonatos de base lá no começo, pena que a Taça ainda não existia. Isso certamente teria feito parte da minha história (FABI em ENTREVISTA PARA CBV, 2014)¹⁹.

¹⁷ Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/voleiparana>> Acesso em: 08. Dez. 2015.

¹⁸ Em matéria da Secretaria de Esportes do Paraná a ação ganha destaque. "A transmissão de eventos esportivos pela internet iniciou no ano passado com a Federação Paranaense de Voleibol que experimentou da nova tecnologia no Campeonato Estadual da Juventude e conseguiu resultados expressivos, conquistando inclusive a CBV – Confederação Brasileira de Voleibol, que transmitiu em caráter experimental um Brasileiro de Seleções. O sucesso do voleibol atraiu o interesse da Secretaria do Esporte. Agora, com o Campeonato Mundial de Futevolei sendo realizado em Curitiba, surgiu a oportunidade da SEES experimentar a sua WebTV. Nesta sexta-feira a SEESTV entra no ar com as mesmas condições de uma TV convencional: várias câmeras, replay, narrador, comentaristas, repórteres de quadra e a facilidade que a internet proporciona, já que não tem limite de tempo no ar e sem a necessidade de inúmeros blocos comerciais" (SECRETARIA DO ESPORTE E DO TURISMO DO PARANÁ, AUTOR Jandrey Vicentin, 2012). Disponível em: <<http://www.esporte.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=3341>> Acesso em: 08. Dez. 2015.

¹⁹ Disponível em: <<http://www.cbv.com.br/v1/noticias.asp?ldNot=20467>> Acesso em: 08. Dez. 2015.

Na entrada ao terceiro milênio, a equipe de voleibol Rexona conquistava pela segunda vez o título da superliga (VLASTUIN, 2008). Acompanhando o voleibol de alto nível da equipe, os professores do projeto social Rexona, Josmar Coelho e Gerson Amorim (Gersinho) idealizaram no ano de 2001, a Taça Paraná de Voleibol, com o objetivo de encerrar o ano esportivo para atletas da cidade de Curitiba e proporcionar o aprimoramento de técnicas através do intercâmbio com escolas do voleibol de outros estados (COELHO, 2013).

Na primeira edição, foram convidadas as equipes de Mira Flores de Niterói (RJ) e Jaraguá do Sul (SC), além dessas também participaram as equipes femininas do Cancun Vôlei clube, Sports 2000 e Quadra Sete, enquanto no masculino participaram AABB, Quadra Sete, Santa Mônica, no seguinte novamente houve o interesse dos clubes em realizar a competição que contou com dez equipes e ano a ano os números foram aumentando chegando em 2013, com a inscrição de 139 equipes de vários estados do País (COELHO, 2013). Inicialmente, a competição era um pequeno torneio que marcava o final da temporada, a medida que foi crescendo seus organizadores firmaram uma parceria com a FPV que passou a realizar o evento com a organização da empresa *Prospection Eventos* que foi criada por Josmar Coelho somente para esse fim.



FIGURA 8 – ABERTURA DA TAÇA PARANÁ ASICS DE 2013²⁰

²⁰ “A Taça Paraná Asics de Voleibol, a maior competição de base do voleibol brasileiro, reúne nesta 13.ª edição 1.800 atletas de 136 equipes representando 9 estados, que estão se

FONTE: RÁDIO MARINGÁ, 30 out. 2013.²¹

Com a realização de 429 jogos em vários ginásios de São José dos Pinhais e Curitiba a Taça Paraná terminava sua edição do ano de 2014, com *status* de maior competição de base do voleibol brasileiro ²². Alguns jovens jogadores que vieram a despontar no cenário nacional passaram pela Taça, para citar alguns temos: Gabriela (Osasco), Isac (Cruzeiro) e Lucarelli (Taubaté) ²³. Os aspectos organizacionais e gerenciais foram fundamentais para que essa competição se tornasse uma grande vitrine para jovens atletas.

Aparentemente, a participação na Taça Paraná é bem simples, estando aberto para clubes, associações, estabelecimento de ensino, prefeituras e demais entidades filiadas ou não nas Federações de seus Estados (REGULAMENTO TAÇA PARANÁ, 2015). A não obrigatoriedade de filiação a federações regionais torna o processo menos burocrático facilitando a inclusão de várias instituições.

Com o rápido crescimento e o aumento significativo de equipes querendo se integrar a competição, seus organizadores passaram a limitar o número de equipes em cada categoria devido às condições logísticas e organizacionais do evento, a partir de então as instituições que já haviam participado em edições anteriores teriam sua inscrição garantida enquanto novas instituições interessadas deveriam aguardar a disponibilidade de vaga em uma “fila de espera”. Abaixo segue um quadro das equipes participantes no

enfrentando nas quadras de Curitiba e Região Metropolitana. A abertura aconteceu ontem à noite, no Ginásio do Tarumã, em Curitiba. Atletas da equipe Molico/Nestlé/Osasco e o treinador Luizomar de Moura estiveram presentes na cerimônia. A competição vai até domingo. Além das atletas, o prefeito Gustavo Fruet e o secretário estadual do Esporte, Evandro Rogério Roman, marcaram presença. O presidente da Federação Paranaense de Voleibol, Neuri Barbieri, falou no início do desfile no Tarumã. “Mais uma vez a Taça Paraná chega carregada de boas expectativas e desta vez com uma participação recorde de atletas e treinadores. É extremamente gratificante para quem vive o voleibol ver tantos jovens jogando, praticando esportes e interagindo entre si no dia a dia das competições”, disse Neuri”. PARANA ONLINE, 30 out. 2013. Disponível em: < <http://www.parana-online.com.br/editoria/esportes/news/704106/?noticia=VOLEI+PRA+TODO+GOSTO+NA+TACA+PARANA+ASICS>> Acesso em: 07 dez. 2015.

²¹ Disponível em: <<http://esportemaringa.blogspot.com.br/2013/10/abertura-da-taca-parana-reune-duas-mil.html>> Acesso em: 07 dez. 2015.

²² Idem 18.

²³ “Voleibol de Base: Taça Paraná inicia revelação de novos atletas em quatro categorias”. Disponível em: <<http://www.cbv.com.br/v1/noticias.asp?IdNot=20442>> Acesso em: 08. Dez. 2015.

ano de 2015, nas suas respectivas categorias em ordem de classificação final no torneio:

Mirim (nascidos (as) 2002 – 2003)

Feminino	Maculino
1° FLUMINENSE – RJ	1° SADA/AABB - RJ
2° FUBE/CENI – SC	2° FLUMINENSE - RJ
3° PALOTINA/COPA INTEGRAÇÃO - PR	3° TIJUCA TÊNIS CLUBE - RJ
4° FLAMENGO – RJ	4° BOTAFOGO - RJ
5° RECREIO DA JUVENTUDE - RS	5° SOGIPA - RS
6° ESTRELA/MARTIN LUTHER/AVATES - RS	6° GINÁSTICA NOVO HAMBURGO - RS
7° SOCIEDADE THALIA/SION - PR	7° CÍRCULO MILITAR DO PARANÁ - PR
8° TIJUCA TÊNIS CLUBE - RJ	8° AVP/DENTALUNI/CURITIBA - PR
9° BOTAFOGO - RJ	9° DESTAQUE/PINHAIS - PR
10° SOGIPA - RS	10° A.D. CENTRO OLÍMPICO - SP
11° GRÊMIO NÁUTICO UNIÃO - RS	11° FLAMENGO - RJ
12° COLÉGIO SINODAL - RS	12° SANTA MÔNICA - PR
13° IRATI - PR	
14° SANTA MÔNICA - PR	
15° AVOJOI - SC	
16° CLUBE CURITIBANO - PR	
17° GINÁSTICA NOVO HAMBURGO - RS	
18° CÍRCULO MILITAR DO PARANÁ - PR	
19° COLÉGIO BOM JESUS - PR	

TABELA 10 – EQUIPES PARTICIPANTES DA TAÇA PARANÁ 2015 – CATEGORIA MIRIM

FONTE: SITE DA TAÇA PARANÁ DE VOLEIBOL

Infantil (nascidos (as) 2000 – 2001)

Feminino	Masculino
1° FLUMINENSE - RJ	1° FLAMENGO - RJ
2° CLUBE CURITIBANO - PR	2° SADA/AABB - RJ
3° ESTRELA/MARTIM LUTHER/AVATES - RS	3° FLUMINENSE - RJ
4° MINAS TÊNIS CLUBE - MG	4° COLEGIO SINODAL - RS
5° TIJUCA TÊNIS CLUBE - RJ	5° CIRCULO MILITAR DO PARANÁ - PR
6° GRÊMIO NÁUTICO UNIÃO - RS	6° TIJUCA TÊNIS CLUBE - RJ
7° FLAMENGO - RJ	7° GINÁSTICA NOVO HAMBURGO - RS
8° MEDIANEIRA/COPA INTEGRAÇÃO - PR	8° VÔLEI NOVA PETRÓPOLIS - RS
9° CÍRCULO MILITAR DO PARANÁ - PR	9° P.M. PINHAIS - PR
10° FOZ DO IGUAÇÚ - PR	10° BOTAFOGO - RJ
11° SOGIPA - RS	11° AVP/DENTAL UNI/CURITIBA - PR
12° FME GASPAR - SC	12° A.D. CENTRO OLÍMPICO - SP
	13° NÁUTICO - PE
	14° SOGIPA -RS

13° NOVA TRENTO/CONCILIG BAURO - SC 14° MACKENZIE ESPORTE CLUBE - MG 15° GRAJAÚ TÊNIS CLUBE - RJ 16° SANTA MÔNICA - PR 17° APAAVOLEI/UCS/CAXIAS - RS 18° BOTAFOGO - RJ 19° C.F.DA CSN – RJ 20° RECREIO DA JUVENTUDE - RS 21° COLÉGIO POSITIVO - PR 22° SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR 23° GINÁSTICA NOVO HAMBURGO - RS 24° APCEF/EXPOENTE - PR	15° GRÊMIO NÁUTICO UNIÃO - RS 16° DENTAL UNI/AVP/CEP - PR
--	--

TABELA 11 – EQUIPES PARTICIPANTES DA TAÇA PARANÁ 2015 – CATEGORIA INFANTIL

FONTE: SITE DA TAÇA PARANÁ DE VOLEIBOL

Infanto (nascidos (as) 1998 – 1999)

Feminino	Masculino
1° FLUMINENSE - RJ 2° MACKENZIE ESPORTE CLUBE - MG 3° SOGIPA - RS 4° CIRCULO/DOM BOSCO - PR 5° MINAS TÊNIS CLUBE - MG 6° ESTRELA/MARTIN LUTHER/AVATES - RS 7° FUBE - SC 8° VOLEI NOVA PETRÓPOLIS - RS 9° SESI - SP 10° ADV – SC 11° SÃO CAETANO - SP 12° APAAVOLEI/UCS/CAXIAS - RS 13° BLUVOLEI - SC 14° AVP/CURITIBA/UNI - PR 15° AVOJOI - SC 16° TIJUCA TÊNIS CLUBE - RJ 17° BOTAFOGO - RJ 18° IATE CLUBE DE LONDRINA - PR 19° CINCO DE JULHO – RJ 20° IRATI - PR 21° GINÁSTICA NOVO HAMBURGO - RS 22° AABB/COLÉGIO MILITAR - PR	1° AVTB/POSITIVO - PR 2° COLÉGIO SINODAL - RS 3° MINAS TÊNIS CLUBE - MG 4° AVP/DENTAL UNI/ CURITIBA - PR 5° BOTAFOGO - RJ 6° CÍRCULO MILITAR DO PARANÁ - PR 7° SOGIPA - RS 8° SESI - SP 9° VOLEI NOVA PETRÓPOLIS - RS 10° AVOJOI - SC 11° APAA/UCS/CAXIAS - RS 12° PALOTINA/COPA INTEGRAÇÃO - PR 13° TIJUCA TÊNIS CLUBE - RJ 14° A.D. CENTRO OLÍMPICO - SP 15° GINÁSTICA NOVO HAMBURGO - RS 16° NIV - PR

TABELA 12 – EQUIPES PARTICIPANTES DA TAÇA PARANÁ 2015 – CATEGORIA INFANTO

FONTE: SITE DA TAÇA PARANÁ DE VOLEIBOL

Juvenil (nascidos (as) 1995 – 1996 – 1997)

Feminino	Masculino
1° PINHEIROS - SP 2° MINAS NÁUTICO CLUBE - MG 3° SESI LEOPOLDINA - SP 4° ACE NOVA GERAÇÃO/BRAGANÇA - SP 5° AVP CURITIBA UNIBRASIL - PR 6° SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR 7° SESI SANTO ANDRÉ - SP 8° TIJUCA TÊNIS CLUBE - RJ 9° FLAMENGO - RJ	1° SESI VILA LEOPOLDINA - SP 2° SADA/CRUZEIRO - MG 3° SESI SANTO ANDRÉ - SP 4° MINAS TÊNIS CLUBE - MG 5° FLAMENGO - RJ 6° TIJUCA TÊNIS CLUBE - RJ

TABELA 13 – EQUIPES PARTICIPANTES DA TAÇA PARANÁ 2015 – CATEGORIA JUVENIL

FONTE: SITE DA TAÇA PARANÁ DE VOLEIBOL²⁴

É necessário que cada instituição desembolse R\$ 1400,00²⁵ (valor fixado para o ano de 2015), para bancar a inscrição de cada equipe participante, a organização do evento também disponibiliza um pacote para equipes de outros Estados, contando com hospedagem, alimentação e transporte dentro da cidade, dado que para cumprir demanda de jogos em um curto espaço de tempo, aproximadamente cinco dias, é necessária a utilização de vários ginásios.

É possível constatar em um relatório apresentado no III Encontro de Técnicos Formadores de Voleibol realizado em Saquarema no ano de 2013, que a competição naquele mesmo ano comportava uma estrutura física de aproximadamente 16 quadras de jogos, 1 secretaria, 6 salas de apoio, 4 unidades móveis para remoção, 10 automóveis de apoio, 2 hospitais conveniados com o evento, 1 refeitório oficial, 6 hotéis conveniados e 1 sala de imprensa, além de uma estrutura física de 65 pessoas da equipe de organização, 60 árbitros, 1 médico por local, 4 fisioterapeutas, 25 staffs, 2 assessores de imprensa, 2 fotógrafos/filmagem e cinco pessoas responsáveis pela transmissão ao vivo via internet (COELHO, 2013).

²⁴ Fonte das tabelas está disponível em: <<http://tacaparanadevolei.com.br/classificacao-final>> Acesso em: 19. Nov. 2015.

²⁵ Taxas para participação na Taça Paraná: disponível em: <<http://tacaparanadevolei.com.br/Investimento>> Acesso em: 09. Nov. 2015.

A transmissão via internet iniciou na edição de 2012, batendo a marca de 6500 visualizações na abertura do evento, em 2013, a abertura chegou a casa das 10.000 visualizações. No mesmo relatório é apresentado um projeto bastante estruturado para possíveis empresas interessadas em divulgar suas marcas durante o evento, esse projeto contava com uma divisão de três cotas de patrocínio; Cota Premium, Cota Master e Cota Standart, dentro de cada categoria de patrocínio eram disponibilizadas uma determinada porcentagem de espaços nos meios de divulgação do torneio, como o nome do evento, transmissão via internet, televisão, rádio, site oficial, redes sociais, guia impresso, comunicação de quadra, uniformes staffs. Outra maneira de patrocinar o evento sem necessariamente adquirir uma cota era divulgando a marca em alguns espaços do evento como, sala vip, espaço light, espaço corporativo, espaço saúde, espaço fotográfico, restaurante oficial ou então montando um Stand durante os dias de realização do evento (COELHO, 2013).

Com ideias bastante arrojadas, calendário bem definido e organização e gestão bem estruturadas o desenvolvimento do torneio passa a alcançar um importante status dentro do voleibol nacional e certamente deixa um legado para a modalidade em Curitiba.

3.2 PROJETOS E AÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DO PARANÁ

Nos próximos subcapítulos será realizada uma análise e discussão do Estatuto da AVP e o fomento do voleibol através da promoção de competições para categoria adulta e master como também através da idealização de um projeto social “AVP Social”.

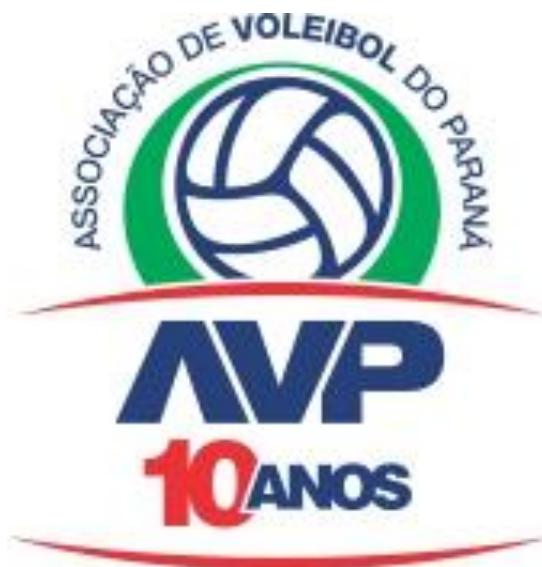


FIGURA 9 – LOGO MARCA AVP 2015

3.2.1 Contextualizando o estatuto da AVP

O Estatuto da AVP é constituído por onze títulos dispostos da seguinte forma: **Título I - Estatuto Social**, composto por dois capítulos, I. Da Associação: Denominação, natureza, duração e finalidade da associação, II. Organização, Composição e Administração. **Título II - Do patrimônio social e da dissolução da associação.** **Título III - Dos associados**, composto por dois capítulos, I. Dos Direitos e Deveres dos Associados, II. Das Penalidades. **Título IV - Da responsabilidade social e patrimonial**, composto por dois capítulos, I. Das responsabilidades, taxas e contribuições, II. Patrimônio, receita e despesa. **Título V - Da assembléia geral.** **Título VI - Do processo eleitoral.** **Título VII - Da diretoria.** **Título VIII - Do conselho fiscal.** **Título IX - Do conselho deliberativo.** **Título X - Do conselho técnico-consultivo.** **Título XI. Das disposições finais e transitórias.**

Em seu primeiro título, o estatuto destaca a data de fundação da associação no dia 04 de junho de 2005, tendo sua sede provisória localizada na Rua XV de Novembro, Centro de Curitiba, sendo uma instituição sem fins lucrativos que tem como norte para seus associados os seguintes objetivos:

- I) defender os interesses dos praticantes do Voleibol Master que lhe são associados nas competições que venham a participar;
- II) fomentar o voleibol em todo o Estado do Paraná, de federados ou não.
- III) organizar, fora do calendário utilizado pela CBV, torneios ou competições esportivas, com a participação dos praticantes associados, visando à obtenção de recursos para a A.V.P., divulgando ao mesmo tempo o Voleibol Master do Paraná.
- IV) atuar efetiva e eficazmente junto aos patrocinadores em relação ao calendário oficial dos eventos esportivos anuais.
- V) promover eventos de caráter social, cultural e recreativo junto a seus associados. Artigo 4.º Os associados da A.V.P. não respondem pelas obrigações da Associação, seja solidária ou subsidiariamente (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DO PARANÁ, 2005, p.1)

Diferente da federação onde instituições jurídicas se filiam na AVP as filiações acontecem de maneira individual, exigindo da pessoa que tem esse interesse alguns documentos como cédula de identidade, CPF/MF, comprovante de endereço, fotos 3x4 e endereço eletrônico. Qualquer associado pode se candidatar a Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal desde que sejam filiados por pelo menos um ano e estejam em dia com a AVP. Cabendo ao associado:

- I) propor a admissão de novos associados;
- II) freqüentar, desde que em dia com seus deveres, as dependências da Associação, assistindo e participando das competições esportivas e reuniões sociais, respeitados os regulamentos internos e as determinações e restrições legais e dos órgãos da Associação;
- III) participar, na forma estatutária, das Assembléias Gerais;
- IV) representar ou recorrer por escrito ao Conselho Deliberativo ou à Presidência, acerca de contratos ou ações que, praticados pelo Conselho, associados, funcionários, quando sejam reputados contrários aos direitos dos associados, aos princípios de dignidade ou aos fins da Associação;
- V) pedir a própria exclusão do quadro social, respondendo por suas obrigações associativas até a data de seu efetivo desligamento;
- VI) requerer licença, por prazo nunca superior a 6 (seis) meses, somente prorrogável por motivos relevantes e justificáveis, a critério do Conselho Deliberativo. Artigo 14. São deveres do associado:
 - I) pagar pontualmente a contribuição social e demais obrigações devidas ou atribuídas, exibindo o cartão social sempre que solicitado;
 - II) eleger o respeito como a tônica das relações no âmbito da Associação;
 - III) zelar pelos bens sociais, cuidando para que os demais também o façam, indenizando o prejuízo ocasionado por sua culpa ou dolo;
 - IV) exercer com zelo e dedicação o cargo para o qual tenha sido eleito ou nomeado;
 - V) comunicar ao Poder respectivo a ausência ou impedimento eventual do exercício de função, com a antecedência suficiente para a substituição;

- VI) representar condignamente a A.V.P. , especialmente quando integrar delegação, comissão ou equipe;
- VII) comunicar prontamente, por escrito, a mudança de seu domicílio e estado civil;
- VIII) conhecer e respeitar o Estatuto, Regulamentos, decisões e interpretações emanadas dos Poderes da A.V.P.; e
- IX) pugnar pelo engrandecimento da A.V.P. (ESTATUTO ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DO PARANÁ, 2005).

Na ocorrência de alguma transgressão as advertências podem variar desde uma advertência verbal até a exclusão do associado caso esse provoque algum prejuízo moral ou material a instituição, essa exclusão também pode se dar pela falta pagamento a título de associado. Os valores correspondentes a associação de uma pessoa na entidade não ficam claros no estatuto, nem como a maneira como serão realizadas os pagamentos (mensais ou anuais), no entanto é possível encontrar os valores atuais quando se procura em outras páginas no site da AVP, atualmente a filiação parece ser bastante simples podendo ser realizada online, para isso a pessoa deve responder uma pequena ficha contendo seu nome, endereço, número dos principais documentos, telefone de contato, indicação de gênero masculino ou feminino, data de nascimento e indicação da forma como pretende participar (atleta, técnico ou outra função), posteriormente a pessoa deve depositar o valor de uma anuidade correspondente à R\$ 100,00 (cem reais) na conta da AVP, após a confirmação do depósito, essa pessoa recebe uma carteirinha passando a partir desse momento a ser um sócio da entidade. No site não fica claro, mas ao que tudo indica essa carteirinha possibilita aos sócios descontos em determinados estabelecimentos comerciais de Curitiba e região que são conveniados com a empresa ALL SUL, empresa essa que mantém parceria com a AVP.

No que se refere aos bens patrimoniais, receitas e despesas da AVP esses são constituídos por imóveis, instalações e bens móveis; materiais, acessórios, troféus e outros bens; numerários, créditos, títulos e outros valores. Já as receitas poderiam ser provenientes de rendimentos de aplicação financeira e de eventuais taxas e sobretaxas específicas aprovadas pela Diretoria, de manutenções oriundas de contribuições sociais, e especiais oriundas de doações auxílios, subvenções, patrocínios. As despesas se

constituíriam em encargos orçamentários e eventuais, devendo estes estar sempre equivalentes à receita de manutenção do exercício.

Toda e qualquer decisão relacionada à venda ou aquisição de bens e imóveis associativos deverá ser tomada em Assembleia Geral, nas Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias serão decididos assuntos relacionados a definição da política geral da entidade, aprovação de orçamento, prestação de contas do exercício social, deliberação sobre alteração do estatuto social, análise e julgamento de recursos interpostos contra as deliberações da Diretoria, eleger, empossar ou destituir a Presidência, Conselho Deliberativo e Fiscal e seus suplentes ou até mesmo decidir sobre a dissolução ou fusão da associação.

No estatuto fica estabelecido que as assembleias ordinárias acontecessem sempre de quatro em quatro anos, na primeira quinzena do mês de maio com a exclusividade de eleger e empossar os membros da Presidência, dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e seus suplentes. Todos os cargos têm mandatos de quatro anos, não ficando estabelecido um número mínimo de reeleições.

O estatuto prevê que a Diretoria deve ser composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Diretor Técnico, um Diretor de Marketing, um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Jurídico. Tendo as obrigações de:

- I) Administrar a A.V.P., zelando por seus interesses e finalidades;
- II) Elaborar e aprovar os regulamentos da A.V.P., que deverão ser encaminhados, para ciência de todos os associados;
- III) Apreciar orçamentos e as contas apresentadas pelos Diretores;
- IV) Elaborar, anualmente, o orçamento do próximo exercício e submetê-lo à apreciação da Assembléia Geral;
- V) Apresentar antes da Assembléia Geral Ordinária o relatório, o balanço e as contas do exercício anterior que deverão ser submetidos previamente ao Conselho Fiscal;
- VI) Deliberar sobre licença aos membros da Diretoria, até o máximo de 120 (cento e vinte) dias consecutivos;
- VII) Admitir ou vetar o ingresso de associados no quadro social;
- VIII) Designar delegados e representantes da A.V.P., perante outras entidades a que estiver filiada ou não;
- IX) Decidir sobre cessão ou locação de qualquer dependência social;
- X) Autorizar, ad-referendum da Assembléia Geral, as verbas necessárias aos pagamentos inadiáveis e não previstos em orçamento;
- XI) Propor à Assembléia Geral a aplicação de penalidades de competência desse órgão;

XII) Aprovar as contribuições a serem observadas e propostas aos filiados e às entidades que apoiem o Voleibol (ESTATUTO ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DO PARANÁ, 2005).

O estatuto destaca que além da diretoria os Conselhos Deliberativo e Fiscal também tem importante atuação nas atividades de fiscalização, apreciação e condução das atividades da entidade. No último Título XI - Das disposições finais e transitórias, fica estabelecido que a associação deverá manter estreita colaboração com a FPV, nas atividades de promoção e divulgação do voleibol do Estado do Paraná e com a CBV nas atividades nacionais e internacionais.

3.2.2 Competições AVP

Pra mim é uma grata satisfação [...] É uma alegria muito grande trabalhar com esses “garotos” que foram atletas, muitos foram jogadores profissionais e pararam, hoje estão voltando à atividade esportiva, começaram a cuidar da saúde, fazer musculação, fazer uma dieta. É um auto estima muito grande reencontrar os atletas os amigos que jogavam, então é uma coisa sem explicação (TÉCNICO PEDRÃO em entrevista para SPORTIME²⁶, 2011)²⁷.

Quando a AVP começou suas atividades em 2005, suas categorias iniciavam a partir dos 30 anos chegando até os 50, sua primeira competição foi realizada no dia 8 de agosto de 2005, no Clube Curitibano, tendo o patrocínio da Construtora Laguna e apoio do Instituto Compartilhar Bernardino, Faculdade Dom Bosco, Águas Maccerratti, Clube Curitibano, Prefeitura Municipal de Curitiba e FPV.

²⁶ O programa Sporttime é exibido todas as sextas-feiras às 20: 45 horas com reprises aos sábados às 16:30 horas e sexta-feiras às 13:30 horas nos seguintes canais: Curitiba e região metropolitana canal 16 aberto e para os canais à cabo 16 Vivo e 13 Net; Maringá e região metropolitana canal 31 aberto e para o canal à cabo 13 Net.; Guarapari, Espírito Santo canal 14 aberto, Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo canal aberto 13, Ipatinga, Minas Gerais canal 11 net e para todo o Brasil via satélite pela frequência digital 03652. Tenso como objetivo abrir espaço para a divulgação das mais variadas modalidades esportivas, dando voz aos atletas e profissionais da área. Disponível em: < https://pt-br.facebook.com/programasporttime/info/?tab=page_info> Acesso em: 08. Dez. 2015.

²⁷ A Entrevista está disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=yWobZI4NZio>> Acesso em: 08. Dez. 2015.

Até 2010, todos os campeonatos organizados pela associação iniciavam a partir dos 30 anos, em 2011, uma nova categoria é inaugurada compreendendo atletas acima de 25 anos, categoria que permanece até hoje (2015). Abaixo segue um quadro com as competições organizadas pela associação entre os anos de 2005-2014:²⁸

2005

1º FESTIVAL AVP – CONSTRUTORA LAGUNA DE VOLEIBOL MASTER DE QUADRA 2º FESTIVAL AVP – CONSTRUTORA LAGUNA DE VOLEIBOL MASTER DE QUADRA 1º FESTIVAL AVP LA VIOLETERA – CONSTRUTORA LAGUNA DE VOLEIBOL DE AREIA 4X4
--

TABELA 14 – COMPETIÇÕES DA AVP EM 2005

FONTE: SITE AVP

2006

COPA DE VOLEIBOL MASTER 30+ COPA DE VOLEIBOL MASTER 30+/ 2º Fase FESTIVAL DE VOLEIBOL MASTER – 30+ MASCULINO 1º FESTIVAL AVP MASTER DE VOLEIBOL DE PRAIA 4X4

TABELA 15 – COMPETIÇÕES DA AVP EM 2006

FONTE: SITE AVP

2007

2º FESTIVAL AVP MASTER DE VOLEIBOL DE PRAIA 4X4 COPA AVP MASTER 30+ COPA AVP MASTER 30+/ 2º ETAPA COPA AVP MASTER 30+/ 3º ETAPA
--

TABELA 16 – COMPETIÇÕES DA AVP EM 2007

FONTE: SITE AVP

²⁸ No Acervo do site só contam os campeonatos realizados até 2014.

2008

3° FESTIVAL AVP MASTER DE VOLEIBOL DE PRAIA 4X4
COPA AVP MASTER 30+/ JOGO DOS CAMPEÕES
COPA AVP MASTER 30+/ 1° ETAPA
COPA AVP MASTER 30+/ 2° ETAPA
COPA AVP MASTER 30+/ 3° ETAPA

TABELA 17 – COMPETIÇÕES DA AVP EM 2008

FONTE: SITE AVP

2009

4° FESTIVAL AVP MASTER DE VOLEIBOL DE PRAIA 4X4
CIRCUITO AVP MASTER 30+/ 1° ETAPA
CIRCUITO AVP MASTER 30+/ 2° ETAPA
CIRCUITO AVP MASTER 30+/ 3° ETAPA
CIRCUITO AVP MASTER 30+/ 4° ETAPA
FESTIVAL VIVA VERÃO E AVP MASTER DE VOLEIBOL DE QUADRA 4X4

TABELA 18 – COMPETIÇÕES DA AVP EM 2009

FONTE: SITE AVP

2010

6° FESTIVAL AVP MASTER DE VOLEIBOL DE PRAIA 4X4
COPA AVP MASTER 30+/ 1° ETAPA
COPA AVP MASTER 30+/ 2° ETAPA
COPA AVP MASTER 30+/ 3° ETAPA
COPA AVP MASTER 30+/ 4° ETAPA

TABELA 19 – COMPETIÇÕES DA AVP EM 2010

FONTE: SITE AVP

2011

7° FESTIVAL AVP MASTER DE VOLEIBOL DE PRAIA 4X4
COPA AVP MASTER 25+/30+/ 1° ETAPA
COPA AVP MASTER 25+/30+/ 2° ETAPA
COPA AVP MASTER 25+/30+/ 3° ETAPA
FESTIVAL AVP DE VOLEIBOL 25+/35+

TABELA 20 – COMPETIÇÕES DA AVP EM 2011

FONTE: SITE AVP

2012

8° FESTIVAL AVP MASTER DE VOLEIBOL DE PRAIA 4X4 COPA AVP MASTER 25+/30+/ 1° ETAPA COPA AVP MASTER 25+/30+/ 2° ETAPA COPA AVP MASTER 25+/30+/ 3° ETAPA
--

TABELA 21 – COMPETIÇÕES DA AVP EM 2012

FONTE: SITE AVP

2013

9° FESTIVAL AVP MASTER DE VOLEIBOL DE PRAIA 4X4 COPA AVP MASTER 25+/30+/ 1° ETAPA COPA AVP MASTER 25+/30+/ 2° ETAPA COPA AVP MASTER 25+/30+/ 3° ETAPA
--

TABELA 22 – COMPETIÇÕES DA AVP EM 2013

FONTE: SITE AVP

2014

COPA AVP MASTER 25+/30+/ 1° ETAPA COPA AVP MASTER 25+/30+/ 2° ETAPA
--

TABELA 23 – COMPETIÇÕES DA AVP EM 2014

FONTE: SITE AVP ²⁹

Essa organização e periodicidade de competições colaboraram tanto para melhora da qualidade técnica de equipes que disputam as competições master realizadas pela CBV anualmente como também para integração de atletas amadores que estavam distantes da prática.

A partir do momento que nós começamos a organizar o voleibol master, isso começou a resgatar não só ex-atletas mas também pessoas que sempre praticaram o voleibol em um nível não tão profissional mas que sempre tiveram esse prazer [...] Hoje nós estamos com 300 atletas associados e 20 equipes participando de campeonatos só aqui em Curitiba, a nossa ideia com a associação é que a cada ano equipes se fortaleçam, treinem melhor para poderem participar dos brasileiros com mais condições de disputar títulos. Isso está acontecendo, algumas equipes já estão conseguindo ficar em segundo lugar nos brasileiros de 45, equipes femininas no primeiro

²⁹ Fontes das Tabelas estão disponíveis em: <<http://www.avp.org.br/competicoes-avp.html>> Acesso em: 11. Nov. 2015.

lugar de 30, primeiro lugar de 50 (EDUARDO GALINA em entrevista ao SPORTIME, 2011)³⁰.

3.2.3 AVP Social

Com a proposta de criar um projeto social voltado ao voleibol que possibilitasse a prática esportiva de rendimento a AVP lança no dia 15 de março de 2011, o projeto “AVP Social” de voleibol, tendo como objetivo promover a modalidade para meninos entre 12 e 17 anos, por entender que Curitiba e região sofria uma dificuldade em oferecer opções para jovens desenvolverem potencialidades ao nível de rendimento.

Além da formação de cidadãos o projeto social procurava formar futuros atletas que posteriormente poderiam estar atuando na seleção paranaense ou até mesmo atuando em nível profissional por outras equipes.

Inicialmente o projeto contava com o apoio da Secretária de Esportes do Paraná que sedia um ginásio para o treino das equipes, da prefeitura de Curitiba que disponibilizava recursos através da Lei de Incentivo ao Esporte Municipal e da empresa de planos odontológicos DentalUni. No ano de 2014, o projeto firmaria uma parceria com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, passando assim a criar uma equipe Sub – 19 que disputa atualmente o Campeonato Estadual da Categoria. A Universidade passava a disponibilizar seus recursos estruturais e científicos para aprimorar o desempenho dos atletas pertencentes a equipe.

Enxergando a relevância do projeto para cidade a prefeitura de Curitiba através da Secretária Municipal de Esporte Lazer e Juventude – SMELJ, vinculou o projeto a Seleção Masculina de Voleibol de Curitiba, seleção essa que disputa anualmente os jogos da Juventude organizados pela Paraná Esportes³¹.

³⁰ Idem 25.

³¹ Disponível em: < <http://www.avp.org.br/avpsocial.html>> Acesso em: 08. Dez. 2015.

4 DISCUSSÃO

Unindo os conceitos apresentados no segundo capítulo com a abordagem descritiva realizada no terceiro, esse quarto capítulo objetiva aliar as teorias apresentadas inicialmente com o objeto de estudo em foco, tendo em vista a procura por uma maior e melhor compreensão dos fenômenos que envolvem o tema investigado.

Dentre todas as teorias da administração apresentadas no primeiro capítulo percebemos que associações entre o pensamento sistêmico e a problemática tecida até o momento permitem a construção de uma estrutura que poderia possibilitar um maior entendimento da gestão e suas implicações para o desenvolvimento do voleibol em Curitiba.

Para isso utilizaremos um diagrama já apresentado anteriormente que se organiza em entrada, processos, saída e *feedbacks*.

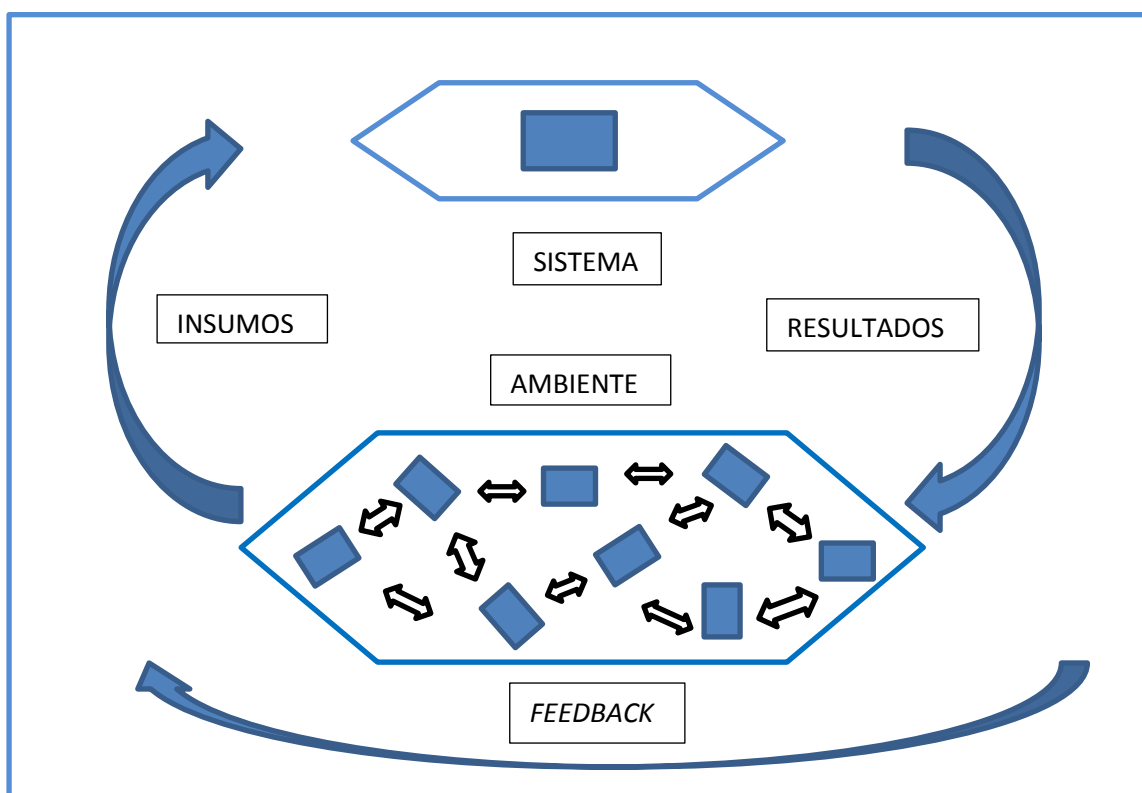


FIGURA 10 – DIAGRAMA DE SISTEMA

FONTE: MAXIMIANO (2000, p. 30 e 31). Adaptado pelo autor.

Para se pensar o enfoque sistêmico moderno é preciso que sempre se leve em consideração a noção de que a natureza dos sistemas deve ser definida pelo observador, percebendo os elementos da realidade como parte de um sistema. Essa percepção deve ser delimitada através de recortes da realidade para que possam ser estudadas isoladamente (MAXIMINO, 2000).

O autor faz uma analogia com o transporte em um automóvel, que se desloca de um local para outro em uma rodovia que é parte de um sistema de transportes, que abrange vários outros veículos, motoristas, postos de serviços, praças de pedágio e empresas de manutenção, quando se amplia ainda mais essa visão percebe-se que o sistema de transportes também depende de poços de petróleo, fornecedores de plataformas marítimas, condições meteorológicas no mar, da Lua, que interagem com o Sistema Solar, com uma visão muito ampla o transporte em um automóvel dependeria do comportamento da galáxia. Assim para se entender e manejar um sistema é necessário o estabelecimento de fronteiras (MAXIMINO, 2000).

Poderíamos delimitar o cenário do voleibol em Curitiba como um sistema aberto que é delimitando em um primeiro momento pela FPV como um sistema que fornece produtos/resultados (o fomento do voleibol) para um ambiente que se utiliza e fornece respostas/*feedbacks* para essa instituição que com o tempo altera sua conformação para atender as demandas que lhe foram encaminhadas. No entanto, essas mudanças de conformação não ficam restritas só ao primeiro sistema FPV, essas mudanças também tendem a se alterar no ambiente, que modifica sua conformação a cada produto/ resultado que recebe. Essa alteração no ambiente pode até mesmo acarretar na formação de novos sistemas similares ao primeiro que podem ou não interagir entre si.

Quando observamos o desenvolvimento do esporte no Paraná fica evidenciado que em um dado momento várias modalidades começaram a formar sistemas próprios, em decorrência de uma demanda que o ambiente impõe devido ao aumento populacional e a procura por atividades de lazer impulsionadas pelo aumento da disseminação esportiva. O voleibol é uma dessas modalidades que passa a se organizar de forma independente, deixando de ser representado pela FDP e passando agora a ser representado pela FPV.

No referido contexto a FPV passa a ser o primeiro sistema exclusivo a oferecer de forma institucionalizada o voleibol para outras instituições (clubes e associações), com o “boom” do voleibol no Brasil na década de 1980 e 1990, o interesse pela modalidade aumenta significativamente, deixando de ser uma modalidade meramente amadora e atingindo o status do profissionalismo, em âmbito regional essa ascensão aparece com o surgimento do Clube Cristalino que tinha o formato de um clube empresa (MEZZADRI, 200), mas tarde a cidade de Curitiba se tornava o endereço da equipe Rexona (VLASTUIN, 2007).

O projeto da equipe transformaria significativamente o ambiente do voleibol em Curitiba, não só pela incorporação que os habitantes da região passaram a ter pela modalidade devido ao sucesso da equipe profissional em âmbito nacional como também pelo seu projeto social que tinha seu núcleo central localizado em Curitiba, desse projeto saíram vários professores que começariam a atuar como técnicos em clubes da cidade e da região metropolitana, assim como os professores diversos alunos/atletas passaram a integrar as equipes de clubes da cidade.

No início dos anos 2000, professores oriundos do projeto Rexona criam a Taça Paraná, projeto que inicialmente se configurava como uma pequena competição para equipes das categorias de base, mas que com o passar dos anos se transformaria na maior competição do voleibol de base do Brasil.

Com o crescimento cada vez maior do voleibol em Curitiba sua demanda aumenta ainda mais provocando alterações na conformação do ambiente, fazendo com que o ambiente exigisse modificação da estrutura da FPV. O aumento da demanda pelo fomento da modalidade em várias categorias faz com que um grupo de atletas crie a AVP, instituição que inicialmente organizaria o voleibol master na cidade. Ficando independente da organização da FPV.

Todas essas estruturas se consolidaram como sistemas tão importantes quanto a própria FPV, a atuação desses sistemas impactou direta e indiretamente na estrutura e nos processos organizacionais e administrativos da FPV, como também, exercem influências umas as outras, como intentamos ilustrar nas imagens a seguir:

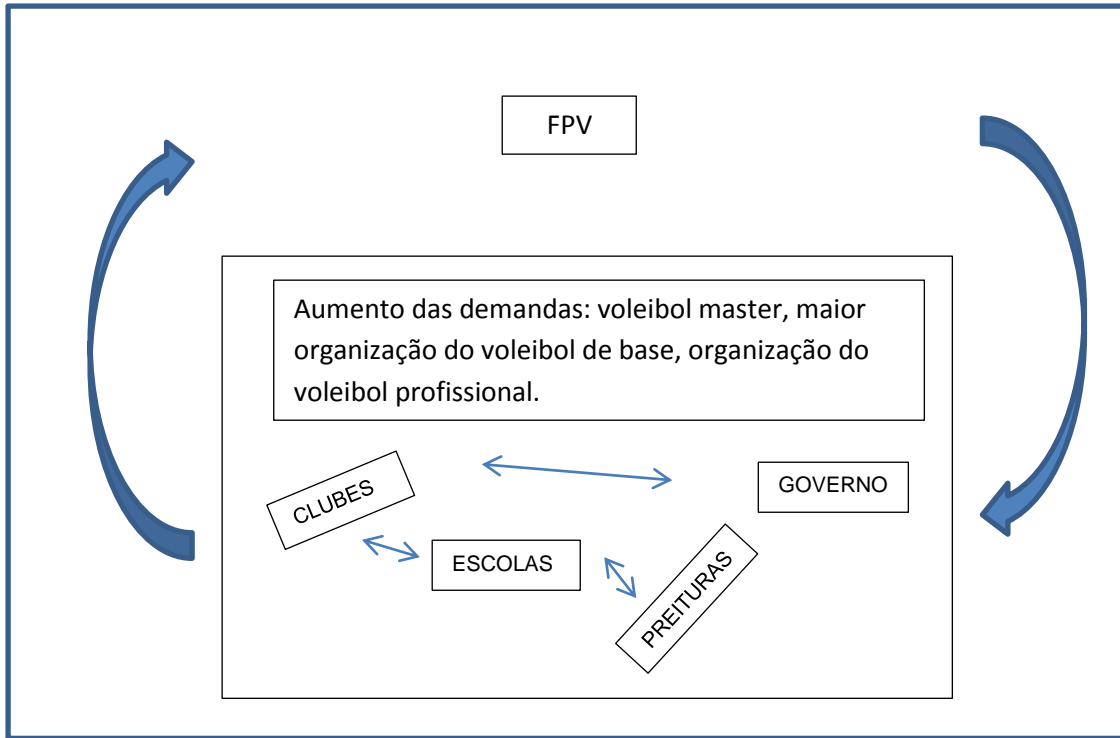


FIGURA 11 – VOLEIBOL EM CURITIBA PRÉ-DEMANDAS

FONTE: ELABORADO PELO AUTOR

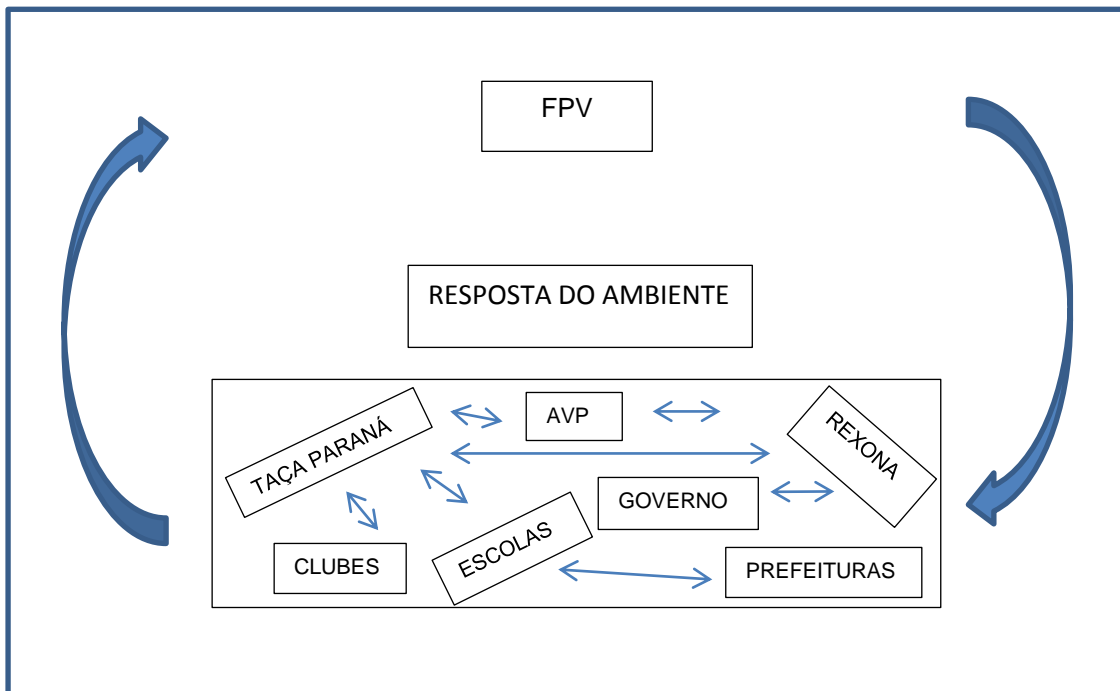


FIGURA 12 – RESPOSTAS DO AMBIENTE DO VOLEIBOL EM CURITIBA

FONTE: ELABORADO PELO AUTOR

A partir do momento que o ambiente vai exigindo novos “produtos”, modificações na estrutura da FPV podem acontecer ou novos sistemas podem se formar a tal ponto que o principal sistema responsável pelo fomento deixa de se tornar tão necessário.

Um sistema aberto pode tender “ativamente” para um estado de organização superior, isto é, pode passar de um estado inferior de ordem para um superior de ordem, devido as condições do sistema. Um mecanismo de retroação pode alcançar “reativamente” um estado de organização superior devido a “aprendizagem”, isto é, a informação introduzida no sistema (BERTALANFFY, 2013, p. 196).

Quando analisamos o desenvolvimento do voleibol em Curitiba fica perceptível que esse melhoramento para um estado de organização superior devido às informações que o sistema recebe se faz presente tanto para FPV como para os outros sistemas que constituem o ambiente do voleibol na cidade. Esse melhoramento é ainda mais importante quando o sistema procura legitimar suas reais funções e objetivos no âmbito organizacional do voleibol na cidade.

Após a introdução de novos sistemas no ambiente fica notável a busca por melhoras na administração da FPV, como por exemplo, a divulgação realizada com a comunidade paranaense através da FPVTV, site, redes sociais, a incorporação da própria Taça Paraná além de uma melhor organização de suas competições, tanto em qualidade como em quantidade.

No entanto é evidenciado que os aspectos que contribuíram para a cidade de Curitiba se tornar uma referência no fomento do voleibol de base no Brasil envolvem várias instituições além da própria FPV, como: Governo do Estado, com apoio a projetos sociais vinculados ao voleibol, Prefeitura de Curitiba com o aporte financeiro através de lei de incentivo ao esporte, Projeto Rexona com a equipe profissional e as escolinhas de iniciação ao voleibol, Taça Paraná pela organização de uma grande competição sediada em Curitiba e região metropolitana e AVP responsável pela fortificação do voleibol master e desenvolvimento de projeto social.

É possível encontrar na literatura trabalhos que nos apresentam análises similares as que desenvolvemos até o momento como as de Medeiros e Santos (2015) que se propõem em analisar a atuação do Bom Senso Futebol

na elaboração de propostas que visam aprimorar a estrutura do futebol brasileiro. Afonso e Marchi Júnior (2012) que fazem uma análise sociológica da história do Voleibol de Praia, procurando responder por que o desenvolvimento internacional da modalidade ocorreu no Brasil e não nos EUA, nesse estudo os autores investigaram como a estrutura do campo Voleibol de Praia estava sendo determinada pela disputa de duas instituições, a Federação Internacional de Voleibol (FIVB) e a *Association of Volleyball Professionals* (AVP). Ferreira (2008) que procura identificar quais os fatores que levaram a tentativa de criação de uma liga profissional de basquetebol brasileira, inspirada na NBA.

Assim como esses trabalhos acreditamos que nosso estudo pode contribuir para maiores debates e reflexões acerca das dinâmicas envolvendo instituições e grupos que objetivam organizar, fomentar e influenciar o desenvolvimento do esporte.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como no jogo de voleibol aonde cada equipe só pode realizar no máximo três toques na bola durante uma mesma jogada que irá se constituir em um *rally*, o cenário do voleibol em Curitiba também passa por processo similar onde serão materializados vários *rallys* que exerceram significativa influência no desenvolvimento da modalidade na cidade, enquanto no jogo de voleibol o toque/ação que um jogador executa acaba desempenhando uma importante influência na ação que será realizada na sequência por outro jogador o desenvolvimento da modalidade em Curitiba também passa pelas ações/“toques” que cada instituição desempenha em seus processos organizacionais e administrativos, essas ações influenciam as instituições umas as outras tanto de forma direta como indireta, logo o resultado dessas ações acarretará no desenvolvimento da modalidade.

No começo da pesquisa tínhamos como proposta analisar como a gestão de projetos e ações desenvolvidos pela FPV e AVP entre os anos de 2005 a 2015 teriam influenciado o desenvolvimento da modalidade em Curitiba, com o decorrer do trabalho percebemos que outras organizações exerciam significativa relevância nesse cenário, como o Projeto Rexona e a Taça Paraná de Voleibol. Dessa forma podemos definir três instituições: FPV, AVP e Projeto Rexona que assim como no jogo de voleibol que se constituiu por três toques que podem definir uma jogada, essas instituições definem os caminhos da modalidade na cidade, note que não destacamos a Taça Paraná por perceber que em um dado momento histórico essa se integrou a FPV, passando a dividir as responsabilidades de sua organização.

Pautados em nosso objetivo geral, **analisar de que forma a gestão de projetos e ações para o voleibol, desenvolvidos entre o período de 2005 a 2015, pela Federação Paranaense de Voleibol (FPV) e Associação de Voleibol do Paraná (AVP) tem influenciado a modalidade em Curitiba/PR?** Concluímos que com o surgimento de novas instituições fomentadoras do voleibol na cidade aliadas à parcerias entre os poderes públicos e privados houve um aprimoramento de novas formas e estratégias de organização e

gestão, que por sua vez propiciaram um maior desenvolvimento da modalidade em âmbito regional para as categorias de base tornando-se uma referência nacional. Nesse mesmo contexto, o voleibol profissional apresentou uma decadência desde o término das atividades da equipe Rexona em Curitiba.

Em alguns momentos, a principal instituição fomentadora do voleibol no Paraná demonstrou fragilidade e ineficiência em atender a uma demanda de pessoas interessadas pela prática da modalidade que antes não existia. O surgimento de outras instituições exerceu um papel de suma importância para o aprimoramento dos processos de organização e gestão desenvolvidos pela FPV.

Quando observamos o voleibol em Curitiba percebemos que, assim como outras modalidades esportivas sediadas tanto em Curitiba como em outras regiões do país, o desenvolvimento do esporte poderia ser ainda maior se ocorresse uma atuação de gestão profissional nas instituições que se responsabilizam em organizar determinadas modalidades, no entanto isso extrapola a simples formulação de estatutos das entidades, deve partir de cima, da construção de um sistema que traga parâmetros nacionais para organização, gestão e profissionalização de entidades responsáveis por legislar e organizar o esporte no Brasil.

REFERÊNCIAS

ARTIGOS

AFONSO. G. F.; MARCHI JÚNIOR, W. **Como pensar o Voleibol de Praia sociologicamente**. Motriz, Rio Claro, v.18 n.1, p.72-83, jan./mar. 2012.

ALMEIDA, B. S.; VLASTUIN, J. ; MARCHI JÚNIOR, W. ; BRAVO, G. O país do futebol que joga com as mãos: a gestão esportiva da confederação brasileira de voleibol. **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**, v. 2, p. 144-162, 2012.

BASTOS, F. C. Administração Esportiva: área de estudo, pesquisa e perspectivas no Brasil. **Motrivivência**, Florianópolis SC, v. ano XV, n.20-21, p. 295-306, 2003.

DIAS, E. P. Conceitos de gestão e administração: uma revisão crítica. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 1, e. 1, 2002.

KELLNER, D. **A cultura da mídia e o triunfo do espetáculo**. [Tradução: Rosemary Duarte], Líbero, Ano VI – V. 6 - n. 11, 2006.

GODOY, A.S. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n.2, p.57-63, mar./abr. 1995.

MARCHI JÚNIOR, W. **O processo de ressignificação do voleibol a partir da inserção da televisão no campo esportivo**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 26, n. 2, jan. 2005.

MEDEIROS. A. G. A.; SANTOS. D. S. **As propostas do Bom Senso Futebol Clube para o futebol brasileiro**. In: XIX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e VI Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2015, Vitória.

MORAES E SILVA, M.; CAPRARO, A. M. O tiro de guerra 19 Rio Branco: apontamentos acerca da institucionalização esportiva de Curitiba (1909-1910). **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 29, p. 229-243, 2015.

NOLASCO, V. P. et. al., Administração/Gestão Esportiva. In: COSTA, L. P. da (Org.). **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, Educação Física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 760-761.

PRONI, M. W. **Economia do esporte: um campo de estudo em expansão**. In: ENCONTRO DA ALESDE, 1., 2008, Curitiba. Esporte na América Latina: atualidade e perspectivas. Curitiba. 2008.

ROCHA, C. M.; BASTOS, F. C. Gestão do esporte: definindo a área. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.25, p. 91-103, dez. 2011.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. v.1, n.1, p.1-15, 2009.

VIEIRA, T. P.; STUCCHI, S. Relações Preliminares Entre a Gestão Esportiva e o Profissional de Educação Física. **Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, Campinas, v. 5, n. 2, p. 113-128, 2007.

VLASTUIN, J.; ALMEIDA, B. S.; MARCHI JÚNIOR, W. O marketing esportivo na gestão do voleibol brasileiro: fragmentos teóricos referentes ao processo de espetacularização da modalidade. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 29, p. 09/1-24, 2008.

MONOGRAFIAS

NIEDWIESKI, M. **Histórico da Federação Paranaense de Voleibol (1953-1975)**. 49 f. Monografia (Bacharelado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

MEIRA, M. M. B. **A estrutura clubística do Círculo Militar do Paraná e o fluxo de atletas do voleibol**. 61 f. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

DISSERTAÇÕES

ALDEIDA, B. S. **O financiamento do esporte olímpico e suas relações com a política no Brasil**. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

CAPRARO, A. M. **Football, uma prática elitista e civilizadora - investigando o ambiente social e esportivo paranaense do início do século XX**. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

FERREIRA, J. R. **NBA, CBB E NLB: RELAÇÕES DE PODER NO UNIVERSO ORGANIZACIONAL DO BASQUETEBOL BRASILEIRO**. 211 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

VLASTUIN, J. **O caso da equipe de voleibol feminino Rexona (1997 – 2003): um estudo das inter – relações com a mídia esportiva**. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

TESES

BETTI, M. **A janela de vidro: esporte, televisão e educação física.** 279 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

GODOY, L. **O sistema nacional de esporte no Brasil: revelações e possíveis delineamentos.** 165 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MARCHI JÚNIOR, W. **“Sacando” o voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970 – 2000).** 267 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MEZZADRI, M. F. **A estrutura esportiva no estado do Paraná: da formação dos clubes esportivos às atuais políticas governamentais.** 169 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MORAIS E SILVA, M. **Novos modos de olhar outras maneiras de se comportar: a emergência do dispositivo esportivo da cidade de Curitiba (1899-1918).** 227 f. Tese (Doutor em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

PILATTI, A. L. **Os donos das pistas: uma efígie sociológica do esporte federativo brasileiro.** 255 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

PRONI, M. W. **Esporte-espetáculo e futebol-empresa.** p. 275. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

LIVROS

BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010. P.23-80.

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria geral da administração**. 1.ed. São Paulo: Elsevier Brasil, 2001.

DAIUTO, M. **Basquetebol: origem e evolução**. 1. ed. São Paulo: Iglu, 1991.

Flick, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GEBARA, A.; PILATTI, L. A. Ensaio sobre História e Sociologia nos esportes. In: PILATTI, L.A. **O efeito de trava de um *habitus*: anotações sobre o papel da lei da nacionalização no esvaecer do *habitus* esportivo do imigrante alemão no estado do Paraná**. Jundiaí – SP: Fontoura Editora, 2006. p. 125 – 158.

GIL, C.A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, C.A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, C.A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUTTMANN, A. **From ritual to record: the nature of modern sports**. New York: Columbia University, 1978.

MARCHI JÚNIOR, W. **“Sacando” o voleibol**. 1.ed. São Paulo: Unijuí, 2004.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. Edição compactada. São Paulo: Atlas, 2006.

MEZZEI, L. C.; BARROS, J. A. F. Gestão de federações esportivas. In: MEZZEI, L. C.; BASTOS, F. C. **Gestão esportiva no Brasil: desafios e perspectivas**. São Paulo: Ícone, 2012. p. 65 – 90.

PIMENTEL, R. A. **História do voleibol no Brasil**: volume I. 1. ed. Niterói: Letras e Versos, 2011.

PIMENTEL, R. A. **História do voleibol no Brasil**: volume II. 1. ed. Niterói: Letras e Versos, 2012.

PITTS, B. G.; STOTLAR, D. K. **Fundamentos de marketing esportivo**. Porte, 2002.

ROBBINS, S.; COULTER, M.. **Administração**. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora Prentice-Hall. Tradução de Luiz Roberto Maia Gonçalves. 1998.

SITES

ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DO PARANÁ. **AVP Social**. Disponível em: <<http://www.avp.org.br/avpsocial.html>> Acesso em: 08. Dez. 2015.

ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DO PARANÁ. **Competições AVP**. Disponíveis em: <<http://www.avp.org.br/competicoes-avp.html>> Acesso em: 11. Nov. 2015.

BRASIL, **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01/04/1988.

BRASIL, **Lei nº 9.615**, de 24 de março de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm>. Acesso em: 01/04/2015.

BRASIL, **Lei nº 10.264**, de 16 de julho de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10264.htm>. Acesso em: 01/04/2015.

CASTRO, L. ESPN Brasil. **Dossiê vôlei: processos mostram privilégios em negócios com empresas de ex-dirigentes da cbv**. 24 fev. 2014. Disponível em: <http://espn.uol.com.br/noticia/391752_dossie-volei-processos-mostram-privilegios-em-negocios-com-empresas-de-ex-dirigentes-da-cbv>. Acesso em: 25 abr. 2015.

COMEL. N. Vôlei pra todo gosto na Taça Paraná Asics. **Paraná Online**, Curitiba, 30 out. 2013. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/esportes/news/704106/?noticia=VOLEI+PRA+TODO+GOSTO+NA+TACA+PARANA+ASICS>> Acesso em: 07 dez. 2015.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL. **Taça Paraná termina com status de maior competição de base do Brasil.** Disponível em: <<http://www.cbv.com.br/v1/noticias.asp?ldNot=20467>> Acesso em: 08. Dez. 2015.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL. **Voleibol de Base: Taça Paraná inicia revelação de novos atletas em quatro categorias.** Disponível em: <<http://www.cbv.com.br/v1/noticias.asp?ldNot=20442>> Acesso em: 08. Dez. 2015.

FEDERAÇÃO PARANAENSE DE VOLEIBOL. **Colégio Positivo JR recebe 4º GP do Regional Sub-14 no fim de semana.** Disponível em: <<http://www.voleiparana.com.br/index.php/noticias/ultimas-noticias/4817-2015-10-21-18-54-59>> Acesso em: 20. Out. 2015.

FEDERAÇÃO PARANAENSE DE VOLEIBOL. **Estadual Adulto 2015.** Disponível em: <<http://www.voleiparana.com.br/index.php/campeonatos/estadual-adulto>> Acesso em: 19. Out. 2015.

FEDERAÇÃO PARANAENSE DE VOLEIBOL. **FPV divulga tabela do Regional Sub-16.** Disponível em: <<http://www.voleiparana.com.br/index.php/noticias/ultimas-noticias/4291-fpv-divulga-tabela-do-regional-sub-16>> Acesso em: 21 Out. 2015.

FEDERAÇÃO PARANAENSE DE VOLEIBOL. **FPV têm contas aprovadas por unanimidade em assembleia geral.** Disponível em: <<http://voleiparana.com.br/index.php/noticias/ultimas-noticias/4194-fpv-tem-contas-aprovadas-por-unanimidade-em-assembleia-geral>> Acesso em: 20. set. 2015.

FEDERAÇÃO PARANAENSE DE VOLEIBOL. Histórico. Disponível em: <<http://voleiparana.com.br/index.php/institucional/historico>> Acesso em: 20 set. 2015.

FEDERAÇÃO PARANAENSE DE VOLEIBOL. **Página do Campeonato Estadual sub-19**. Disponível em: <<http://sub19.voleiparana.com.br/#>> Acesso em: 20. Out. 2015.

FEDERAÇÃO PARANAENSE DE VOLEIBOL. **Página do Facebook**. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/voleiparana>> Acesso em: 08. Dez. 2015.

FEDERAÇÃO PARANAENSE DE VOLEIBOL. **Regional Sub-18: Três cidades recebem as partidas do 2º GP**. Disponível em: <<http://www.voleiparana.com.br/index.php/noticias/ultimas-noticias/4596-2015-08-12-18-36-04>> Acesso em: 21. Out. 2015.

FEDERAÇÃO PARANAENSE DE VOLEIBOL. **Terceiro GP do Regional Petiz agita o Clube Duque de Caxias no fim de semana**. Disponível em: <<http://www.voleiparana.com.br/index.php/noticias/ultimas-noticias/4697-terceiro-gp-do-regional-petiz-agita-o-clube-duque-de-caxias-no-fim-de-semana>> Acesso em: 20. Out. 2015.

FEDERAÇÃO PAULISTA DE VOLEYBALL. **Campeonato metropolitano**. Disponível em: <http://www.fpv.com.br/bd/vq_camp.asp?camp=M> Acesso em: 17. Nov. 2015.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo, **62º JEPs - NRE Curitiba - Fase Regional de 18 a 24/05/2015**. Disponível em: <http://www.jogos escolares.pr.gov.br/modules/fase_final/uploads/curitiba_grupo_amentos_modalidades_coletivas.pdf> Acesso em: 22. Out. 2015.

LIGA DE VOLEIBOL DO PARANÁ. **Página institucional.** Disponível em: <<http://lvpr.com.br/news.php>> Acesso em: 20 set. 2015.

PARANÁ ONLINE. **Vôlei pra todo gosto na Taça Paraná Asics.** Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/esportes/news/704106/?noticia=VOLEI+PRA+TODO+GOSTO+NA+TACA+PARANA+ASICS>> Acesso em: 07 dez. 2015.

RÁDIO MARINGÁ. **Abertura da Taça Paraná reúne duas mil pessoas no Ginásio do Tarumã.** Disponível em: <<http://esportemaringa.blogspot.com.br/2013/10/abertura-da-taca-parana-reune-duas-mil.html>> Acesso em: 07 dez. 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO. **SEES implanta transmissão ao vivo pela internet.** Disponível em: <<http://www.esporte.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=3341>> Acesso em: 08. Dez. 2015.

SPORTTIME. **Página do Facebook.** Disponível em: < https://pt-br.facebook.com/programasporttime/info/?tab=page_info> Acesso em: 08. Dez. 2015.

TAÇA PARANÁ DE VOLEIBOL. **Classificação.** Disponível em: <<http://tacaparanadevolei.com.br/classificacao-final>> Acesso em: 19. Nov. 2015

TAÇA PARANÁ DE VOLEIBOL. **Investimento.** Disponível em: <<http://tacaparanadevolei.com.br/Investimento>> Acesso em: 09. Nov. 2015.

TV SPORTTIME. Canal do Youtube. **SPORTTIME 18_03_11 BLOCO 2 DE 5 CWBTV.avi.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yWobZI4NZio>> Acesso em: 08. Dez. 2015.

ZIOMER BRASIL. **Trajetória.** Disponível em:
<<http://www.zioberbrasil.com.br/quemsomos.php?id=3#tags>> Acesso em: 08.
Dez. 2015.

MATÉRIAS JORNALÍSTICAS

BRUM, A. Donos do Esporte. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 fev. 2012.

BRUM, A. Bloqueio armado contra o PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 03 mar. 2013.

BRUM, A. Crise faz CBV pedir auxílio para “cartola” paranaense. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 02 mar. 2014.

REINECKEN, M. Tapetão ameaça pleito no vôlei do PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 04 fev. 2012.

RUDNICK, F. Federação rompe parceria com a Paraná Esportes. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 set. 2010.

THOMAZINI, D. Vôlei do PR busca espaço via internet. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 abr. 2011.

DOCUMENTOS

ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DO PARANÁ. **Estatuto da associação de voleibol do Paraná**. Curitiba, p. 8, 2005.

FEDERAÇÃO PARANAENSE DE VOLEIBOL. **Estatuto da federação paranaense de voleibol**. Curitiba, p. 24. 1999.

FEDERAÇÃO PARANAENSE DE VOLEIBOL. **Regulamento estaduais 2015**, Curitiba, p. 34. 2015.

NOTAS OFICIAIS 001. **Taxas 2015**, Curitiba, p. 2. 2015.

SILVA. J. C. **III Encontro de Técnicos Formadores de Voleibol**. SAQUAREMA, p. 33. 2013. Disponível em: <http://www.cbv.com.br/v1/institucional/encontro-tecnicos-2013/5%20-%20III%20ETFV_2013%20-%20Case%201.pdf> Acesso em: 25. Out. 2015.

ANEXOS

A. V. P. ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DO PARANÁ

ESTATUTO SOCIAL TÍTULO I

DA ASSOCIAÇÃO CAPÍTULO I

Denominação, natureza, duração e finalidade da associação

Artigo 1.º A ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DO PARANÁ, aqui denominada simplesmente de A.V.P; é uma entidade de fins não lucrativos, fundada em 04 de junho de 2005, com sede provisória na Rua XV de Novembro, 556, 7º andar, Conjunto 703, Centro de Curitiba, Estado do Paraná, possuindo personalidade jurídica distinta da de seus associados, que se rege pelas leis civis e pelas normas do presente Estatuto. Artigo 2.º A duração da A.V.P. será por tempo indeterminado. Artigo 3.º A.V.P. tem por objetivos proporcionar e disponibilizar meios para seus associados visando a:

- I) defender os interesses dos praticantes do Voleibol Master que lhe são associados nas competições que venham a participar;
- II) fomentar o voleibol em todo o Estado do Paraná, de federados ou não.
- III) organizar, fora do calendário utilizado pela CBV, torneios ou competições esportivas, com a participação dos praticantes associados, visando à obtenção de recursos para a A.V.P., divulgando ao mesmo tempo o Voleibol Master do Paraná.
- IV) atuar efetiva e eficazmente junto aos patrocinadores em relação ao calendário oficial dos eventos esportivos anuais.
- V) promover eventos de caráter social, cultural e recreativo junto a seus associados. Artigo 4.º Os associados da A.V.P. não respondem pelas obrigações da Associação, seja solidária ou subsidiariamente.

CAPÍTULO II

Organização, Composição e Administração.

Artigo 5.º A composição da associação será através de filiações individuais, para as quais serão necessários os seguintes documentos:

- a) cédula de identidade;
- b) CPF/MF;
- c) comprovante de endereço;
- d) 02 (duas) fotos 3x4;
- e) endereço eletrônico.

Artigo 6.º A Associação é administrada pela Diretoria, com a colaboração do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e do Conselho Técnico Consultivo. Artigo 7.º A Diretoria, o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembléia Geral dos Associados. Artigo 8.º Os assessores (função não obrigatória) serão nomeados pelo Presidente da Diretoria. Artigo 9.º Só poderão ser eleitos para cargos da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, bem assim nomeados para o Conselho Técnico Consultivo ou para o cargo de Assessor, os associados que estejam em dia em suas relações com a A.V.P., desde que a esta estejam filiados há um (01) ano pelo menos. Parágrafo único. Estarão isentos do prazo mínimo de filiação os primeiros eleitos após a aprovação do presente Estatuto, assim como os nomeados pela primeira Diretoria.

TÍTULO II

DO PATRIMÔNIO SOCIAL E DA DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Artigo 10. O patrimônio social é constituído pelos bens móveis e imóveis, valores e direitos que atualmente o integram e por aqueles que a Associação vier a adquirir a qualquer título. Parágrafo único. Os bens imóveis só poderão ser vendidos ou gravados, no todo ou em parte, mediante autorização da Assembléia Geral, especialmente convocada para esse fim, com a presença de $\frac{3}{4}$ (três quartos) de todos os associados, em exercício de seus direitos sociais. Artigo 11. A A.V.P. só poderá ser dissolvida por deliberação da Assembléia Geral, especialmente convocada para esse fim, para o que será necessária a presença de no mínimo $\frac{3}{4}$ (três quartos) de todos associados, em exercício de seus direitos sociais. Artigo 12. Em caso de dissolução da A.V.P., o seu patrimônio líquido será destinado em conformidade com os disposto no artigo art. 61 do Código Civil.

TÍTULO III

DOS ASSOCIADOS CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres do Associados

Artigo 13. São direitos dos Associados:

- I) propor a admissão de novos associados;
 - II) freqüentar, desde que em dia com seus deveres, as dependências da Associação, assistindo e participando das competições esportivas e reuniões sociais, respeitados os regulamentos internos e as determinações e restrições legais e dos órgãos da Associação;
 - III) participar, na forma estatutária, das Assembléias Gerais;
 - IV) representar ou recorrer por escrito ao Conselho Deliberativo ou à Presidência, acerca de contratos ou ações que, praticados pelo Conselho, associados, funcionários, quando sejam reputados contrários aos direitos dos associados, aos princípios de dignidade ou aos fins da Associação;
 - V) pedir a própria exclusão do quadro social, respondendo por suas obrigações associativas até a data de seu efetivo desligamento;
 - VI) requerer licença, por prazo nunca superior a 6 (seis) meses, somente prorrogável por motivos relevantes e justificáveis, a critério do Conselho Deliberativo.
- Artigo 14. São deveres do associado:
- I) pagar pontualmente a contribuição social e demais obrigações devidas ou atribuídas, exibindo o cartão social sempre que solicitado;
 - II) eleger o respeito como a tônica das relações no âmbito da Associação;
 - III) zelar pelos bens sociais, cuidando para que os demais também o façam, indenizando o prejuízo ocasionado por sua culpa ou dolo;
 - IV) exercer com zelo e dedicação o cargo para o qual tenha sido eleito ou nomeado;
 - V) comunicar ao Poder respectivo a ausência ou impedimento eventual do exercício de função, com a antecedência suficiente para a substituição;
 - VI) representar condignamente a A.V.P. , especialmente quando integrar delegação, comissão ou equipe;
 - VII) comunicar prontamente, por escrito, a mudança de seu domicílio e estado civil;
 - VIII) conhecer e respeitar o Estatuto, Regulamentos, decisões e interpretações emanadas dos Poderes da A.V.P.; e
 - IX) pugnar pelo engrandecimento da A.V.P.

CAPÍTULO II

Das Penalidades

Artigo 15. Os associados ou credenciados ficam sujeitos às seguintes penalidades, de acordo com a gravidade da transgressão e sem que seja necessariamente obedecida a ordem abaixo:

- I) Advertência verbal
 - II) Suspensão de 15 (quinze) dias a 06 (seis) meses;
 - III) Exclusão.
- Artigo 16. Perde-se a condição de associado:
- I) por exclusão, a pedido;
 - II) por exclusão, decidida pela assembléia geral, por maioria simples em decorrência de comportamento que provoque prejuízo moral ou material à A.V.P.
 - III) pela falta do pagamento da sua contribuição, observadas as condições que constarem de regulamento a ser aprovado pela Assembléia Geral.

§ 1.º A aplicação da penalidade é da competência do Conselho Disciplinar da A.V.P., após regular processo administrativo no qual será assegurado o contraditório e a ampla defesa. § 2.º Durante o prazo de suspensão, continuará o punido com a obrigação de satisfazer as contribuições, taxas e quaisquer outros compromissos pecuniários assumidos para com a Associação.

Artigo 17. Caberá ao Conselho Disciplinar a aplicação aos associados das penalidades estabelecidas neste Estatuto, ficando a seu arbítrio dosá-las, atendido, contudo, o critério de proporcionalidade entre a punição e a gravidade da falta cometida, bem como, eventual reincidência.

Parágrafo único. Quando a infração acarretar danos materiais à Associação, o associado ficará obrigado a ressarcí-la no prazo fixado pela Diretoria, sob pena de exclusão, sem prejuízo da cobrança judicial do que for devido, condicionada a admissibilidade de eventual recurso à prévia prestação de caução ou fiança idônea.

Artigo 18. Consideram-se circunstâncias atenuantes:

- I) provocação imediatamente anterior, devidamente comprovada;
 - II) comportamento anterior exemplar.
- Artigo 19. Consideram-se circunstâncias agravantes:
- I) reincidência;
 - II) mau comportamento anterior;
 - III) emprego de arma ou qualquer meio aviltante;
 - IV) co-autoria; e
 - V) eliminação anterior por motivo alheio à mora.

Artigo 20. De toda decisão que aplicar pena de exclusão previstas neste estatuto, caberá recurso à Assembléia Geral, que decidirá por maioria de votos (metade mais um dos presentes, obedecido o quórum mínimo para sua instalação).

Parágrafo único. O recurso deverá ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do conhecimento da penalidade, na secretaria.

Artigo 21. O associado que deixar de pagar as suas contribuições ou mensalidades e/ou taxas por mais de 03 (três) meses, bem como deixar de saldar outros débitos assumidos para com a Associação, será notificado para cumprir a respectiva obrigação, sob pena de eliminação na forma do artigo 26.

Artigo 22. Não terá efeito suspensivo o recurso ou pedido de reconsideração, assim como não serão conhecidos os

recursos interpostos fora do prazo. Artigo 23. É de competência privativa do Conselho Deliberativo a aplicação de penalidades aos associados membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Diretoria. Artigo 24. Perderá o mandato o membro da Diretoria da Associação, e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal que vier a sofrer a penalidade de exclusão estabelecida neste Estatuto. Parágrafo único. Se a penalidade for de suspensão, o mandato do apenado ficará suspenso enquanto perdurar a sanção aplicada.

TÍTULO IV **DA RESPONSABILIDADE SOCIAL E PATRIMONIAL**

CAPÍTULO I

Das responsabilidades, taxas e contribuições.

Artigo 25. Os Associados são responsáveis pelos prejuízos a que derem causa junto à Associação, mesmo aos associados e a terceiros por atos praticados no interior da mesma. Artigo 26. Os associados estão sujeitos ao pagamento das seguintes contribuições e taxas:

- I) taxa para manutenção e conservação do patrimônio, assim considerada aquela destinada à conservação do patrimônio da Associação e demais despesas incidentes sobre o patrimônio, tais como impostos, água, gás, energia elétrica, etc.
- II) contribuição para expansão, assim considerada aquela destinada à construção de novas instalações da Associação ou então, para aquisição de novos bens, móveis e imóveis;
- III) taxas administrativas, assim consideradas as de exame médico, e de emissão de cartões sociais, e outras;
- IV) taxa de consumação, assim consideradas aquelas devidas na oportunidade em que a Associação realizar evento, no qual venham a ser fornecidas gêneros alimentícios, sem qualquer cobrança adicional;
- V) outras taxas que venham a ser estipuladas pela Diretoria e pelo Conselho Deliberativo, em contraprestação a serviços proporcionados aos associados que por eles optarem, bem como destinadas à cobertura de despesas com profissionais especializados. § 1.º Os valores das taxas descritas nas alíneas anteriores, a periodicidade da cobrança e a forma de pagamento serão fixadas pela Diretoria, observado o que consta do artigo 27. § 2.º Aos associados cumpre pagarem, na forma de cobrança estipulada pela A.V.P., as taxas e contribuições previstas neste Estatuto. § 3.º Aos valores das taxas e contribuições não saldados nos prazos previstos serão acrescidos 2% (dois por cento) a título de multa e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da correção monetária dos débitos, mediante a aplicação do INPC, ambos aplicados proporcionalmente. Artigo 27. O associado em débito com a A.V.P. será notificado para liquidar a sua dívida, assim considerada o valor original e seus acréscimos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da carta enviada pelo correio para o endereço constante de seu cadastro de associado na Secretaria, sob pena de eliminação. Artigo 28. A Associação de pleno direito promoverá a cobrança dos débitos de responsabilidade dos associados eliminados por falta de pagamento, agindo da forma que melhor atenda aos interesses da A.V.P.

CAPÍTULO II

Patrimônio, receita e despesa.

Artigo 29. O patrimônio da A.V.P. é constituído de:

- I) imóveis, instalações e bens móveis;
- II) materiais, acessórios, troféus e outros bens;
- III) numerários, créditos, títulos e outros valores. Artigo 30. As receitas e despesas constituem-se: § 1.º A receita em:
 - a) Patrimonial: oriunda dos rendimentos de aplicação financeira e de eventuais taxas e sobretaxas específicas aprovadas pela Diretoria;
 - b) De Manutenção: oriunda das contribuições sociais, taxas, sobretaxas, locações, arrendamentos, multas e juros e rendas eventuais, devendo ser equivalente à despesa social do exercício;
 - c) Acessórias: decorrentes do desenvolvimento de atividades complementares ao objeto principal da A.V.P.;
 - d) Especiais: as que decorram de doações, auxílios, subvenções, patrocínios, legados e outras do mesmo gênero. § 2.º A despesa é constituída dos encargos orçamentários e eventuais, devendo ser equivalente à receita de manutenção do exercício. § 3.º No mês de novembro será elaborada a Proposta Orçamentária da Receita e Despesa para o exercício seguinte, sendo permitida a separação de seus valores por semestre. § 4.º A qualquer tempo, por justificado motivo, a Diretoria, ouvido o Conselho Deliberativo, poderá retificar os valores acima.

TÍTULO V **DA ASSEMBLÉIA GERAL**

Artigo 31. Caracteriza-se a Assembléa Geral Ordinária como órgão deliberativo máximo da A.V.P., reunindo-se ordinariamente uma vez por ano, no mês de novembro. A Assembléa Geral Extraordinária só poderá ser convocada pelo Presidente, pela Diretoria, pelo Conselho Deliberativo ou por requerimento subscrito por 1/10 (um décimo) dos associados, como motivação específica. § 1.º As Assembléas Gerais Ordinária e Extraordinária serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias. A convocação poderá ser feita através de comunicação por e-mail, com confirmação de recebimento, pela imprensa escrita, ou ainda através de envio de Carta com Aviso de Recebimento (AR) aos associados. Em qualquer caso, da convocação constará obrigatoriamente a pauta da assembléa; § 2.º A Assembléa Geral, Ordinária e/ou Extraordinária, será constituída tão-somente pelos associados fundadores e efetivos que estiverem em pleno gozo de seus direitos sociais, observando-se, em primeiro lugar, o adimplemento das contribuições obrigatórias. § 3.º As deliberações da Assembléa são soberanas e dar-se-ão por maioria simples, devendo ser cumpridas e observadas por todos os associados da A.V.P.

Artigo 32. Compete privativamente à Assembléa Geral:

- I) definir a política geral da entidade;
- II) aprovar o orçamento e a prestação de contas do exercício social;
- III) deliberar sobre alteração do Estatuto Social;
- IV) autorizar a venda ou aquisição de bem imóvel associativo;
- V) examinar e julgar recursos interpostos contra as deliberações da Diretoria;
- VI) eleger, empossar ou destituir a Presidência e os Conselho Deliberativo e Fiscal e seus suplentes;
- VII) decidir sobre a dissolução ou fusão da associação; § 1.º A Assembléa será presidida pelo Presidente da Diretoria e secretariada pelo Secretário; § 2.º A Assembléa Geral será instalada com a presença da maioria dos associados com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número; § 3.º Para as deliberações a que se referem aos incisos III e VI do caput deste artigo é exigida a votação de 2/3 dos presentes à Assembléa especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes.

Artigo 33. A Assembléa Geral reunir-se-á:

- I) ordinariamente, de 04 (quatro) em 04 (quatro) anos, na primeira quinzena do mês de maio, exclusivamente para eleger e empossar os membros da Presidência, dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e seus suplentes;

II) extraordinariamente, a qualquer tempo, respeitando-se o prazo previsto no § 1.º do artigo 31 do presente Estatuto. Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso I deste artigo a Assembléa será convocada para ter início às 10h00, estendendo-se até as 18h00, quando se procederá, imediatamente, à apuração seguida da proclamação e posse simbólica dos eleitos, salvo quando houver somente uma chapa inscrita, ocasião em que a Assembléa deverá ser feita por aclamação. Artigo 34. O associado, para exercer seu direito de voto, deverá obrigatoriamente apresentar aos membros da mesa receptora sua carteira de identidade social ou cédula de identidade, devidamente legalizada, sem exceção de categoria, e assinar o livro de presença e o de votação. Parágrafo único. O pagamento das contribuições atrasadas, para os efeitos mencionados neste artigo, só será aceito até o quinto dia que anteceder a realização da Assembléa Geral.

TÍTULO VI **DO PROCESSO ELEITORAL**

Artigo 35. Os associados, fundadores e efetivos que desejarem se inscrever para a eleição à Diretoria ou aos Conselhos Deliberativo e Fiscal deverão fazê-lo até 20 (vinte) dias antes da data designada para o pleito. Artigo 36. São inelegíveis os associados admitidos a menos de 01 (um) ano contado da data da inscrição para o pleito. Artigo 37. A eleição se dará no mês de junho e exclusivamente por chapa integral da Diretoria e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Artigo 38. Os mandatos da Diretoria e dos Conselhos serão de 4 (quatro) anos e deverão coincidir, admitindo-se reeleições.

TÍTULO VII **DA DIRETORIA**

Artigo 39. A Diretoria da A.V.P. é composta de 06 (seis) Diretores, sendo um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Diretor Técnico, um Diretor de Marketing, um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Jurídico. Artigo 40. As reuniões da Diretoria serão convocadas pelo Presidente, seu substituto ou a requerimento de pelo menos 3 (três) de seus membros. § 1.º A Diretoria pode deliberar desde que convocados todos os Diretores, presentes no mínimo 3 (três) de seus membros, devendo suas resoluções ser lavradas em ata assinada pelos presentes. § 2.º As deliberações da Diretoria são tomadas pela maioria de votos dos presentes, votando o Presidente em último lugar. § 3.º Em caso de empate fica o assunto decidido pelo voto do Presidente. Artigo 41. Perde o mandato o Diretor que, sem justificativa:

- I) Deixar de exercer suas funções durante 30 (trinta) dias consecutivos.
- II) Deixar de comparecer a 3 (três) sessões consecutivas da Diretoria. Artigo 42. A substituição dos diretores opera-se pela seguinte forma:
 - I) O Presidente pelo Vice-Presidente, ou em sua ausência ou impedimento, por um dos Diretores por ele indicado.

II) Os Diretores em caso de licença com prazo maior do que 120 (cento e vinte) dias, renúncia, perda de mandato ou falecimento serão substituídos por outros nomeados pelo Presidente;

III) O Presidente poderá, além dos casos mencionados no item supra, substituir os demais Diretores a qualquer tempo desde que entenda que tal atitude venha trazer melhor desempenho para a administração da A.V.P.;

IV) Em caso de licença por mais de 120 (cento e vinte) dias, renúncia, falecimento, ou perda de mandato do presidente ou do Vice-Presidente, ou de ambos, a Diretoria remanescente convocará uma Assembléia Geral para até 60 (sessenta) dias após o ato ocorrido, para completar o(s) cargo(s) vago(s). Artigo 43. É vedado aos integrantes da Diretoria intervir em qualquer operação em que tenham, ou que possam ter interesse divergente ao da A.V.P. Artigo 44. No desempenho de suas atribuições, os Diretores podem ser auxiliados por Vice-Diretores, com funções específicas que lhe forem atribuídas pela Diretoria. Parágrafo único. Os Vice-diretores serão nomeados e dispensados pelo Presidente, ouvido o Diretor ao qual está vinculado. Artigo 45. Compete à Diretoria:

I) Administrar a A.V.P., zelando por seus interesses e finalidades;

II) Elaborar e aprovar os regulamentos da A.V.P., que deverão ser encaminhados, para ciência de todos os associados;

III) Apreçar orçamentos e as contas apresentadas pelos Diretores;

IV) Elaborar, anualmente, o orçamento do próximo exercício e submetê-lo à apreciação da Assembléia Geral;

V) Apresentar antes da Assembléia Geral Ordinária o relatório, o balanço e as contas do exercício anterior que deverão ser submetidos previamente ao Conselho Fiscal;

VI) Deliberar sobre licença aos membros da Diretoria, até o máximo de 120 (cento e vinte) dias consecutivos;

VII) Admitir ou vetar o ingresso de associados no quadro social;

VIII) Designar delegados e representantes da A.V.P., perante outras entidades a que estiver filiada ou não;

IX) Decidir sobre cessão ou locação de qualquer dependência social;

X) Autorizar, ad-referendum da Assembléia Geral, as verbas necessárias aos pagamentos inadiváveis e não previstos em orçamento;

XI) Propor à Assembléia Geral a aplicação de penalidades de competência desse órgão;

XII) Aprovar as contribuições a serem observadas e propostas aos filiados e às entidades que apoiem o Voleibol, observado o disposto no §1º do artigo 26;

XIII) Aplicar penalidades; Artigo 46. Compete ao Presidente:

I) Administrar e fiscalizar a A.V.P.;

II) Representar a Associação em todas as suas relações internas e externas, em juízo ou fora dele, podendo, a seu critério delegar tal representação aos Diretores, de acordo com sua competência.

III) Nomear o Conselho Disciplinar aprovado pela Diretoria;

IV) Convocar as eleições com antecedência mínima e 30 (trinta) dias da data do pleito;

V) Convocar as reuniões da Assembléia Geral, bem como presidi-las;

VI) Deliberar sobre o quadro de empregados e fixar-lhes a respectiva remuneração;

VII) Autorizar as despesas previstas no orçamento e ordenar com outro Diretor, propriamente o Diretor Administrativo Financeiro, o respectivo pagamento;

VIII) Autorizar e fazer pagar, da mesma forma prevista no inciso anterior, as despesas inadiváveis e não prevista, admitidas pela Diretoria;

IX) Aplicar aos associados, ad-referendum da Diretoria, as penalidades de sua competência, cabendo a aprovação da Diretoria em 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da punição;

X) Assinar:

a) Com o Diretor Administrativo- Financeiro, os documentos de natureza financeira, inclusive cheques;

b) Com o Diretor Técnico, a autorização para execução dos torneios e competições em geral;

XI) Admitir, licenciar, demitir e aposentar empregados;

XII) Aplicar penalidades aos empregados da AVP, com parecer do Diretor Administrativo Financeiro;

XIII) Exercer as atribuições inerentes ao seu cargo ou previstas em outros artigos do Estatuto. Artigo 47. Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos, além de

colaborar com ele nas tarefas que este o incumbir, em especial:

I) Estruturação do planejamento global das atividades;

II) Produção de planos comerciais e de marketing;

III) Coordenação de projetos específicos. Artigo 48. Compete ao Secretário:

I) Elaborar as Atas e encaminhá-las aos registros;

II) Ordenar e redigir as correspondências da Associação;

III) Elaborar as demais incumbências da Secretaria.

Artigo 49. Compete ao Diretor Técnico:

I) Planejar e coordenar os torneios da A.V.P., mediante aprovação da Diretoria;

II) Fiscalizar os torneios licenciados pela Associação;

III) Organizar o "ranking" dos associados, por categorias técnica e faixa etária;

IV) Organizar e administrar o quadro de juizes e fiscais;

V) Organizar e administrar o quadro de acadêmicos e profissionais da área;

- VI) Escalar as equipes técnicas que representarão a A.V.P. nos torneios que esta participar;
- VII) Organizar e orientar o funcionamento da Biblioteca da A.V.P. (Estatutos, Regulamentos da CBV, da FPV, dos Clubes, dos torneios importantes, livros técnicos de vôlei, fitas de vídeo, filmes, etc.);
- VIII) Coordenar o calendário de eventos da A.V.P. aprovado pela Diretoria, sempre de forma não conflitante com as normas da CBV e FPV;
- IX) Organizar e manter atualizado o cadastro técnico dos associados (histórico de campeonatos e atletas por categorias). Artigo 50. Compete o Diretor de Marketing:
- I) Administrar a comunicação com os associados da A.V.P., mantendo-os permanentemente informados dos eventos programados e incentivando-os a participar;
- II) Promover e organizar festas ou reuniões de caráter social, esportivo e cultural;
- III) Exercer as atividades de relações públicas da Associação, mantendo estreita colaboração com os meios de comunicação (nacional e Internacional), com os clubes, federações visando ao crescimento das atividades da Associação;
- IV) Coordenar a obtenção de verbas de patrocínio dos torneios promovidos ou aprovados pela Associação. Artigo 51. Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro:
- I) Superintender os serviços de Secretaria e arquivo;
- II) Administrar o cadastro dos associados da Associação, praticando todos os atos necessários à sua filiação e permanente atualização de seus dados pessoais;
- III) Secretariar as reuniões da Diretoria, redigindo e assinando com o Presidente as respectivas atas;
- IV) Providenciar a divulgação das resoluções dos poderes da Associação;
- V) Dirigir os serviços de Tesouraria e Contabilidade;
- VI) Ter sob a guarda e responsabilidade os valores pertencentes à Associação;
- VII) Providenciar o pagamento, depois de conferir e obter visto do Presidente, das contas da Associação e da folha de pagamento;
- VIII) Assinar com o Presidente os cheques, ordens de pagamentos e contratos que acarretem responsabilidade financeira para a Associação;
- IX) Fiscalizar a execução do orçamento pela Diretoria, incentivando a arrecadação dos associados e sugerindo medidas de ordem econômica;
- X) Apresentar à Diretoria:
- a) Mensalmente, o balancete da receita e despesa;
- b) Anualmente, a provisão orçamentária que deve ser submetida à aprovação da Diretoria e o Balanço do exercício finda.
- XI) Administrar o recebimento das contribuições para a A.V.P. Artigo 52. Compete ao Diretor Jurídico:
- I) Representar a A.V.P., mediante delegação de competência conferida pelo Presidente, judicial ou extrajudicialmente.
- II) Exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídico à Diretoria da A.V.P.

TÍTULO VIII **DO CONSELHO FISCAL**

Artigo 53 - O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador constituído de 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) suplentes, eleitos em Assembléia Geral dentre os associados, por maioria de votos, com mandato de 4 (quatro) anos, permitida a reeleição. Parágrafo único. O mandato do Conselho Fiscal coincide com a Diretoria. Artigo 54 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I) verificar a exatidão dos registros contábeis da Associação;
- II) solicitar reuniões dos membros do Conselho Deliberativo e convocar Assembléia Geral;
- III) exonerar ou declarar a perda do mandato de quaisquer de seus membros, inclusive de seu Presidente;
- IV) eleger novo Presidente do Conselho Fiscal no prazo de 10 (dez) dias úteis da vacância do cargo;
- V) dar pareceres sobre os balancetes mensais, relatórios financeiros, balanços e respectivos demonstrativos, encaminhando-os ao Conselho Deliberativo, sugerindo, se for o caso, medidas em benefício da melhor organização e desenvolvimento das finanças da Associação.
- VI) Examinar mensalmente a escrituração da A.V.P., emitindo parecer.
- VII) Dar parecer por escrito sobre as contas aprovadas pela Diretoria, para a apreciação da AGO.
- VIII) Manifestar-se sobre os regulamentos e outros assuntos que forem submetidos à sua apreciação pela Diretoria. § 1.º Os suplentes são convocados por ordem de idade a partir do mais idoso. § 2.º As reuniões do Conselho Fiscal serão presididas por membros do colegiado escolhido pelos demais na abertura dos trabalhos. § 3.º É incompatível a função de membro do Conselho Fiscal com a de membros da Diretoria. § 4.º O parecer sobre o balanço será encaminhado ao Conselho Deliberativo até o dia 30 (trinta) de março. § 5.º É vedado ao Conselho Fiscal reter em seu poder por mais de 15 (quinze) dias úteis os documentos, livros, balancetes e balanços da Associação.

TÍTULO IX **DO CONSELHO DELIBERATIVO**

Artigo 55. O Conselho Deliberativo é o órgão de consulta, de manifestação coletiva dos associados e de fiscalização de cumprimento do presente Estatuto, cabendo-lhe principalmente:

- I) manter e cumprir o seu Regimento interno, onde se especificuem as atribuições, prerrogativas e responsabilidades de seus membros;
- II) formar comissões de Assessoria;
- III) eleger, por ocasião da primeira Reunião Ordinária, o seu Presidente e os Conselheiros que comporão sua mesa diretora, bem como os Presidentes das Comissões de Assessoria;
- IV) apreciar e decidir sobre a homologação dos nomes dos associados efetivos, indicados para as demais vagas das Comissões de assessoria;
- V) exonerar ou declarar a perda do mandato dos Presidentes dos Conselhos Deliberativos e Comissões de Assessoria e referendar a exoneração de Vice-Presidente;
- VI) eleger novo presidente do Conselho de Administração, no prazo de 10 (dez) dias úteis da vacância do cargo;
- VII) apreciar e decidir, no máximo em 30 (trinta) dias, sobre os recursos interpostos contra os atos da Comissão Disciplinar, dando conhecimento da resolução ao interessado;
- VIII) apreciar e dar parecer até o dia 30 (trinta) de novembro de cada ano o orçamento para o exercício seguinte;
- IX) aprovar a realização de despesas extra-orçamentárias;
- X) apreciar proposta de alteração de percentual de mensalidade dos associados, bem como a cobrança de eventuais contribuições extraordinárias, apresentadas para serem submetidas à Assembléia Geral;
- XI) apreciar propostas para fixação dos valores das novas taxas de admissão para novos associados;
- XII) convocar Assembléia Geral;
- XIII) conceder títulos honoríficos;
- XIV) propor à Assembléia Geral a reforma deste estatuto, ouvida previamente a Direção Geral;
- XV) aprovar os Regimentos Internos, o Regulamento de Eleições e o Código de Atletas;
- XVI) apreciar e submeter à Assembléia Geral proposta de criação de unidade externa.

Artigo 56. O Conselho Deliberativo será constituído de 6 (seis) membros titulares e 3 (três) suplentes, eleitos na forma do Título VI. § 1.º A mesa diretora do Conselho Deliberativo será composta por seu Presidente, Vice-Presidente e 2 (dois) secretários. § 2.º Perderão o mandato os membros do Conselho que faltarem a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas, sem motivo justificado. § 3.º As vagas verificadas no Conselho serão preenchidas pelos suplentes, convocados segundo a ordem de registro na chapa. § 4.º Quando o Conselho se reduzir à metade, 50% (cinquenta por cento) do total de seus membros, será convocada Assembléia Geral Extraordinária para preencher as vagas de efetivos e suplentes. § 5.º Os mandatos dos membros do Conselho Deliberativo deverão ser coincidentes com os demais Conselhos. Artigo 57. As reuniões do Conselho Deliberativo serão convocadas por seu Presidente, ou por requerimento fundamentado de 1/3 (um terço) dos seus membros, ou ainda através de pedido dos associados efetivos em pleno gozo dos seus direitos. § 1.º As reuniões do Conselho Deliberativo, convocadas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, através de e-mail com confirmação de recebimento, serão realizadas em primeira chamada com a presença da maioria absoluta e, em segunda chamada, 30 (trinta) minutos após, com pelo menos 2/3 (dois terços) dos Conselheiros. § 2.º As reuniões do Conselho Deliberativo poderão ser realizadas mensalmente. § 3.º As decisões do conselho Deliberativo serão tomadas por maioria simples. Em caso de empate ter-se-á aprovada a decisão que contar com o voto do seu Presidente.

TÍTULO X **DO CONSELHO TÉCNICO-CONSULTIVO**

Artigo 58. O Conselho Técnico-Consultivo será composto pelos integrantes da diretoria de no mínimo 2 (dois) representantes nomeado pela Diretoria, tendo as seguintes principais atribuições:

- I) opinar sobre o Programa de Atividades Anual da A.V.P.;
- II) oferecer subsídios técnico-esportivos a formação e programação de torneios;
- III) apoiar a realização de eventos e de conquista de parcerias.

TÍTULO XI **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Artigo 59. O estatuto somente poderá ser modificado por deliberação da Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim e pelo voto favorável da maioria que constitua, no mínimo, 2/3 (dois terços) da totalidade dos associados presentes, salvo quanto àquelas decisões que exijam quórum qualificado, exceto este primeiro que desde logo passará por revisão de comissão nomeada pela Diretoria a ser presidida pelo Diretor Jurídico, o qual terá prazo de 90 (noventa) dias para apresentar proposta de alteração, após discutido o seu teor e aprovado em reunião de Diretoria. Artigo 60. O Regulamento Interno e o Regulamento Técnico de Competições determinarão as normas e regras a serem observadas com referência aos assuntos administrativos e de caráter técnico dos torneios, devendo ser elaborados por dois grupos de trabalhos indicados na Assembléia Geral. Artigo 61. A Associação deverá manter estreita

colaboração com a FPV, nas atividades de promoção e divulgação do voleibol do Estado do Paraná e com a CBV nas atividades nacionais e internacionais. Artigo 62. Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pelos Diretores, ad-referendum da Assembléia Geral, que deverá ser convocada no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes a contar da homologação das respectivas resoluções do Presidente. Artigo 63. Os dispositivos das leis e instruções baixadas pelos Órgãos ou Entidades Superiores dos Esportes integram este Estatuto. Artigo 64. A Associação respeitará os códigos de penalidades das Federações a que estiver filiado, bem como das respectivas Confederações. Artigo 65. Os contratos que a A.V.P. celebrar não poderão ter vigência superior a 60 (sessenta) dias além da data prevista para o término do mandato da Diretoria em exercício. Artigo 66. Dissolve-se a Associação quando reputada impossível a consecução dos objetivos sociais e mediante iniciativa conjunta da Diretoria e do Conselho Fiscal, com deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, observado o quórum previsto no parágrafo único do Artigo 59 do Código Civil. Artigo 67. Ocorrendo a dissolução da Associação, o remanescente de seu patrimônio líquido terá a destinação prevista no artigo 61 do Código Civil. Artigo 68. O presente estatuto entrará em vigor na data do seu registro.

Curitiba, 04 de junho de 2005.

Eduardo Catto Gallina

Presidente

ESTATUTO DA
FEDERAÇÃO PARANAENSE DE VOLEIBOL



CAPÍTULO I

Da Entidade e seus fins

Art. 1º - A Federação Paranaense de Voleibol, neste estatuto denominado FPV, filiada à Confederação Brasileira de Volley-Ball, é uma Sociedade Civil, de caráter desportivo fundada na cidade de Curitiba, aos 10 dias do mês de abril de 1953, sendo constituída pelas Associações que praticam ou venham a praticar de fato e eficientemente do Voleibol no Estado do Paraná.

Art. 2º - A personalidade jurídica da FPV, tem sede e foro na cidade de Curitiba, sendo ilimitado o tempo de sua duração.

Art. 3º - A personalidade jurídica da FPV, é distinta das Associações que a compõe.

Art. 4º - Nenhuma filiada responde solidária ou subsidiariamente pelas obrigações financeiras da FPV, nem por qualquer ato emanado de qualquer de suas filiadas.

Art. 5º - A FPV tem por fim:

- a) difundir a prática do Voleibol no Estado do Paraná, objetivando o progresso de todas as Entidades filiadas;
- b) representar o Voleibol paranaense junto aos poderes públicos e a Confederação Brasileira de Volley-Ball em caráter geral;
- c) representar o Voleibol paranaense em todo o território nacional, desde que não implique em atribuições da alçada da Confederação Brasileira de Volley-Ball;
- d) respeitar e fazer respeitar as Normas, Regulamentos e Regras da Federação Internacional de Volley-Ball e da Confederação Brasileira de Volley-Ball;
- e) participar dos Campeonatos Brasileiros;
- f) promover ou permitir a realização de competições regionais;
- g) providenciar conforme preceitua o Estatuto da Confederação Brasileira de Volley-Ball a participação de seus filiados em competições nacionais e internacionais;

NEURI BARBIERI
Advogado - Curitiba 9474

- h) promover o funcionamento da escola para curso de formação de árbitros de Voleibol;
- i) informar as entidades filiadas sobre as decisões dos seus poderes e dos poderes dos órgãos de hierarquia superior;
- j) regulamentar as inscrições dos praticantes de Voleibol no território do Estado do Paraná, bem como as transferências de atletas de uma para outra Entidade filiada, fazendo cumprir as exigências das Leis Nacionais e Internacionais, quando for o caso;
- k) elaborar regulamentos, tanto de natureza técnica como administrativa.

Art. 6º - A FPV poderá suspender ou desfiliar qualquer filiada que infrinja ou tolere que sejam infringidos os Estatutos da FIPV, do COB, da CBV, e da FPV e demais normas vigentes aprovadas pela FIBV e pela CBV.

CAPÍTULO II

Da Organização e dos Poderes

Art. 7º - São poderes da FPV:

- a) a Assembléia Geral;
- b) o Tribunal de Justiça Desportiva;
- c) a Comissão Disciplinar;
- d) o Conselho Fiscal;
- e) a Presidência;
- f) a Diretoria.

§ 1º - Não é permitida a acumulação de mandatos nos poderes da FPV.

§ 2º - Os mandatos de membros de poderes da FPV, só poderão ser exercidos por pessoas que satisfaçam as condições de amadorismo no esporte, que não estejam cumprindo penalidade imposta pela FIBV, COB, CBV, FPV ou pelas Entidades a elas filiadas.

Art. 8º - Sempre que houver vaga de qualquer membro eleito para os poderes da FPV, o seu substituto completará o tempo restante do mandato.

Art. 9º - Compete à Assembléia Geral, no Tribunal de Justiça Desportiva, a Comissão Disciplinar, ao Conselho Fiscal e à Diretoria a elaboração de seus Regimentos Internos.

NEURI BARBIERI
OAB/PR 9474



CAPÍTULO III
Da Assembléia Geral



Art. 10º - A Assembléia Geral, poder máximo da FPV, é constituída por um representante de cada Entidade filiada, devidamente credenciado, à ela devidamente vinculado, não podendo exercer cumulativamente, sendo a representação unipessoal.

§ 1º - Só poderão tomar parte nas Assembléias Gerais as filiadas que estejam em pleno gozo de seus direitos, perdendo o direito à voto, se não houver participado em mais de dois campeonatos oficiais promovidos pela FPV em cada um dos dois últimos anos.

§ 2º - Os representantes às Assembléias Gerais deverão ser maiores de 21 (vinte e um) anos.

§ 3º - Nas Assembléias Gerais destinadas à eleger os poderes da FPV, as Filiais representar-se-ão pelos respectivos Presidentes, ou, no impedimento destes, por um dos membros de suas diretorias legalmente constituídas, desde que credenciado pelo Presidente.

Art. 11º - Compete à Assembléia Geral Ordinária:

- a) reunir-se ordinariamente, durante o primeiro trimestre de cada ano para conhecer o relatório do Presidente relativo às atividades administrativas do ano anterior e julgar as contas do último exercício, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal;
- b) eleger de 4 em 4 anos, na reunião de que trata a letra anterior, quando for o caso e por votação secreta, o Presidente e o Vice-Presidente de FPV e os membros do Conselho Fiscal, podendo haver aclamação quando houver somente uma chapa;
- c) reunir-se quadrienalmente em sessão ordinária até 30 (trinta) dias após as eleições previstas na letra "b" deste artigo, para dar posse ao Presidente e Vice-Presidente da FPV e dos membros do Conselho Fiscal, eleitos;
- d) cassar o mandato após o processo regular de qualquer membro dos poderes da FPV excetuando o dos membros do Tribunal de Justiça Desportiva. Para deliberar o disposto nesta letra é exigido o quorum mínimo de dois terços das filiadas que integram a Assembléia.
- e) Aprovar ou não, alterando se necessário, o orçamento anual apresentado pela Diretoria;
- f) Autorizar ou não as despesas extra-orçamentárias que forem solicitadas pela Diretoria;

NEURI BARBIERI
ABIPR 0474

- g) Autorizar o Presidente da FPV a adquirir ou alienar bens móveis e a constituir ônus ou direitos reais sobre os mesmos;
- h) Resolver sobre a extinção da FPV e, no caso, de ser decidida, dar a destinação aos seus respectivos bens patrimoniais, devendo, porém, tal deliberação ser tomada pela unanimidade das filiadas;
- i) Interpretar este Estatuto, em última instância, e preencher no respectivo texto as omissões que por outras formas não forem sanadas, respeitando o "quorum" de dois terços dos seus membros ou independentemente do "quorum" referido, se lhe for proposta pela Diretoria.

§ Único – Somente podem participar de Assembléias Gerais as filiadas de:

- a) contém, no mínimo, com um ano de filiação, salvo nos casos de fusão ou desmembramento, quando a Entidade da qual foi desmembrada ou com a qual se fundiu já era filiada a um ano, contado da data da Assembléia Geral;
- b) figure na relação que deverá ser publicada pela Entidade, juntamente com o edital de convocação da Assembléia Geral e tenha atendido às exigências legais estatutárias;
- c) quando a filiada tenha participado em 2 (dois) campeonatos oficiais nos dois anos anteriores ao da realização da Assembléia.

Art. 12º - A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente:

- a) quando convocada pelo Presidente da FPV;
- b) quando for solicitação feita ao Presidente da FPV, pela maioria das



Art. 13º - A finalidade e a data da reunião de cada Assembléia Geral serão comunicadas às filiadas por intermédio de Nota Oficial enviada à cada filiada e/ou publicada em jornal de grande circulação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Art. 14º - As Assembléias Gerais se instalarão em primeira convocação com a maioria simples de seus componentes e em segunda convocação, uma hora depois, com qualquer número.

Art. 15º - Todas as deliberações da Assembléia Geral serão tomadas por maioria de votos, salvo nos casos específicos em que este Estatuto exija quorum especial.

NEURI BARBIERI
Advogado OAB/PR 9274

Art. 16º - A Assembléia Geral só poderá deliberar sobre os assuntos constantes nos respectivos editais de convocação.

Art. 17º - As Assembléias Gerais serão instaladas e presididas pelo Presidente da FPV e no seu impedimento por pessoa indicada pela Presidência.

CAPÍTULO IV

SEÇÃO I

Do Tribunal de Justiça Desportiva



Art. 18º - Ao Tribunal de Justiça Desportiva (TJD), unidade autônoma e independente, compete processar e julgar em última instância as questões decorrentes de descumprimento de normas relativas à disciplina e às competições, ressalvados os pressupostos processuais estabelecidos nos parágrafos 1º e 2º do Art. 217 da Constituição Federal.

§ 1º - O Tribunal de Justiça Desportiva será composto por sete no mínimo ou onze auditores no máximo indicados na forma do Art. 55 da Lei nº 9.615/98 com mandato de quatro anos permitido uma recondução.

§ 2º - Os membros do TJD serão obrigatoriamente bacharéis em direito ou advogados, ambos de notório saber jurídico desportivo e de conduta ilibada.

Art. 19º - O tribunal da Justiça Desportiva elegerá seu Presidente e Vice-Presidente dentre os membros que compõe e disporá sobre sua organização e funcionamento em Regimento Interno por ele elaborada e aprovado.

Art. 20º - Junto ao TJD funcionarão até 3 (três) procuradores e 1 (um) secretário nomeados pelo seu Presidente.

Art. 21º - Compete ao Presidente do TJD conceder licença temporária aos seus membros, nunca superior a 90 (noventa) dias.

§ Único - Havendo vacância de cargo de auditor, membro efetivo do TJD, o seu Presidente deverá oficiar a entidade indicadora para que no prazo máximo de 30 (trinta) dias promova nova indicação.

NEURI BARRIERI
CURIEPA 9474

Art. 22º - Cada grupo de auditores terá um substituto cuja indicação será feita de forma idêntica a adotada em relação aos efetivos.

Art. 23º - Enquanto não forem aprovados os novos códigos de Justiça Desportiva, o Tribunal de Justiça Desportiva da FPV, adotará o atual Código em vigor, com as alterações constantes da Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998 e Decreto 2.574 de 29 de abril de 1998.

§ Único - É vedado aos dirigentes esportivos das entidades de administração e das entidades de prática, o exercício de cargo ou função na Justiça Desportiva, exceção feita aos membros dos Conselhos Deliberativos das entidades de práticas desportivas.

SEÇÃO II

Da Comissão Disciplinar



Art. 24º - A Comissão Disciplinar (CD), órgão de primeira instância para aplicação imediata das sanções decorrentes das súmulas ou documentos similares dos árbitros ou ainda decorrentes de infringência ao regulamento da respectiva competição será composta por 3 (três) membros de livre nomeação do Tribunal de Justiça Desportiva.

§ 1º - A Comissão Disciplinar elegerá seu Presidente dentre os membros que a compõe e disporá sobre sua organização e funcionamento em Regime Interno.

§ 2º - Junto a CD funcionarão até 2 (dois) Procuradores e 1 (um) secretário, nomeados pelo seu Presidente.

Art. 25º - A Comissão Disciplinar somente será instalada após a aprovação dos novos Códigos de Justiça Desportiva pelo Conselho Superior de Desportos de acordo com o Art. 56, § 3º da Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998 e Decreto 2.574 de 29 de abril de 1999.

CAPÍTULO V

Do Conselho Fiscal

Art. 26º - O Conselho Fiscal, poder de fiscalização da Administração Financeira da FPV, se constituirá de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes eleitos com mandatos de 4 (quatro) anos pela Assembléia Geral.

§ 1º - O Conselho Fiscal funcionará com a presença da maioria de seus membros efetivos.

NEUR BARBIERI
028792 9474

§ 2º - O Conselho Fiscal elegerá seu Presidente dentre os seus membros efetivos e, seu Regimento Interno disporá sobre sua organização e funcionamento.

Art. 27º - O Conselho Fiscal se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo Presidente da FPV, pela Assembléia Geral, pelo seu Presidente ou por um de seus membros.

Art. 28º - É de competência privativa do Conselho Fiscal:

- a) examinar mensalmente os livros;
- b) apresentar mensalmente à Assembléia Geral denúncia fundamentada sobre atos administrativos ou qualquer violação da Lei e deste Estatuto sugerindo as medidas a serem tomadas, inclusive para que possa, em cada caso, exceder plenamente a sua função fiscalizadora;
- c) emitir parecer sobre o Orçamento Anual e sobre a abertura de créditos adicionais;
- d) apresentar à Assembléia Geral, parecer anual sobre o movimento econômico, financeiro e administrativo e o resultado da execução orçamentária.

CAPÍTULO VI Da Presidência

Art. 29º - A Presidência da FPV, constituída pelo Presidente e Vice-Presidente, é o poder que exerce as funções administrativas executivas da Entidade, assessorada por uma Diretoria.

§ Único - O Presidente em seus impedimentos legais de qualquer natureza, inclusive licença, será substituído pelo Vice-Presidente e Diretor Secretário ou qualquer outro membro da Diretoria com todas as atribuições inerentes ao cargo.

Art. 30º - O mandato do Presidente e do Vice-Presidente durarão de sua posse até a realização da Assembléia que elegerá os novos mandatários, de que trata a alínea "b" do Artigo 11º, só cessando, porém, as suas responsabilidades após a passagem oficial do cargo ao seu substituto, sem prejuízo da prestação de contas do mandato anterior, com o parecer do Conselho Fiscal.

§ Único - A transmissão de poderes será feita dentro de 30 (trinta) dias após a eleição de que trata do presente artigo, de acordo com o disposto da alínea "c" do Artigo 11º.

NEURI
Advogado

SABBIERI
CAB/PPR S/ATA

Art. 31º - Somente poderão exercer as funções de Presidente da FPV aqueles que forem brasileiros.

Art. 32º - O Presidente dará assistência à FPV, não respondendo solidariamente pelos seus atos, cabendo-lhe a iniciativa da divulgação dos atos administrativos da FPV.

§ Único - Ao Presidente, no exercício dos poderes referidos neste artigo, cumpre a adoção de quaisquer medidas julgadas oportunas a ordem ou aos interesses da FPV, inclusive nos casos omissos ou urgentes que sujeitarem este Estatuto a controvérsia de interpretação.

Art. 33º - O Presidente representa legalmente a FPV em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo constituir procurador.

§ Único - Ficam inelegíveis para o desempenho de cargos eletivos ou de livre nomeação os:

- a) condenados por crime doloso em sentença definitiva;
- b) inadimplentes na prestação de contas de recursos públicos em decisão administrativa definitiva;
- c) afastados de cargos eletivos ou de confiança de Entidades Desportivas ou em virtude de gestão patrimonial ou financeira irregular ou temerária da Entidade;
- d) inadimplentes das contribuições providenciárias e trabalhistas;
- e) falidos.

Art. 34º - Ao Presidente compete:

- a) zelar pela harmonia entre as filiadas, em benefício do progresso e da unidade política do Voleibol Paranaense;
- b) supervisionar, coordenar, dirigir e fiscalizar as atividades administrativas, econômicas, financeiras e desportivas da FPV;
- c) convocar e presidir, sem direito à voto, as Assembléias Gerais da FPV;
- d) convocar o Conselho Fiscal;
- e) presidir, sem direito à voto, os Congressos da FPV;
- f) convocar e presidir reuniões de Diretoria;
- g) nomear, suspender, demitir, contratar, elogiar, premiar, abrir inquéritos e instaurar processos nos termos do Regimento Geral e observada a Legislação vigente, designar

NEURA BARRIERI
Advogada - OAB/PR 2474



- seus diretores, superintendentes, coordenadores, assistentes ou assessores e os componentes das comissões que constituir;
- h) assinar contratos para aquisição de direitos de eventos, inclusive direitos de televisão, merchandising e marketing da FPV e em tudo que houver a participação do Voleibol paranaense, inclusive o de duplas;
 - i) assinar contratos com empresas de promoção de eventos esportivos e marketing para compra e venda dos direitos dos eventos da FPV e seus correspondentes direitos.

CAPÍTULO VII
Da Diretoria

Art. 35º - A Diretoria da FPV, será constituída pelo Presidente e pelo Vice-Presidente eleitos na forma do item I, alínea "b", do Art. 11º e pelos Diretores: Secretário, Financeiro, Técnico, Árbitros e Relações Públicas, designados pelo Presidente, *ad referendum* da Assembléia Geral.

§ 1º - Fica o Presidente autorizado a criar novos cargos de Diretores, designando seus titulares *ao referendum*, da Assembléia Geral.

§ 2º - O mandato da Diretoria é idêntico ao do Presidente e do Vice-Presidente.

§ 3º - As reuniões de Diretoria serão convocadas e presididas pelo Presidente da FPV, a quem cabe, também, o voto de qualidade.

Art. 36º - O Vice-Presidente da FPV é substituto eventual do Presidente e um dos membros natos da Diretoria.

§ Único - O Vice-Presidente, independente do exercício eventual da Presidência da FPV, poderá desempenhar qualquer parcela de função executiva do Presidente, em caráter transitório, quando for por este legado em termos expressos.

Art. 37º - Em caso de impedimento ou vaga do Presidente ou do Vice-Presidente da FPV, os Diretores dos Departamentos serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência, conforme a ordem previamente estabelecida pelo Presidente efetivo; se a vaga definitiva ocorrer na vigência do último ano do mandato eletivo, o Presidente em exercício completará o período, ressalvando o que estabelece o Parágrafo único do Art. 29º.

NEURI GABIERI
Advogado - OAB/PR 9474



Art. 38º - As licenças dos membros da Diretoria não poderão exceder de 90 (noventa) dias, salvo consentimento da Assembléia Geral.

Art. 39º - À Diretoria Coletivamente, compete:

- a) reunir-se ordinariamente, em dias determinados, pelo menos uma vez extraordinariamente quando convocada pelo Presidente;
- b) apresentar, anualmente, à Assembléia Geral, de acordo com o Art. 11º, letra "a", o relatório de seus trabalhos, bem como o Balanço do ano anterior, e o projeto de orçamento para o novo exercício;
- c) propor à Assembléia Geral a reforma deste Estatuto e do Regimento Geral e Regulamentos;
- d) propor à Assembléia Geral a concessão de títulos honoríficos, de acordo com o previsto Estatuto;
- e) submeter à Assembléia Geral proposta para a compra ou venda de imóveis ou de títulos de renda e proceder de acordo com a deliberação que for tomada pela Assembléia;
- f) filiar Entidades, após processo regular, *ad referendum* da Assembléia Geral;
- g) submeter, trimestralmente, à apreciação do Conselho Fiscal, os balancetes da Tesouraria;
- h) dar conhecimento circunstancial ao Tribunal de Justiça Desportiva, as faltas ou irregularidades cometidas por Entidades filiadas à FPV, para apreciação e julgamento em face do Código Brasileiro de Justiça e Disciplina Desportiva;
- i) apreciar, aprovar ou não, e modificar, se necessário, os Regulamentos apresentados pelos Diretores dentro de suas atribuições;
- j) organizar e aprovar o calendário de cada temporada;
- k) dissolver as comissões julgadas desnecessárias ou inoperantes;
- l) nomear representantes da Federação junto às Entidades;
- m) conceder ou negar licenças aos próprios membros, dentro de suas atribuições;
- n) dar posse aos Diretores designados na forma deste Estatuto;
- o) aprovar a constituição das delegações representativas da FPV;
- p) apreciar os Relatórios apresentados pelos chefes de delegações da FPV;
- q) regulamentar a nota oficial;
- r) propor à Assembléia Geral a desfiliação das Entidades filiadas à FPV.

NEURI BARBIERI
OAB/PR 9474
ADVOCADO



Art. 40º - As decisões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos.

Art. 41º - Considerar-se à resignatário o membro da Diretoria que, sem motivo justificável, faltar a mais de três sessões consecutivas da Diretoria, ou a mais de seis intercaladas a cada ano.

Art. 42º - Ao Diretor Secretário compete:

- a) orientar as Entidades filiadas nas relações entre si;
- b) distribuir o expediente recebido e promover a expedição da correspondência da FPV;
- c) dirigir os serviços de comunicações interiores, de arquivos, biblioteca e cadastro;
- d) dirigir e orientar o pessoal administrativo da FPV;
- e) apresentar ao Presidente, até o dia 15 de janeiro de cada ano, o relatório das atividades de sua área de atuação no ano anterior;
- f) emitir parecer sobre os Estatutos das Entidades filiadas ou em processo de filiação;
- g) emitir parecer sobre os Relatórios apresentados pelas Entidades filiadas, encaminhando à Diretoria para apreciação definitiva;
- h) redigir e assinar, com o Presidente, as atas das sessões da Diretoria;
- i) redigir, de acordo com o Presidente, toda correspondência da FPV;
- j) substituir o Presidente e o Vice-Presidente, interinamente, com todos os poderes inerentes ao cargo previsto neste Estatuto;
- k) superintender os trabalhos da Secretaria;
- l) auxiliar o Diretor Financeiro substituindo-o nos impedimentos.

Art. 43º - Ao Diretor Financeiro Compete:

- a) dirigir e orientar os serviços patrimoniais e financeiros da FPV, incluindo os da Tesouraria, contabilidade e almoxarifado;
- b) fiscalizar a conservação dos bens móveis e imóveis da FPV;
- c) promover meios para a elevação dos recursos financeiros da FPV;
- d) apresentar, ao Presidente, até o dia 15 de janeiro de cada ano, o Relatório das Atividades, de sua área de atuação no ano anterior, bem como o balanço anual da FPV;
- e) apresentar trimestralmente à Diretoria os balancetes da FPV;
- f) promover o pagamento das despesas autorizadas pelo Presidente da FPV;

NEURI BARBIERI
Advogado - OAB/PR 9474



- g) assinar, com o Presidente, os cheques e documentos que se relacionarem com dinheiro e haveres da FPV;
- h) dar parecer nos pedidos de filiação ou desfiliação de Entidades quanto à situação financeira das mesmas com a FPV;
- i) emitir parecer quanto à parte financeira dos Relatórios das filiadas;
- j) elaborar, até o dia 15 de dezembro de cada ano, o projeto de orçamento da receita e da despesa para o exercício seguinte;
- k) opinar sobre a distribuição de verbas;
- l) opinar sobre vencimentos e gratificações de funcionários;
- m) mandar fazer, mantendo-a em ordem e em dia, a escrituração da FPV, de modo a que mereça fé em juízo e fora dele;
- n) arrecadar ou mandar arrecadar, mantendo sob sua guarda e exclusiva responsabilidade, os bens e valores da FPV;
- o) fiscalizar a arrecadação da renda dos jogos promovidos pela FPV ou nos quais esta tenha interesse, providenciando os serviços de bilheteria e portões.



Art. 44º - Ao Diretor Técnico compete:

- a) orientar e chefiar todos os serviços técnicos, incluindo nestes a supervisão dos campeonatos, torneios e jogos promovidos pela FPV, bem como as atividades de arbitragem e de serviços médicos;
- b) supervisionar o departamento de árbitros e oficiais a seção de serviços médicos;
- c) fiscalizar o cumprimento, por parte das filiadas, às Regras Oficiais, bem como dos Regulamentos de ordem técnica;
- d) emitir parecer de ordem técnica;
- e) apresentar ao Presidente, até o dia 15 de janeiro de cada ano, o Relatório das atividades de sua área de atuação no ano anterior;
- f) elaborar os projetos de regulamento dos campeonatos e torneios promovidos ou patrocinados pela FPV, encaminhando-os à Diretoria;
- g) organizar ou mandar organizar as tabelas dos campeonatos, torneios ou jogos promovidos ou patrocinados pela FPV;
- h) propor à Diretoria a aprovação ou não dos resultados dos campeonatos ou torneios promovidos ou patrocinados pela FPV;

NEURI BARBIERI
DIRETOR 9474

- i) submeter à apreciação do Tribunal de Justiça Desportiva, por intermédio da Presidência, as faltas disciplinares cometidas por atletas, técnicos, dirigentes ou pessoas físicas direta ou indiretamente vinculadas à FPV;
- j) organizar as representações técnicas oficiais da FPV, requisitando das filiadas atletas e auxiliares necessários;
- k) elaborar o calendário anual das atividades desportivas da FPV;
- l) emitir parecer sobre a ordem técnica dos relatórios apresentados pelas filiadas;
- m) propor à Presidência a inscrição de atletas e técnicas na Confederação Brasileira de Volley-Ball;
- n) opinar sobre a conveniência da realização de jogos amistosos regionais, nacionais e internacionais da FPV, Ligas ou Associações à ela vinculadas;
- o) dirigir e executar os serviços relativos à realização dos campeonatos, torneios e jogos promovidos e patrocinados pela FPV;
- p) organizar o registro e estatística dos campeonatos, torneios e jogos promovidos pela FPV;
- q) emitir parecer sobre pedidos de licença para realização de jogos e torneios;
- r) manter em dia o registro da FPV;
- s) opinar sobre os pedidos de transferência de atletas, promovendo o seu registro nas fichas competentes;
- t) tomar as providências necessárias ao preparo das representações da FPV;
- u) emitir parecer sobre as praças de desportos e instalações apresentadas para a realização do campeonato, torneios ou jogos promovidos ou patrocinados pela FPV;
- v) organizar e manter em dia o cadastro dos árbitros, auxiliares e técnicos de voleibol;
- w) organizar o cadastro das quadras de voleibol existentes no Estado e anotar as modificações nelas verificadas;

Art. 45º - Ao Diretor de Árbitros compete:

- a) chefiar o quadro de árbitros e oficiais da FPV;
- b) organizar e fiscalizar o registro dos árbitros e oficiais da FPV;
- c) apresentar ao Presidente, até o dia 15 de janeiro de cada ano, o relatório das atividades de sua área de atuação no ano anterior;
- d) coordenar, dirigir e elaborar a Escola de Árbitros;

NEURY BARBIERI
 Advogado - OAB/PR 5479

- e) propor ao Presidente cursos de formação e atualização para árbitros e oficiais da FPV;
- f) dar assistência à Diretoria quando solicitado;
- g) escolar árbitros e oficiais para os jogos promovidos ou patrocinados pela FPV;
- h) fiscalizar junto a Diretoria Técnica a atuação de árbitros e oficiais nos jogos;
- i) promover ou rebaixar de categoria os árbitros ou oficiais juntamente com a Diretoria Técnica;
- j) sugerir ao Presidente qualquer medida que vise o aprimoramento de suas funções;
- k) propor a inclusão ou exclusão de árbitros e oficiais no Quadro de Árbitros da FPV;
- l) elaborar o Regulamento do Quadro de Árbitros e alteração quando necessário, com a aquiescência da Diretoria;
- m) convocar o quadro de Árbitros e Oficiais para reuniões.



Art. 46º - Ao Diretor de Relações Públicas compete:

- a) tomar conhecimento do calendário da FPV, dando ciência aos órgãos de divulgação para uma ampla divulgação do voleibol;
- b) elaborar campanha publicitária de divulgação do voleibol;
- c) promover a feitura de uma revista da FPV para relacionamento maior com as filiadas e divulgação do voleibol paranaense e do Brasil;
- d) dar publicidade das modificações, determinações e regulamentos da FPV, bem como das normas ou resoluções fixadas pela FPV, CBV e FIVB;
- e) apresentar ao Presidente, até o dia 15 de janeiro de cada ano, o relatório das atividades de sua área de atuação, no ano anterior;
- f) fazer contratos com companhias de publicidade, firmas comerciais, indústrias, associações, etc., no sentido de promover o incremento do voleibol paranaense.

CAPÍTULO VIII

Do Regime Econômico e Financeiro do Patrimônio da Receita e da Despesa

Art. 47º - O exercício Financeiro da FPV coincidirá com o ano Civil e compreenderá, fundamentalmente, a execução do orçamento.

§ 1º - O orçamento será uno e incluirá todas as receitas e despesas.

NELIA DANIBERI
Advogada - OAB/PR 9474

[Handwritten signatures]

§ 2º - Os elementos constitutivos da ordem econômica, financeira e orçamentária serão escriturados e comprovados por documentos mantidos em arquivos.

§ 3º - Os serviços de contabilidade serão executados em condições que permitam o conhecimento imediato da posição das contas relativas ao patrimônio, às finanças e à execução do orçamento.

§ 4º - Todas as receitas e despesas estarão sujeitas à comprovantes de recolhimento ou pagamento e à demonstração dos respectivos saldos.

§ 5º - O balanço geral de cada exercício, acompanhado de demonstração de lucros e perdas, discriminará os resultados das contas patrimoniais e financeiras.

Art. 48º - O Patrimônio da FPV compreende:

- a) seus bens móveis e imóveis;
- b) prêmios recebidos em caráter definitivo;
- c) o fundo de reserva, fixado anualmente pela Assembléia Geral, com base no saldo verificado no balanço;
- d) os saldos positivos da execução do orçamento.

§ 1º - A Receita da FPV compreende:

- a) jóias de filiação;
- b) mensalidades pagas pelas Entidades filiadas;
- c) taxas de transferências de atletas;
- d) renda de torneios, campeonatos ou jogos promovidos pela CBV e FPV;
- e) taxa de licença para jogos regionais e interestaduais a serem estabelecidas pela Assembléia Geral anualmente;
- f) taxas fixadas em regimento específico;
- g) multas;
- h) subvenções e auxílios concedidos pelos Poderes Públicos ou Entidades da administração indireta;
- i) donativos em geral;
- j) rendas eventuais de patrocínios, bingos, promoções, direitos de TV, merchandising e marketing nos eventos da FPV;
- k) taxas de inscrição em competições oficiais;
- l) os contratos firmados com particulares.

NEURI BARRIERI
Advogado - OAB/PR 2474



§ 2º - A Despesa da FPV compreende:

- a) pagamentos das contribuições devidas às Entidades a que estiver filiada à FPV;
- b) pagamentos de impostos, taxas, aluguéis, salários de empregados e outras despesas indispensáveis à manutenção da FPV;
- c) despesas com a conservação dos bens da FPV e do material por ela alugado ou sob sua responsabilidade;
- d) aquisição de material de expediente e desportivo;
- e) custeio dos campeonatos, torneios ou jogos organizados pela FPV;
- f) aquisição de distintivos e carteiras;
- g) assinatura de jornais e revistas especializadas e a compra de material fotográfico para os arquivos da FPV;
- h) gastos de publicidade da FPV;
- i) despesas eventuais.

49º - Nenhuma despesa será processada à revelia do Diretor Financeiro e sem que o respectivo pagamento se sujeite à autorização do Presidente da FPV.

CAPÍTULO IX

Da Filiação

Art. 50º - A FPV dará filiação, nos termos deste Estatuto, em qualquer época do ano, às Entidades que pratiquem o voleibol, que a requererem.

Art. 51º - São consideradas Entidades filiadas as atuais que estão em pleno gozo de seus direitos Estatutários ou aquelas que venham futuramente se filiar, obedecidos os preceitos legais e as normas deste Estatuto.

§ Único - Ficará sem representação na FPV, mantidas entretanto suas obrigações, a Entidade que não houver participado em mais de dois campeonatos promovidos pela FPV em cada um dos dois últimos anos.

Art. 52º - São condições essenciais para que uma Entidade obtenha filiação:

- a) ter personalidade jurídica;
- b) ter seus estatutos em conformidade com as normas emanadas da CBV, FIBV e FPV;

NEURI BABBIERI
Advogado - OAB/PR 92.72

- c) ter Diretoria idônea cujos nomes e profissões de seus integrantes deverão constar do requerimento de filiação, sendo obrigatório que a função executiva seja exercida exclusivamente pelo Presidente;
- d) remeter o desenho do uniforme de sua equipe representativa e do seu pavilhão, com indicação das cores, devendo sujeitar-se a modificá-lo, caso a FPV o exija, antes de aprová-lo;
- e) fornecer relação de atletas;
- f) não conter em seus Estatutos nenhuma disposição que vede ou restrinja o direito de associados brasileiros;
- g) depositar a taxa de Anuidade, que será desenvolvida, no caso de não ser concedida a filiação;
- h) fornecer planta do Ginásio de Esportes, apresentado para a realização de jogos.

CAPÍTULO X
Das Ligas

Art. 53º - As Ligas formadas nas diversas cidades do Estado, vincular-se-ão a FPV, podendo ser especializados ou ecléticas.

Art. 54º - As Ligas poderão organizar seus campeonatos próprios ou se fazer representar nos campeonatos oficiais da Federação.

Art. 55º - Cada Liga se fará representar junto aos poderes da Federação por intermédio de seu Presidente.

Art. 56º - O Presidente da Assembléia das Ligas será o Presidente da Federação ou representante legal, sem no entanto ter direito ao voto.

Art. 57º - Quando as representações das Ligas ou Associações à ela filiadas participarem dos jogos, torneios ou campeonatos oficiais da Federação, ficarão subordinadas aos Regulamentos e outros dispositivos legais baixados pela Federação.

NEUM BARRERI
Advogado
CAB/PR 9474



CAPÍTULO XI
Das Associações Filiadas
Direitos e Deveres



Art. 58º - São direitos de toda Entidade filiada:

- a) organizar-se livremente observando na elaboração de seus Estatutos desde que não contrarie as normas da Federação Internacional de Volley-Ball, Confederação Brasileira de Volley-Ball e Federação Paranaense de Voleibol;
- b) fazer-se representar na Assembléia Geral;
- c) disputar partidas regionais, interestaduais, amistosas com suas representações oficiais atendendo as exigências legais e autorizadas pela FPV;
- d) recorrer das decisões do Presidente, da Diretoria ou de qualquer outro poder da Federação;
- e) requerer a convocação da Assembléia Geral, na forma deste Estatuto, como estabelece o item "b", Art. 12;
- f) denunciar ações irregulares ou degradantes à moral desportiva, praticadas por outras filiadas ou por pessoas vinculadas a Federação;
- g) inscrever-se e participar dos Campeonatos e Torneios promovidos pela FPV e CBV atendendo as exigências legais;

Art. 59º - São deveres de toda Entidade filiada:

- a) respeitar todos os dispositivos das Normas, Deliberações e Pareceres emanados da Federação Internacional de Volley-Ball, Confederação Brasileira de Volley-Ball e Federação Paranaense de Voleibol ou qualquer Entidade superior a que esteja vinculada;
- b) não conter em suas leis nenhuma disposição que vede ou restrinja o direito de associados brasileiros;
- c) enviar a relação com endereço e profissão de todos os membros dos poderes no prazo de 15 dias após a realização das eleições, ou sempre que houver alteração;
- d) dar ingresso franco em todas as suas dependências aos integrantes de todos os poderes do Conselho Nacional de Desportos, Comitê Olímpico Brasileiro, Confederação Brasileira de Volley-Ball, Conselho Regional de Desportos e Federação Paranaense de Voleibol;

NEWRI BARTIER
Advogado - OAB/PR 9474

- e) reconhecer a FPV como única dirigente de voleibol no Estado do Paraná, respeitando, cumprindo, e fazendo respeitar e cumprir pelas Ligas, Associações filiadas, suas leis, regulamentos, decisões e regras desportivas;
- f) remeter a relação de todos os atletas que praticam o Voleibol, inscritos na Associação:
- g) pagar pontualmente a mensalidade e taxas a que tiver obrigada, as multas que tiverem impostas e qualquer outro débito que tenha com a Federação, recolhendo aos cofres desta o valor das taxações estabelecidas nas Leis e Regulamentos em vigor;
- h) fazer as solicitações para a transferência de atletas, licenças para partidas interestaduais ou internacionais acompanhada das respectivas taxas;
- i) pedir licença para disputar partidas amistosas, regionais, interestaduais ou internacionais, com suas representações oficiais mediante aprovação da Confederação Brasileira de Volley-Ball ou Federação, atendidas as exigências legais;
- j) pedir licença para se ausentar do país com o fim de participar de jogos internacionais;
- k) abster-se, salvo autorização especial, de relações esportivas de qualquer natureza com Entidades ou Associações não filiadas, direta ou indiretamente, à Federação, ou por esta não reconhecidas, cumprindo-lhes precipuamente;
- l) não disputar jogos nestas condições;
- m) não permitir que os amadores inscritos tomem parte, sob qualquer pretexto ou fundamento, em jogos locais, interestaduais e internacionais;
- n) enviar, anualmente à Federação, até 31 de março, o Relatório de suas atividades no ano anterior;
- o) comunicar, dentro de 15 (quinze) dias, a eliminação de atletas, motivada por infringência das Leis da Associação ou por atos que a desabonem;
- p) preencher as fichas e cadastros dos atletas e técnicos da Federação e Confederação;
- q) prestar, no prazo de 15 (quinze) dias, as informações solicitadas para a transferência de amadores para outras entidades;
- r) atender prontamente a requisição de atletas e de pessoal técnico para integrarem qualquer representação oficial da Federação;
- s) atender a todas as requisições de material destinados às competições oficiais da Federação;
- t) atender as condições a seguir especificadas, as requisições de instalações para a prática do voleibol, feitas pela Federação:




JEDRI BARRIEN
 advogado - OAB/PR 92.174


JEDRI BARRIEN

- u) mediante remuneração de 10% (dez por cento) da renda bruta da competição realizada, caso a filiada não participe do produto dessa renda;
- v) não correndo a hipótese prevista na alínea anterior, a cessão será graciosa, correndo por conta da Federação, apenas as despesas feitas em consequência da competição e, se for o caso, as decorrentes do ajuste por ventura estabelecido com os proprietários das praças cedidas;
- w) justificar, perante a Federação, uma vez requerida a inserção, os motivos de alta relevância que impediram a participação no campeonato dirigido ou patrocinado pela mesma, a fim de ser julgada sua procedência, não isentando as taxas e multas definidas em regulamentos;
- x) não se dirigir diretamente ao Conselho Superior de Desportos ou Confederação Brasileira de Volley-Ball, senão por intermédio da Federação, quando se tratar de assunto de ordem técnica ou administrativa;
- y) remeter anualmente, em duas vias, para o devido registro na Federação e Confederação Brasileira de Volley-Ball, a cópia dos contratos ou ajustes entre técnicos e Associações filiadas;
- z) reconhecer, na Confederação Brasileira de Volley-Ball, autoridade máxima do voleibol, como sendo a única para editar regras oficiais;
- aa) manter um relacionamento harmônico e amistoso com as demais filiadas da FPV, bem como com as Ligas e Associações de outras Federações;
- bb) adotar para o Voleibol o regime exclusivo de amadorismo;
- cc) indicar o Diretor que representará o Presidente, junto à FPV, para tratar de assuntos pertinentes a sua Entidade.



CAPÍTULO XII
Dos Atletas

Art. 60º - Considerar-se-á atleta federado todo aquele inscrito na FPV.

Art. 61º - Todo atleta que for convocado pela Federação, para fazer parte de qualquer de suas representações e, sem motivo justificado, deixar de atender, será encaminhado ao TJD.

§ Único - Na mesma condição ficará o dirigente, ou membro da Comissão Técnica, que influir na decisão do atleta.

NEURI BARBIERI
Advogado - OAB/PR 247A

CAPÍTULO XIII
Dos Títulos Honoríficos



Art. 62º - Como testemunho de reconhecimento e homenagem especial àqueles que se salientaram nos serviços prestados ao Voleibol paranaense, a FPV poderá conceder os seguintes títulos:

- a) **PATRONO** – Título vitalício, só preenchido pelo falecimento de seu titular. Este título só poderá ser concedido a quem já possua o título de GRANDE BENEMÉRITO, e que continue prestando relevantes e assinalados serviços ao Voleibol paranaense.

O PATRONO gozará das seguintes regalias:

- I Integrar as Assembléias Gerais;
- II Assistir e tomar parte nas reuniões da Diretoria, com direito ao voto;
- III Ocupar lugar de honra nas praças de desportos dos filiados quando em desenvolvimento das atividades oficiais de Voleibol;
- IV Assumir a Presidência da FPV, nos casos de vacância do Presidente e Diretoria

- b) **GRANDE BENEMÉRITO** – Aquele que já sendo BENEMÉRITO, continua prestando relevantes e assinalados serviços ao Voleibol.

- c) **BENEMÉRITO** – Aquele que tenha prestado ao Voleibol Paranaense serviços relevantes, dignos de realce que façam jus à concessão deste título.

- d) **HONORÁRIO** – Aquele que se faça credor dessa homenagem por serviços de monta, prestados ao desporto paranaense.

§ 1º - Aos atletas que prestarem relevantes serviços ao Voleibol paranaense e que salientarem na sua atuação em defesa do mesmo, a FPV concederá títulos honoríficos a serem discriminados em regulamento especial aprovados pela Diretoria.

§ 2º - São mantidos os títulos concedidos pela FPV até a data de aprovação deste Estatuto.

Art. 63 – As propostas para concessão de títulos constantes do presente capítulo e outras criadas em regulamentos especiais, deverão ser encaminhadas a Assembléia Geral pela Diretoria com a devida exposição de motivos, por escrito.

NEUM BARRIERI
Advogado - OAB/PR 9474

Art. 64º - Além do Diploma, alusivo, os titulares terão direito a uma carteira especial que lhes dará livre ingresso nas tribunas de honra das Associações filiadas, em competições de Voleibol no Estado do Paraná.

CAPÍTULO XIV

Dos Símbolos, Bandeiras e Uniformes

Art. 65º - Escudo da FPV: Composto de forma circular nas cores azul marinho e branca, deverá constar inscrito em branco "Federação Paranaense de Volley-Ball". Dentro do círculo branco será colocado um pinheiro (araucária) de cor verde e uma rede de vôlei na cor azul marinho.

Art. 66º - Bandeira da FPV: Retangular nas cores verde, azul marinho e branco, tendo no centro o escudo e uma tarja verde em toda a borda da mesma.

Art. 67º - Uniformes da FPV: Os uniformes da FPV serão nas cores constantes na Bandeira da mesma.

Art. 68º - É vedado as filiadas usarem uniformes iguais aos da FPV.

§ Único - O uso dos símbolos, bandeira e uniformes da FPV é de sua absoluta exclusividade.

CAPÍTULO XV

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 69º - Em caso de dissolução da FPV, os bens reverterão "pró-rata" em benefício das Associações filiadas.

Art. 70º - As resoluções da FPV serão dadas a conhecimento de suas filiadas através de Nota Oficial, entrando em vigor a partir da data de sua publicação na Sede ou de quando for determinado pela Nota Oficial.

NEUM BIANCHI
advogado - OAB/PR 9474



Art. 71º - Desde que não colidam com as disposições deste Estatuto, vigorarão como se constituíssem matéria estatutária os avisos que o Presidente da FPV expedir seguidamente numerados.

Art. 72º - A administração social e financeira da FPV, bem como todas as suas demais atividades, subordinar-se-ão às disposições de um Regimento Geral, que é parte integrante deste Estatuto, sendo da competência da Assembléia Geral sua elaboração, por proposta da Diretoria.

Art. 73º - A FPV é a única Entidade de direção regional do Voleibol paranaense em todas as suas modalidades, inclusive o de praia e de campo aberto e outras quaisquer derivações do voleibol.

Art. 74º - O cumprimento deste Estatuto, bem como dos acordos e decisões da FIVB e CBV é obrigatório para a FPV, para todos os seus membros e Entidades filiadas e para terceiros envolvidos nos assuntos do Voleibol.

Art. 75º - As infrações às normas em vigor, sem prejuízo das sanções de competência da Justiça Desportiva, serão punidas com as seguintes penalidades de natureza administrativa:

- a) advertência;
- b) repreensão escrita;
- c) suspensão ou multa;
- d) eliminação;
- e) destituição;
- f) desligamento temporário;
- g) desfiliação.

§ 1º - As duas últimas penalidades acima referidas somente são aplicáveis às pessoas jurídicas e as multas não poderão ser aplicadas aos dirigentes e atletas amadores.

§ 2º - O Regulamento de Penalidades, proposto pela Diretoria e aprovado pela Assembléia Geral definirá as violações e prescreverá o processo de aplicação e graduação das penalidades previstas neste artigo, observadas as disposições deste Estatuto e as demais normas legais e regulamentares.

NEUCRIZABERI
Advogado OAB/PR 9474

Art. 76º - Os atuais mandatários, eleitos sob a forma do Estatuto anterior, ficam respeitados até a realização da primeira eleição sob a égide deste Estatuto.

Art. 77º - Este Estatuto foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de agosto de 1999, entrando em vigor imediatamente.

Curitiba, 12 de agosto de 1999.



Associações filiadas que aprovaram, por "unanimidade" a reforma do Estatuto da Federação Paranaense de Voleibol na Assembleia Geral Extraordinária:

NELEUM DE MOURA
Advogado
C.º 34.078/9474

[Signature] NEUM BACOTEM - presidente

[Signature] - presidente

[Signature] - Titular de Borda

[Signature] - Jairo Acollon - Juncos ou Souza

[Signature] - Helio Salgado Junior - 1º

[Signature] - Luciano Rubens de Souza - 2º

[Signature] - Marcio Rydzyszynski - 3º

[Signature] - Mary Rosângela Gomes - Paraná Clube

[Signature] - Paulo Roberto Hesketh - Circulo místico do Paraná

[Signature] - BOUTEADO

[Signature] - José Luiz Mendes - Coxalve Country Clube

[Signature]

2º OFÍCIO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Registro de Títulos e Documentos
Rua Mal. Deodoro, 555 - 5ª Andar - Curitiba 806

Curitiba 25 ABR 2000

MICROFILMADO sob n.º 938132
AVERBADO À MARGEM DO LIVRO A - PESSOA JURÍDICA N.º 4132

Diamas Ajuda Balthazar
Escrivente